



CLARETIANO - CENTRO UNIVERSITÁRIO

**CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLOGIA EM
COMÉRCIO EXTERIOR
TECNÓLOGO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**COORDENAÇÃO DE CURSO
PROF. ESP. ANGELO APRECIDO ZADRA**

**RIO CLARO
2019-2022**

Dados Gerais do Curso

- **Mantenedora:** Ação Educacional Claretiana

Município Sede: Batatais

UF: SP

CGC: ██████████

Dependência Administrativa: Particular

- **Mantida:** Claretiano – Centro Universitário

Município-sede: Rio Claro **UF:** SP **Região:** Sudeste

Endereço: Avenida Santo Antonio Maria Claret, 1724 **Bairro:** Cidade Claret

CEP: 13503-257 - **Home Page:** www.claretianorc.com.br

Telefone: (19) 2111-6000

Fax: (19) 2111-6060

Atos Regulatórios do Claretiano – Centro Universitário de Rio Claro

Ato Regulatório: Retificação da 1229 de 22/11/2018.

Tipo de Documento: Retificação

No. Documento: Retificação de 22/02/2019

Data do Documento: 22/02/2019

Data de Publicação: 22/02/2019

Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Credenciamento Centro Universitário

Tipo de Documento: Portaria

No. Documento: 1229 de 22/11/2018.

Data do Documento: 22/11/2018

Data de Publicação: 23/11/2018

Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Retificação da Portaria 57 de 03/02/2016.

Tipo de Documento: Retificação

No. Documento: Retificação de 30/06/2017

Data do Documento: 30/06/2017

Data de Publicação: 30/06/2017

Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Qualificação como Comunitária

Tipo de Documento: Portaria

No. Documento: 347/2015

Data do Documento: 11/05/2014

Data de Publicação: 12/05/2015

Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Alteração de Nomenclatura da IES

Tipo de Documento: Portaria

No. Documento: 169/2015

Data do Documento: 04/02/2015

Data de Publicação: 05/02/2015

Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Recredenciamento

Tipo de Documento: Portaria

No. Documento: Portaria 1244 de 20/12/2013.

Data do Documento: 20/12/2013
Data de Publicação: 23/12/2013
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Credenciamento

Tipo de Documento: Portaria
No. Documento: 723
Data do Documento: 14/03/2002
Data de Publicação: 15/03/2002
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Recredenciamento

Tipo de Documento: Portaria
No. Documento: 401*
Data do Documento: 15/05/1998
Data de Publicação: 18/05/1998
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Credenciamento

Tipo de Documento: Decreto
No. Documento: 77989
Data do Documento: 07/07/1976
Data de Publicação: 09/07/1976
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

- **Curso:** Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior - Tecnólogo

Modalidade: () Bacharelado () Licenciatura (X) Superior de Tecnologia

Áreas de Formação (classificação preliminar 2018): Gestão e Administração

Numero total de vagas anuais:

2019: 60 (sessenta) vagas

2020: 60 (sessenta) vagas

2021: 60 (sessenta) vagas

2022: 60 (sessenta) vagas

Data de autorização do curso: 17/08/2007

Data do Reconhecimento do curso: 02/03/2012

Data da Renovação de Reconhecimento do Curso: 03/04/2017

Avaliação in loco: 04 (quatro) em 2011

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade): 03 (três) em 2015

Carga horária total do curso: 1.600 (um mil e seiscentas) horas, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016).

Regime escolar: Semestral

Sistema de organização: Presencial

Tempo de Integralização em semestres: Mínimo: 02 (dois) anos Máximo: 04 (quatro) anos

Nome: Prof. Esp. Angelo Aparecido Zadra



Titulação do Coordenador: Possui Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Rio Claro (1982), Graduação em PAPE - Planejamento Administrativo e Programação

Econômica pela Faculdade de Tecnologia de Rio Claro (1992) e Pós-Graduação (latu sensu) em Administração da Qualidade pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP (1997), Graduação em Administração pelo Centro Universitário Claretiano (2012) e o 5º ano da Escola Diaconal São Felipe da Diocese de Piracicaba. Atualmente é Coordenador de Cursos no Claretiano - Faculdade. Atua como professor de nível superior desde 1992 e atuou como Administrador no setor privado por 32 anos. É membro da CPA - Comissão Própria de Avaliação, do CONSUP - Conselho Superior e do CONPED - Conselho Pedagógico das Faculdades Integradas Claretianas de Rio Claro, é também membro da Comissão de Enquadramento e Reenquadramento Docente, membro do Conselho Editorial da Revista Ensaios & Diálogos e Diretor Comunitário e de Extensão do Claretiano Centro Universitário – Rio Claro/SP.

SUMÁRIO

DADOS GERAIS DO CURSO	2
SUMÁRIO	5
1. APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO	8
1.1.HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	8
1.1.1.CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS CLARETIANOS: VISÃO HISTÓRICA	9
1.1.2.CLARETIANO – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO CLARO: VISÃO HISTÓRICA	10
2. MISSÃO DO CLARETIANO	14
3. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR - TECNÓLOGO: HISTÓRIA, CONCEPÇÃO E EMBASAMENTO LEGAL	15
3.1. MISSÃO E FILOSOFIA DO CURSO	17
3.2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO: FUNÇÃO SOCIAL, PRESENÇA DO CURSO NA REGIÃO DE RIO CLARO E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	17
3.3. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI NO ÂMBITO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR – TECNÓLOGO	19
3.4. PERFIL	23
3.4.1. PERFIL INGRESSANTE (PÚBLICO QUE INICIA O CURSO).....	23
3.4.2. PERFIL INICIAL (1º. ANO)	24
3.4.3. PERFIL INTERMEDIÁRIO (METADE DO CURSO)	24
3.4.4. PERFIL EGRESSO (ÚLTIMO ANO DO CURSO)	24
3.5. OBJETIVOS	24
3.5.1. INICIAIS	25
3.5.2. INTERMEDIÁRIOS	25
3.5.3. EGRESSO	25
3.6. COMPETÊNCIAS.....	25
3.7. ATRIBUIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO	26
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	26
4.1. MATRIZ CURRICULAR	26
4.1.1. O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR – TECNÓLOGO E SUAS INOVAÇÕES ...	28
4.1.2. DETALHAMENTO DA MATRIZ CURRICULAR - 2019.....	28
4.1.3. UNIFICAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (CLARETIANO – REDE DE EDUCAÇÃO) JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DE 2015.....	29
4.1.4. CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES DIDÁTICAS (RESUMO)	30
4.2. DISCIPLINA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	30
4.3. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30
4.4. POLÍTICAS PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	31
4.5. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	32
4.6. DISCIPLINA OPTATIVA DE FORMAÇÃO	33

4.7. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO	37
4.8. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E MODALIDADE.....	49
4.8.1. MODALIDADE PRESENCIAL.....	50
4.8.1.1. GRADUAÇÃO PRESENCIAL: 20% A DISTÂNCIA	50
4.8.2. MODALIDADE A DISTÂNCIA: SISTEMA GERENCIADOR DE APRENDIZAGEM – SALA DE AULA VIRTUAL; MATERIAL DIDÁTICO MEDIACIONAL	51
4.8.2.1. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS E O SISTEMA GERENCIADOR DE APRENDIZAGEM – SALA DE AULA VIRTUAL.....	51
4.8.2.2. MATERIAL DIDÁTICO MEDIACIONAL	54
5. PROJETO INTEGRADOR	55
5.1. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO	55
5.2. RELATÓRIOS DE ATIVIDADES.....	55
6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	55
6.1. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO	56
6.2. RELATÓRIOS DE ATIVIDADES.....	56
7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	56
7.1. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	56
7.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	61
8. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	62
8.1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO - COORDENAÇÃO DE CURSO	62
8.2. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO ADMINISTRATIVA – SECRETARIA GERAL	63
8.3. DISCENTES.....	65
8.3.1. PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS EM EVENTOS INTERNOS, EXTERNOS E EXTENSÃO	65
8.3.2. APOIO PEDAGÓGICO E MECANISMOS DE NIVELAMENTO	67
8.3.3. ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO/ PRADI.....	67
8.3.4. EGRESSOS	68
8.3.5. DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS, PRODUÇÕES DE ALUNOS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	70
8.3.6. BOLSAS DE ESTUDO.....	72
8.3.7. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ALUNO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE)	74
8.3.7.1. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (CONFORME DISPOSTO NA LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012).....	77
8.4. CORPO DOCENTE 2019-2021	79
8.4.1. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE COORDENADORES E DOCENTES.....	79
8.5. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	80
8.6. COLEGIADO	81
9. PLANO DE AÇÃO DO CURSO PARA O QUADRIÊNIO (2019-2022)	82
10. PÓS-GRADUAÇÃO X GRADUAÇÃO	83
11. INSTALAÇÕES GERAIS.....	84
11.1. SALA DA COORDENAÇÃO	85
11.2. SALAS DE AULA	85
11.3. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	86

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
13. ANEXOS.....	90

1. APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO

Paulo Freire falava de utopia enquanto ato de denunciar a sociedade naquilo que ela tem de injusta e de desumanizadora e enquanto ato de anunciar a nova sociedade. Denunciar e anunciar são utopias. Precisamos formar seres que sonhem com uma sociedade humanizada, justa, verdadeira, alegre, com participação de todos nos benefícios para os quais todos trabalhamos. Goethe, pensador alemão, dizia que, para que alguém possa ser algo especial, é necessário que outros acreditem que ele é especial. Para construir a utopia, temos que acreditar nela. Ela é fruto de nova sensibilidade ética e estética. Não se trata de uma sensibilidade qualquer. A dimensão ética e estética cria e implode perguntas. A qualidade das perguntas que desencadearão nossos projetos é sensível à delicadeza que a educação deve ter para com o bem. (ALMEIDA E FONSECA JUNIOR, 2000, p. 32-33).

O Projeto Político Pedagógico é uma proposta instituída pela Lei de Diretrizes e Bases (LDBen), no. 9394/96, sob os artigos 12 (incisos I e IV) e 13 (incisos I e II).

Caracteriza-se por pedagógico porque é instrumento de discussão do ensinar e do aprender, em um processo de formação e de construção de cidadania, e não apenas de preparação técnica para uma ocupação temporal. Também político, porque trata dos fins e valores referentes ao papel da universidade na análise crítica, na transformação social e nas relações entre conhecimento e estrutura de poder e, principalmente, coletivo, uma vez que se constitui e coexiste na participação de seus atores (coordenador, professores, alunos, direção, comunidade escolar) no processo de análise, discussão e tomada de decisão quanto aos rumos que, consciente e criticamente, definem como necessários e possíveis à instituição universitária. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

Para Gadotti (1998, p. 16), “o projeto político pedagógico da instituição está inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada instituição é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições [...]. Assim, este projeto busca responder ao ideal de formação pessoal e profissional dos alunos e as demandas do mercado da cidade, região e país.

Nesse sentido, este projeto — como “esboço e linhas ainda não definitivas, uma espécie de convite a pensarmos juntos – professores, tutores, alunos comunidade escolar – nesta magnífica e provocante tarefa de construir um futuro melhor para todos” (ALMEIDA; FONSECA JUNIOR, 2000, p. 23) — apresenta a proposta de trabalho do Curso para a sua implementação no quadriênio 2019-2022, a partir do cenário do Claretiano, sua missão e objetivos educacionais; a concepção do curso, perfil do formando/egresso, objetivos e competências; a organização, matriz e conteúdos curriculares; disciplinas; atividades complementares; projeto integrador; 20% EaD no presencial (Portaria nº 1.428, de 28/12/2018), a organização pedagógica e estrutural do curso, acompanhamento e avaliação; finalmente, toda a estrutura física da IES, buscando alcançar e proporcionar uma formação de qualidade e democrática aos futuros tecnólogos em Comércio Exterior.

1.1.Histórico da Instituição

A universidade conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, idéias e valores, que acaba por ter um efeito regenerador, porque a universidade se incumbe de reexaminá-la, atualizá-la e transmiti-la. (ao mesmo tempo em que) gera saberes, idéias e valores, que, posteriormente, farão parte dessa mesma herança. Por isso, a universidade é conservadora, regeneradora e geradora. (Tem, pois,) uma função que vai do passado por intermédio do presente (Morin, 2000, p. 9-10), (da crítica do presente), em direção à humanização, uma vez que o sentido da educação é a humanização, isto é, possibilitar que todos os seres humanos tenham condições de ser partícipes e desfrutadores dos avanços

da civilização historicamente construída e compromissados com a solução dos problemas que essa mesma civilização gerou (PIMENTA; ANATASIOU, 2002, p. 162).

1.1.1. Congregação dos Missionários Claretianos: Visão Histórica

A Congregação dos Missionários Claretianos, tem como fundador Santo Antônio Maria Claret, que nasceu no dia 23.12.1807, em Sallent, Catalunha, Espanha.

Filho de uma família católica, foi formado nos ensinamentos cristãos e desde criança desejava ser missionário, para levar o anúncio do Evangelho e a salvação a toda a humanidade. Foi ordenado sacerdote no ano de 1835 e sempre levou um estilo de vida missionária: passava de cidade em cidade anunciando o Reino de Deus.

Exerceu várias atividades: missionário apostólico e pregador itinerante em várias regiões, pároco, diretor de escola e promotor da educação, escritor da boa imprensa (falada e escrita), diretor espiritual, fundador de congregação e movimentos, arcebispo de Santiago de Cuba (de 1850 a 1857), confessor real, etc.

Foi perseguido por motivações políticas, apesar de ter sempre evitado envolver-se com ela, pois era um verdadeiro 'apóstolo'. Em função disso, foi exilado na França, onde veio a falecer no dia 24.10.1870, dia em que celebramos sua festa em todas as frentes apostólicas claretianas espalhadas pelo mundo.

Homem de oração e de grande mística, levou uma vida sóbria e austera, totalmente voltada para o serviço à Igreja e, por onde andava, arrastava multidões. Sua santidade foi reconhecida pela Igreja e foi beatificado no ano de 1937 e canonizado no dia 7.5.1950.

Claret foi um homem que trabalhou em várias frentes, sempre sensível ao mais urgente, oportuno e eficaz. Pensava sempre como preparar as pessoas para a missão e como articular iniciativas de formação.

Escreveu várias obras, criou escolas técnicas e agrárias em Cuba, escreveu 15 livros, 81 opúsculos e traduziu outras 27 obras. Foi Presidente do Mosteiro El Escorial (de 1859 a 1868), importante escola espanhola, onde criou uma verdadeira 'universidade eclesiástica'; incentivou a Congregação de Missionários para que trabalhasse com este importante e eficaz meio de evangelização.

Santo Antônio Maria Claret, no seu ideal evangelizador e nas suas andanças missionárias pela Espanha, Ilhas Canárias e outras regiões, percebeu que poderia tornar seu apostolado mais produtivo se conseguisse articular homens desejosos de proclamar a mensagem de Jesus Cristo, unidos em torno de uma congregação religiosa.

Assim, em 16.7.1849, na cidade espanhola de Vic, na Catalunha, fundou, com mais cinco amigos sacerdotes, a congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, cujos membros são conhecidos como Missionários Claretianos.

O objetivo da Congregação é este: anunciar, por todos os meios possíveis, no Serviço Missionário da Palavra, o Evangelho de Jesus Cristo a todo o mundo. Inicialmente ela se dedicou exclusivamente ao serviço missionário e posteriormente foi assumindo outras atividades apostólicas: paróquias, educação (colégios, faculdades, escolas eclesiásticas, formação de leigos, agentes de pastoral e voluntários), missões, meios de comunicação social, obras sociais e promocionais, etc.

Seguindo o estilo de Claret, que foi um educador, a Congregação Claretiana assumiu a Educação como um meio de evangelizar e promover a vida. Na área educacional, trabalha em várias atividades: ensino infantil, fundamental, médio e superior. Em vários países trabalha na formação do clero, de religiosos e religiosas e de agentes de pastoral leigos.

Nos cinco continentes, em mais de 60 países (<http://claret.org.br/claretianos>). Acesso em: 17 de maio de 2019), trabalha com 467 casas com 2.937 membros, sendo 20

bispos, 1 diácono permanente, 132 irmãos, 2204 padres, 455 professores, 125 noviços (Dados de 2018. Disponível em: <http://www.claret.org/pt-pt/historia-da-congregacao>. Acesso em: 17 de maio de 2019), além de 90 centros educacionais, com 77 mil alunos, mais de 3.650 docentes, além de um grande número de funcionários administrativos que colaboram nessa missão partilhada (<https://claretiano.edu.br/missionarios-claretianos>. Acesso em: 17 de maio de 2019).

1.1.2. Claretiano – Centro Universitário de Rio Claro: Visão Histórica

Os Padres Missionários Claretianos estão presentes em Rio Claro desde 1929, particularmente com a criação do Seminário Claret. Na sua origem, a Instituição tinha como finalidade a formação de jovens que buscavam discernir sua vocação ao sacerdócio e à vida religiosa. Com a lenta desativação do Seminário, nas últimas décadas, suas amplas instalações foram reformadas e ampliadas, para abrigar as atividades do Ensino Básico, Profissionalizante e Superior, assumidas pela Entidade Mantenedora desde 1996. O Claretiano – Centro Universitário empenha-se em ser instrumento de progresso cultural para a sociedade e para o crescimento pessoal e integral de cada indivíduo. Ela se propõe incluir em suas atividades o estudo de temas relevantes como a dignidade da pessoa humana, a promoção da justiça, a qualidade de vida pessoal e familiar, a proteção à natureza, a procura da paz, a consciência de uma nova ordem política e econômica para servir melhor ao ser humano. Estão sintetizados em seu projeto educativo os seus anseios, e na frase bíblica a sua inspiração: “A verdade vos libertará” (Jo 8,32).

No que diz respeito à atuação acadêmica, as atividades educacionais, tiveram início com a Sociedade Rio-clarense de Ensino Superior, fundada em 15 de setembro de 1971. Em 1972, obteve autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis de Rio Claro – FACCO – com o Curso Superior de Ciências Contábeis. Posteriormente, em 1981, a mesma Sociedade foi autorizada a manter a Faculdade de Tecnologia de Rio Claro – FATERC –, com os Cursos Superiores de Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica, Tecnologia em Formação de Secretário, bem como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Rio Claro – IPETERC –, com o Curso Superior de Tecnologia em Construção Civil – Modalidade Edifícios, os quais estão, ainda hoje, em funcionamento.

A mesma Sociedade também criou cursos de educação básica, tendo em vista a capacitação dos jovens para a formação social, cultural, tecnológica e para o exercício profissional. Desta forma, criou o Colégio Integrado Universitário de Rio Claro, mantendo inicialmente cursos de formação profissional, entre os quais se destacou o de Processamento de Dados, pioneiro e referencial no interior do Estado de São Paulo, prestando grande contribuição na formação de técnicos na área. Em seguida, a partir de 1988, ocorreu a criação dos cursos de Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, cursos também em funcionamento.

A Sociedade Rio-clarense de Ensino inovou novamente ao obter autorização para funcionamento de um canal de televisão, a TV Rio Claro, canal 19, UHF, emissora educativa afiliada à TVE, Fundação Roquette Pinto – Ministério da Educação, com retransmissão de caráter misto, pois, além da retransmissão, também produz e gera imagens de notícias, esportes e programas educativos.

A Fundação TV Rio Claro iniciou suas atividades com as seguintes palavras do jornalista Edson Moraes, no dia 07 de setembro de 1990: “Senhoras e senhores, (...) a partir desse momento, definitivamente, a TV Rio Claro, canal 19 UHF está no ar.”. Assim, desde o dia 7 de setembro de 1990, os rio-clarenses acompanham o dia-a-dia da cidade através da tela da televisão. A TV Rio Claro foi fundada pelo professor Aldo Zotarelli Júnior com o

objetivo de retratar o cotidiano, falar dos problemas, mostrar as soluções e os exemplos de vida da comunidade. O esporte deu início a esse elo de identidade. Os jogos de futebol e de basquete das equipes da cidade eram gravados e transmitidos pela TV Rio Claro.

No início, no ano de 1990, quando a concessão da emissora de TV saiu para a cidade de Rio Claro, ocorreu a primeira parceria. Na época, a TVE do Rio de Janeiro, como emissora pública e educativa, era a melhor opção para atender às necessidades da TV Rio Claro. Essa parceria se estendeu por muitos anos, uma vez que, como emissora educativa, a TV Rio Claro só poderia fazer parcerias com emissoras nacionais que atendessem essa prerrogativa.

Com a compra de novos equipamentos, o jornalismo ganhou força na programação da emissora, o que foi um grande desafio para os profissionais da época, já que todos os jornalistas que iniciaram as atividades tinham sua origem no jornalismo impresso e radiofônico. Entretanto, a experiência do rádio e do jornal impresso, aliada à pesquisa sobre telejornalismo, foi fundamental para encontrar uma fórmula de sucesso.

Ainda em 1990, entrou no ar o “Rio Claro em Notícias”, depois o “Bom dia Rio Claro” e o programa que por mais tempo ficou no ar, o “Telejornal Rio Claro”. Ao longo dos anos, o telejornalismo sempre ocupou papel de destaque na TV Rio Claro. A identidade da comunidade com a emissora foi construída com base nesse trabalho. Todos os dias, o telejornal apresentava os fatos da vida de quem estava do outro lado da tela. E é assim até hoje. Com um trabalho sempre pautado pelo jornalismo ético e cidadão, a TV Rio Claro conquistou o respeito do telespectador que passou a se ver na TV

Um marco importante foi a data de 02 de janeiro de 1996, quando o controle das atividades da Sociedade Rio-clarense de Ensino, dos diversos níveis de ensino e da TV Rio Claro, passou para a Congregação dos Missionários Claretianos, na cidade de Rio Claro.

Com o lema de Santo Antonio Maria Claret - "Evangelizar por todos os meios possíveis, sempre atento ao mais urgente, oportuno e eficaz" – os Missionários Claretianos começaram a administrar a TV Rio Claro no ano de 1996. Nesse ano, a emissora ampliou sua grade de programação sem perder o foco no noticiário local. Uma das inovações foi que a TV Rio Claro passou a transmitir o horário eleitoral gratuito e, assim, deu um passo muito importante no processo eleitoral promovendo mais uma vez um debate político.

Foi nessa época também que novos programas passaram a compor a programação da TV Rio Claro. Debates esportivos, coberturas sociais, programas de entretenimento ampliaram a abrangência da emissora dentro da comunidade.

Os programas religiosos também ganharam espaço na grade da emissora. O primeiro deles, “Momentos de Reflexão”, levava o Evangelho do dia para o telespectador. Depois vieram o “Palavra e Vida” e a “Santa Missa”. Atualmente, a programação religiosa é composta pelo “Programa Caminhos”, o “Terço Mariano” e o “Caminhos da Fé”.

Isso tudo foi possível graças ao espírito empreendedor dos Missionários Claretianos. O primeiro grande investimento foi a troca dos equipamentos de VHS para S-VHS, com a aquisição de novas câmeras e equipamentos de edição, tudo para levar um conteúdo com maior qualidade de imagens até a casa do telespectador.

No ano de 2005 ocorreu um novo crescimento. A sede, que ficava na Rua 8, número 1835, já não comportava mais o crescimento da equipe e da programação da emissora. Um novo prédio foi construído na Avenida 16, número 859, totalmente adequado para a nova realidade da emissora. Com essa nova estrutura, novos equipamentos, uma programação renovada e com a ampliação da sua área de abrangência.

A TV Rio Claro passou por um período de reformulação e modernização. De retransmissora passou a geradora. No ano de 2006, buscando ampliar a área de abrangência da TV Rio Claro, uma nova parceria foi firmada entre a Fundação Claret e a

Fundação Padre Anchieta. Em 2007, a então TV Rio Claro passou a se chamar TV Claret, compartilhando os valores e a cultura do povo rio-clarense e o espírito claretiano para mais pessoas e com mais qualidade de imagem e som. O jornalismo, a partir de então, tornou-se regional e entrou no ar o “Região Notícias”. A produção jornalística cresceu e muitos profissionais passaram a fazer parte da equipe para que o desafio de falar de outras cidades, sem perder a identidade com Rio Claro, fosse atingido.

No mesmo ano de 2007, a TV Claret passou a retransmitir o sinal da TV Cultura para mais de 30 municípios. Além dos investimentos para melhorar a qualidade de transmissão, a TV Claret passou a atingir um público de 1,5 de habitantes. Em 2013, uma nova parceria foi feita e a TV Claret passou a retransmitir a programação da EBC e, em 2014, também a programação da Rede Século 21, integrando, com sua programação local, sua missão nas áreas da educação, evangelização e cultura.

Além de nova abrangência, a TV Claret iniciou sua jornada em nova sede. Com espaço totalmente remodelado, a emissora passou a contar com uma estrutura profissional mais adequada. Teve início também a preservação de tudo que foi registrado pela emissora e uma mudança na forma de armazenar esse conteúdo, que deixou de ser analógico, em fitas S-VHS, e passou a ser digital.

Foi nessa época também que ocorreu a abertura da programação para novos projetos. Com um estúdio maior e uma estrutura que permitia novas ideias, a produção de conteúdo pôde ser diversificada. Entraram na grade programas infantis, sobre meio ambiente, de entretenimento e para o público feminino, sempre produzidos pela própria equipe de profissionais da TV Claret.

O ano de 2015 ficou marcado na história da TV Claret pelo início da sua digitalização. A transmissão em HD chegou para a cidade de Rio Claro, Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Ipeúna, Corumbataí e parcialmente para Limeira e Piracicaba.

Para que isso acontecesse, uma nova torre de transmissão foi instalada em área própria ao lado da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, com 70 metros de altura. Além dos equipamentos externos, toda a produção da emissora também foi atualizada.

A digitalização da transmissão da TV Claret veio garantir melhor qualidade de imagem e som, e tornou o acesso ao conteúdo mais democrático. Com a TV Digital é possível acessar a TV Claret através de celulares, tablets e TVs portáteis. Para digitalizar o sinal, a TV Claret precisou cumprir etapas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações. Um grande investimento em estrutura e equipamentos foi realizado, o que, além de melhorar a qualidade da transmissão, também permitirá acesso aos seus conteúdos através de dispositivos móveis.

Depois de cumprir toda a legislação que envolve o processo de digitalização, os Missionários Claretianos compraram uma área ao lado da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade e construíram a nova torre para todos os equipamentos necessários para a transmissão do sinal digital.

Com espaço próprio foi possível investir em tecnologia. Com 70 metros de altura, a nova torre foi projetada e construída para atender a demanda da TV Claret e da Rádio Claretiana FM. E, assim, com nova estrutura e equipamentos, a emissora diversifica sua programação e amplia sua área de abrangência.

Em 1996, os Claretianos, estabelecidos em Rio Claro, como Congregação Missionária, assumiram as Faculdades Unidas de Rio Claro e o Colégio Integrado que, atualmente e respectivamente, se tornaram Claretiano - Faculdade e Claretiano - Colégio. Os Claretianos em Rio Claro têm, com o passar dos anos, ampliado sua estrutura na área da educação, cuja atuação vai da pré-escola aos cursos de pós-graduação lato sensu.

Além dos Cursos que já estavam em funcionamento, o Claretiano – Centro Universitário expandiu o Ensino Superior na seguinte ordem cronológica: em 1999, foram autorizados os Cursos Superiores – Bacharelados – de Administração de Empresas, Habilitação em Gestão Empresarial, Sistemas de Informação, Comunicação Social, Habilitação Publicidade e Propaganda e de Direito. Em 2001, o MEC autorizou o funcionamento dos Cursos Superiores de Licenciatura em Letras, com Habilitação em Português/Inglês e Português/Espanhol e Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue. No ano de 2002 foi autorizado o funcionamento do Curso Normal Superior, com Habilitações em Formação de Docentes para a Educação Infantil e em Formação de Docentes para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em 2006 ocorreu a mudança do Curso Normal Superior para Curso de Licenciatura em Pedagogia e do Curso Superior de Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica em Gestão Financeira.

No ano de 2007 foram implantados novos Cursos de Graduação. São eles: Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física e os Cursos Superiores de Tecnologia em Logística, Recursos Humanos, Processos Gerenciais e Gestão Ambiental. No ano de 2009 foram autorizados os cursos de: Ciências Biológicas, Engenharias: Mecânica, Elétrica, Eletrônica e Mecatrônica, Serviço Social e Comunicação Social - Habilitação Jornalismo. No ano de 2010 mais três cursos foram autorizados. São eles: Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Sistemas para Internet e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em 2011 os cursos de Tecnologia em Comércio Exterior e Tecnologia em Gestão Pública. No ano de 2014 foram autorizados os Cursos de Fisioterapia, bacharelado, Enfermagem, bacharelado, e Estética, bacharelado, para implantação em 2015. Em 2015 ocorreu a autorização dos Cursos de Nutrição, bacharelado, e de Terapia Ocupacional, bacharelado. Em 2017 foi autorizado o Curso de Medicina, implementado em 2018. Atualmente a meta é apresentar novos cursos em diferentes áreas de atuação, sempre procurando responder às necessidades da demanda de Rio Claro e região.

Cabe salientar, que, com o objetivo de unificar todas as unidades educativas Claretianas de Educação Básica e Educação Superior, no dia 24 de outubro de 2012, foi lançado o Claretiano – Rede de Educação, de modo a estruturar um modelo de gestão e dar sustentabilidade ao Claretiano.

Durante o processo de estruturação do modelo de gestão, várias dimensões da instituição, a partir de Áreas Temáticas: Administrativo e Financeiro, Comunicação e Marketing, Educação e Ação Pastoral, Gestão Estratégica de Pessoas, Material Didático, Registro e Controle Acadêmico, Responsabilidade Social e Filantropia e Tecnologia da Informação, foram analisadas e estudadas com os objetivos de aprimoramento e unificação de todas as unidades educacionais da Rede, além de estudar o Projeto Educativo, a Missão e ressaltar os princípios que norteariam a organização de todas as instituições em forma de rede. Como resultado desse trabalho, foram propostos sete princípios: SINGULARIDADE, ABERTURA, INTEGRALIDADE, TRANSCENDÊNCIA, AUTONOMIA, CRIATIVIDADE e SUSTENTABILIDADE, todos baseados no Projeto Educativo Claretiano, gerando no ano de 2014 um documento chamado Carta de Princípios.

Também, resultante da estruturação do Claretiano - Rede de Educação, especificamente, a Área Temática Educação e Pastoral, realizou um trabalho de Unificação dos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de Graduação, subsidiado pelo Projeto Educativo Claretiano e pelos princípios de abertura, singularidade, integralidade, transcendência, autonomia, criatividade e sustentabilidade.

Este trabalho teve como dos eixos a unificação e alinhamento das Matrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, efetivado a partir da participação dos coordenadores

de curso, em reuniões presenciais e por videoconferências, tendo também o apoio de documentos oficiais do Ministério da Educação brasileiro.

A unificação e o alinhamento das Matrizes Curriculares significam que os Cursos de Graduação do Claretiano – Rede de Educação passaram a ter a mesma Matriz Curricular oferecida tanto na modalidade a distância como na presencial. Por exemplo: o Curso de Graduação em Administração – Bacharelado tem uma Matriz Curricular – conjunto de disciplinas, para ser oferecida em ambas as modalidades nas diversas Unidades Educativa de Educação Superior do Claretiano – Rede de Educação.

Assim, como um dos principais resultados da criação do Claretiano – Rede de Educação partir de 2015, todos os cursos de graduação do Claretiano são ofertados com Projetos Político-Pedagógicos e (PPPC) matrizes curriculares unificados e articulados, originados da criação do Claretiano – Rede de Educação, em 2012. Todas as matrizes curriculares foram concebidas com quatro disciplinas por semestre, sendo duas disciplinas de 60 horas e duas de 90 horas, considerando tempo de integralização e carga horária mínimos; disciplinas institucionais, centro de formação de professores, optativas de formação, das áreas de gestão, saúde, informática e engenharias; ementas; quantidade de disciplinas ofertadas e carga horária por semestre; e tempo mínimo de horas dos demais componentes curriculares. Cabe salientar que na época, 67 cursos passaram pelo processo de unificação, totalizando 134 Matrizes Curriculares unificadas, que estão sendo implantadas desde o ano de 2015. Atualmente, todos os novos cursos da Instituição são concebidos, organizados e implementados considerando esta política.

Assim, o Claretiano – Centro Universitário, constitui-se de um conjunto de cursos de ensino superior, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, situada na Avenida Santo Antonio Maria Claret, nº 1724, Bairro Cidade Claret, e na Rua Nove, nº 1864, Bairro Santa Cruz, como Entidade Educacional mantida pela EDUCLAR - Ação Educacional Claretiana, que é dirigida pelos Missionários Claretianos desde 1925, com sede na Rua Dom Bosco, nº 466, Bairro Castelo, na Cidade de Batatais (SP), sendo esta uma sociedade civil de direito privado, filantrópica, de fins educacionais e não lucrativos. (HISTÓRICO DO CLARETIANO – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO CLARO, PDI, 2017-2021).

2. MISSÃO DO CLARETIANO

A Missão do Claretiano consiste em formar a pessoa para o exercício profissional e para o compromisso com a vida, mediante o seu desenvolvimento integral, envolvendo a investigação da verdade, o ensino e a difusão da cultura, inspirada nos valores éticos e cristãos e no carisma Claretiano que dão pleno significado à vida humana. (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p. 17).

Para que a missão se concretize pedagogicamente o Claretiano assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas dos contextos externo (socioeconômico e cultural) no qual ela está inserida e interno (da própria Instituição).

No ano de 2011, no XV Encontro da CECLAB (Comissão de Educadores Claretianos do Brasil), todas as unidades de educação da Província Claretiana do Brasil vivenciaram momentos de partilhas das experiências concretizadas pelos educadores claretianos da Educação Básica e Superior, bem como a reflexão dos fundamentos antropológicos, filosóficos e teológicos que norteiam o trabalho pedagógico. Dessa foi identificada a necessidade de sistematizar e propor um Projeto Educativo único que norteasse o trabalho dos educadores claretianos.

Em 2012, foi lançada a versão do Projeto Educativo para todas as unidades educativas Claretianas (com a anuência dos missionários Claretianos durante o 2º. Capítulo da Província do Brasil), revisado e único, que lançou os fundamentos para a compreensão do modo de educar segundo o espírito claretiano.

Assim, o Projeto Educativo/Missão tem e vem inspirando todo o trabalho pedagógico/administrativo/acadêmico do Claretiano, que também, orientado pelas políticas educacionais de âmbito nacional e necessidades regionais de seu entorno, tem sido concebido, por todos os segmentos envolvidos no seu processo de implementação, como um elemento permanente de apoio, reflexão e análise para a formação humana de nossos alunos.

3. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR - TECNÓLOGO: história, concepção e embasamento legal

A elaboração da proposta curricular do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior levou em consideração estudos desenvolvidos pelo grupo de docentes da área envolvidos no projeto do curso.

As áreas de formação, disciplinas e ementas seguem os parâmetros recomendados por este grupo e demais critérios considerados importantes ao curso. Essas informações foram coletadas a partir de contatos com profissionais da área.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior proposto está estruturado em 4 semestres, com total de 1.600 horas.

Para atingir os objetivos do Perfil Profissional dos egressos, o curso foi estruturado em quatro eixos básicos de conhecimento que acompanharão a formação do aluno durante os dois anos de realização do Curso.

Os quatro “eixos” de formação são: Formação Básica, Formação Humanística, Formação Profissional e Formação Complementar.

- Formação Básica: congrega um conjunto de conhecimentos básicos da área de administração e comércio exterior que introduz os conhecimentos básicos da construção do conhecimento, necessários ao desenvolvimento da prática da gestão do comércio exterior.
- Formação Profissional: compreende conhecimentos específicos, formando um conjunto de disciplinas de alto teor profissional.
- Formação Humanística: disciplinas que estudam o comportamento humano com vistas a produzir/usar o conhecimento em benefício da sociedade. Os aspectos éticos, sociais e filosóficos, apresentados, oportunizam ao aluno reflexões, construções e aplicações de conhecimentos que desenvolvam atitudes críticas e tomadas de decisões.
- Formação Complementar: É o estudo do domínio dos problemas cujo uso da gestão em comércio exterior é uma solução. Permite ao aluno buscar alternativas, para que exerça sua capacidade decisória e vocacional acerca dos conhecimentos adicionais que deseja adquirir ou aprofundar.

O currículo do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior tem como objetivo a formação de um tecnólogo ágil nas decisões, em especial no processo de criação e busca de soluções pelos novos caminhos que se impõem a atual realidade do mercado de trabalho.

A formação profissional do Tecnólogo em Comércio Exterior possibilita a aquisição de uma identidade própria. Tais pressupostos exigem dos alunos e docentes, durante todo o percurso da formação, uma atitude ativa e reflexiva sobre o processo de aprendizagem, estabelecendo-se dinâmicas pedagógicas diferenciadas e próprias daquelas desenvolvidas na

praxe dos cursos superiores; integrado os alicerces do saber, saber pensar, saber fazer e intervir e aprender a aprender.

O currículo proposto visa introduzir mecanismos que evidenciem claramente ao formando a tomada de consciência e a mudança de postura frente ao contínuo processo da formação de profissionais na área de Comércio Exterior.

Esse requisito faz com que seja criado um vínculo do aluno com o curso desde o momento do seu ingresso. Esse processo de formação será caracterizado, desde o início do curso, pelas matérias que compõem o currículo.

Ressalta-se que o primeiro grande produto de exportação do Brasil como país independente de Portugal foi o café. Bem antes do ciclo do café, o Brasil já era exportador de outros produtos de grande importância na economia da época (como exemplos da cana-de-açúcar, no Nordeste e do ouro em Minas Gerais), porém, por ser colônia de Portugal, somente passava toda a produção para a metrópole que distribuía e ficava com todo o lucro. Depois do colapso do café, a economia brasileira foi obrigada a se diversificar, tanto na produção agrícola, como no surgimento de indústrias e serviços. Atualmente, os maiores parceiros do Brasil no comércio exterior são a união Europeia, os Estados Unidos, o Mercosul e a China. O Brasil é a 10ª economia mundial, de acordo com o PIB (Produto Interno Bruto), embora no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que mede a qualidade de vida da população, ocupe a posição 63. Hoje, a pauta de exportações do Brasil é considerada moderna e diversificada, e vai de produtos agrícolas à automóveis e aviões, e é visto pelo mundo como um país com muito potencial de crescimento, como a Rússia, a China e a Índia.

O profissional de comércio exterior é o responsável por analisar tendências de mercado, elaborar estratégias de negócios e de marketing adequadas a cada caso, por acompanhar os processos burocráticos referentes ao comércio de bens e serviços com empresas estrangeiras ou governos de outras nações, utilizando conceitos administrativos, econômicos e comerciais. Esse profissional produz relatórios sobre os mercados mais promissores, identifica as necessidades de clientes ou fornecedores, presta assessoria quanto à métodos técnicos e projetos do meio globalizado, organiza procedimentos para a transação, importação e exportação, além de definir o meio de transporte mais adequado para a efetivação do negócio em cada caso e atuar como despachante aduaneiro. Também é responsabilidade do profissional de comércio exterior o estudo dos contratos e sua adaptação às necessidades dos envolvidos e a cotação das moedas, além de atuar também em empresas de logística internacional.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, tem como embasamento os Atos Regulatórios do Claretiano – Centro Universitário Retificação da 1229/2018; Portaria 1229/2018 (Credenciamento Centro Universitário); Projeto Educativo Claretiano (PEC) e Carta de Princípios, o Projeto Político Pedagógico Institucional (2017-2021), o Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021); os Atos Regulatórios do curso Portaria nº. 232 de 18/03/2011 (Autorização); Portaria nº. 428 de 28/07/2014 (Reconhecimento); e as seguintes normatizações: Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional); Decreto Federal 2.208/1997 (Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Educação Profissional e Tecnológica); Parecer CNE/CES 436/2001 (Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogo); Resolução CNE/CP nº 3/2002 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia); Parecer CNE/CES 239/08 (que institui a carga horária das atividades complementares nos Cursos Superiores de Tecnologia); Parecer CNE/CES 277/2006 (Nova Forma de Organização da Educação Profissional e Tecnológica de Educação); Parecer CNE/CES nº 19/2008 (Consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP nº

3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia); Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2006 e 2010); Decreto nº 9.057/2017; Portaria Normativa nº 11/2017; Decreto 9.057/2017 (legislações referentes a Educação a Distância); Portaria nº 1.428/2018 (oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial); Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP Nº 01/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena); Art. 66 da Lei 9.394/1996 (Titulação do corpo docente); Resolução CONAES nº 1/2010 (Núcleo Docente Estruturante - NDE), Decreto nº 5.296/2004 (Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida); Lei nº 12.764/2012 (Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); Decreto nº 5.626/2005 (Disciplina de Libras); Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos); Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281, 2002 (Políticas de Educação Ambiental).

3.1. Missão e Filosofia do Curso

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo concebido a partir do Projeto Educativo, seus Princípios: SINGULARIDADE, ABERTURA, INTEGRALIDADE, TRANSCENDÊNCIA, AUTONOMIA, CRIATIVIDADE e SUSTENTABILIDADE e Projeto Político Pedagógico Institucionais, tem como missão: atuar de forma sustentável e ética no processo de importação, exportação e desembaraço aduaneiro.

3.2. Justificativa da Oferta do Curso: função social, presença do curso na região de Rio Claro e características socioeconômicas e demográficas

De acordo com os estudos elaborados pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, a não implantação do ensino profissionalizante do nível superior ocasionará uma série de prejuízos no mercado interno.

Assim, se levarmos o problema para uma área especificamente determinada no setor empresarial – público ou privado – observaremos que a escassez de técnicos no mercado é consequência de três indicadores:¹

- 1- Escassez de recursos humanos;
- 2- Organização Administrativa;
- 3- Inexistência de estudos e pesquisas.

Inevitavelmente, a escassez de recursos humanos irá influenciar na área de custos de empresa que deverá, porque a sistemática atual do ensino não lhe é favorável, - ela mesma, criar o seu departamento de ensino e preparação de mão-de-obra qualificada. Isto poderá trazer grande aumento no seu setor de custos.

A organização administrativa, a fim de atender às necessidades de testar os setores de produção e não encontrando no mercado o tecnólogo que precisa, acaba determinando uma duplicidade de orientação, vista que lhe foi obrigado a realizar uma adaptação de mão-de-obra existente para os serviços reclamados.

A inexistência de estudos e pesquisas do próprio mercado de trabalho passa a ser, talvez, o principal indicador deste tema.

¹ Fonte: Secretaria Economia e Planejamento do Estado de São Paulo

Estes estudos proporcionarão na sua conclusão um relato profundo da dinâmica de demanda que decorre do conhecimento da sua estrutura no mercado.

Assim, estes três indicadores têm um sentido importante na implantação do ensino profissionalizante, e dirão, como já se demonstrou da necessidade da criação deste curso.

A elaboração da proposta curricular do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior levou em consideração estudos desenvolvidos pelo grupo de docentes da área envolvidos no projeto do curso.

As áreas de formação, disciplinas e ementas seguem os parâmetros recomendados por este grupo e demais critérios considerados importantes ao curso. Essas informações foram coletadas a partir de contatos com profissionais da área.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior proposto está estruturado em 4 semestres, com total de 1.600 horas.

Para atingir os objetivos do Perfil Profissional dos egressos, o curso foi estruturado em quatro eixos básicos de conhecimento que acompanharão a formação do aluno durante os dois anos de realização do Curso.

Os quatro “eixos” de formação são: Formação Básica, Formação Humanística, Formação Profissional e Formação Complementar.

- Formação Básica: congrega um conjunto de conhecimentos básicos da área de administração e comércio exterior que introduz os conhecimentos básicos da construção do conhecimento, necessários ao desenvolvimento da prática da gestão do comércio exterior.
- Formação Profissional: compreende conhecimentos específicos, formando um conjunto de disciplinas de alto teor profissional.
- Formação Humanística: disciplinas que estudam o comportamento humano com vistas a produzir/usar o conhecimento em benefício da sociedade. Os aspectos éticos, sociais e filosóficos, apresentados, oportunizam ao aluno reflexões, construções e aplicações de conhecimentos que desenvolvam atitudes críticas e tomadas de decisões.
- Formação Complementar: É o estudo do domínio dos problemas cujo uso da gestão em comércio exterior é uma solução. Permite ao aluno buscar alternativas, para que exerça sua capacidade decisória e vocacional acerca dos conhecimentos adicionais que deseja adquirir ou aprofundar.

Rio Claro

O município de Rio Claro está localizado no interior do estado de São Paulo, a 190 km da capital, recobre uma área de 1.498,008 km² e está circundada pelas cidades apresentadas na tabela abaixo. A região conta com uma população de 919.473 habitantes onde 35.161 são alunos matriculados no ensino médio.

Cidade	População (último censo 2010)	Matrícula Ensino Médio (2017)	Quantidade de Empresas (2016)	Pessoal ocupado (2016)	Índice interessante ao curso para justificar a existência do curso	Índice interessante ao curso para justificar a existência do curso	Índice interessante ao curso para justificar a existência do curso	IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (2010)	PIB per capita (2016)	Número de Cursos de
Americana	210.638	9.396	11.142	86.451				0,811	44.417,02	
Analândia	4.293	145	187	989				0,754	29.771,71	
Araras	118.843	4.411	4.850	41.442				0,781	38.412,06	
Brotas	21.580	890	1.257	7.069				0,740	28.357,32	
Campinas	1.080.113	41.051	47.742	462.579				0,805	49.876,62	
Charqueada	15.085	526	594	3.183				0,736	16.381,07	
Cordeirópolis	21.080	847	815	8.948				0,758	96.056,	

									59
Corumbataí	3.874	173	182	1.185				0,754	41.125,16
Indaiatuba	201.619	9.188	9.355	83.571				0,788	49.861,28
Ipeúna	6.016	297	258	2.044				0,753	93.626,98
Iracemápolis	20.029	713	847	7.786				0,776	50.771,27
Itirapina	15.524	489	455	3.675				0,724	23.278,90
Jaguariúna	44.311	2.161	1.817	35.789				0,784	158.703,96
Leme	91.756	3.232	2.889	24.805				0,744	29.326,69
Limeira	276.022	11.932	11.381	94.187				0,775	37.057,35
Mogi Guaçu	137.245	4.930	4.237	41.679				0,774	33.665,99
Piracicaba	364.571	14.211	15.229	143.042				0,785	54.656,57
Paulínia	82.146	4.157	3.481	47.447				0,795	314.637,69
Rio Claro	186.253	6.278	6.953	71.477				0,803	43.966,89
Santa Bárbara D'Oeste	180.009	892	5.333	51.460				0,781	26.590,27
Santa Gertrudes	21.634	877	600	8.028				0,737	51.604,64
Sumaré	241.311	10.374	5.800	62.878				0,762	44.750,01
Torrinha	9.330	256	867	2.622				0,744	20.207,05
Fonte: EMEC. Disponível em: http://emec.mec.gov.br/ .									
Fonte: IBGE cidades									

3.3. Implementação das políticas institucionais constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, tem como embasamento os Atos Regulatórios do Claretiano – Centro Universitário Retificação da 1229/2018; Portaria 1229/2018 (Credenciamento Centro Universitário); Projeto Educativo Claretiano (PEC) e Carta de Princípios, o Projeto Político Pedagógico Institucional (2017-2021), o Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021); os Atos Regulatórios do curso Portaria nº. 232 de 18/03/2011 (Autorização); Portaria nº. 428 de 28/07/2014 (Reconhecimento); e as seguintes normatizações: Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional); Decreto Federal 2.208/1997 (Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Educação Profissional e Tecnológica); Parecer CNE/CES 436/2001 (Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogo); Resolução CNE/CP nº 3/2002 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia); Parecer CNE/CES 239/08 (que institui a carga horária das atividades complementares nos Cursos Superiores de Tecnologia); Parecer CNE/CES 277/2006 (Nova Forma de Organização da Educação Profissional e Tecnológica de Educação); Parecer CNE/CES nº 19/2008 (Consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia); Catálogo Nacional dos Cursos

Superiores de Tecnologia (2006 e 2010); Decreto nº 9.057/2017; Portaria Normativa nº 11/2017; Decreto 9.057/2017 (legislações referentes a Educação a Distância); Portaria nº 1.428/2018 (oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial); Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP Nº 01/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena); Art. 66 da Lei 9.394/1996 (Titulação do corpo docente); Resolução CONAES nº 1/2010 (Núcleo Docente Estruturante - NDE), Decreto nº 5.296/2004 (Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida); Lei nº 12.764/2012 (Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); Decreto nº 5.626/2005 (Disciplina de Libras); Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos); Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281, 2002 (Políticas de Educação Ambiental).

A implementação das políticas institucionais constantes no PDI 2017-2021, do Claretiano – Centro Universitário, no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, ocorre desde a concepção do seu PPPC, que permeada pela Missão Institucional, Projeto Educativo (PEC), buscando a formação do profissional da área de comércio exterior.

No contexto das Políticas de Graduação (Planejar e ofertar novos cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento, alinhados às avaliações, demandas de mercado que expressem as necessidades sociais e regionais; implementar a gestão unificada dos Projetos Político-Pedagógicos de Cursos, em atendimento às políticas do Claretiano – Rede de Educação; manter as condições de oferta dos cursos de graduação em atendimento aos padrões de qualidade e conceitos estabelecidos pelo Ministério da Educação), o curso procura oferecer um ensino de qualidade, comprometido com a formação pessoal e profissional do aluno e indissociável à extensão e à iniciação científica. Neste âmbito o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo incorpora todas estas propostas.

A Pós-Graduação (oferecer novos Cursos de Especialização (lato sensu) alinhados às avaliações, as demandas de mercado, que expressem as necessidades sociais e de formação dos egressos da graduação; expandir convênios e parcerias interinstitucionais ou corporativos e internacionais; e implantação de programa de mestrado na área de Educação), mostram-se presentes no curso, quando este mantém-se articulado com o programa institucional (em convênio com o Claretiano – Centro Universitário - Batatais), , oferecendo os seguintes cursos:

- Comércio Exterior
- Controladoria e Gestão Tributária
- Gestão Ambiental
- Gestão de Agronegócios
- Gestão de Marketing
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão do Terceiro Setor
- Gestão e Planejamento de Projetos Sociais
- Gestão em Saúde
- Gestão Financeira
- Gestão Pública
- MBA – Gestão Empresarial
- Planejamento e Gestão Estratégica

As políticas de Infraestrutura (investir na infraestrutura da Unidade; e manter o patrimônio físico, cultural e histórico e adequações à legislação vigente), articulam-se com o

curso, a promoção da consciência do cuidado junto às instalações da instituição. Neste âmbito o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo incorpora todas estas propostas.

Quanto às políticas de Gestão Administrativa (implantar um Sistema de Governança atendendo ao Projeto de Reestruturação do Claretiano – Rede de Educação; e aprimorar a gestão e o desenvolvimento sustentável) e as políticas do Corpo Docente e Técnico-Administrativo (aperfeiçoar o quadro de colaboradores: docentes e técnico-administrativos, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Humano do Claretiano – Rede de Educação; manter atualizadas as Políticas de Incentivo e Projeção nos Quadros de Carreira Institucionais; e aprimorar os mecanismos de gerenciamento da qualidade do corpo docente e técnico-administrativos), a coordenação de curso busca colocar em prática a política de formação acadêmico administrativa, constante no PDI, buscando incentivar por meio da formação continuada profissional/pedagógica, a participação do corpo docente em eventos que promovem a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Atividades de formação continuada são realizadas a cada início de semestre em períodos que antecedem o início das aulas, como também as reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante.

As políticas de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade (consolidar o Núcleo de Acessibilidade Institucional; atender aos Requisitos Legais das políticas de educação ambiental; da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; da inclusão, dos direitos humanos e outras políticas públicas do gênero; e garantir a acessibilidade e a inclusão a partir da eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações, combatendo o preconceito e preservando o convívio com a diversidade) e de Responsabilidade Social (promover a inclusão social mediante adesão ao Programa Universidade para Todos – PROUNI; promover a inclusão social mediante a concessão da Bolsa Social – CEBAS em complemento às bolsas do Prouni em atendimento às determinações da Lei nº 12.101/2009; promover a inclusão social por meio da concessão de Bolsas Próprias a alunos dos cursos de graduação com comprovada dificuldade financeira, de acordo com análise de suas necessidades, ajudando-os a custear seus estudos; promover ações e projetos sociais mantendo uma relação próxima e saudável entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, de maneira que a Instituição possa expressar e exercer sua missão institucional; firmar e manter parcerias, convênios e acordos de cooperação local, regional, estadual e nacional com entidades e instituições que se alinham com os ideais do Claretiano – Centro Universitário para a oferta de bolsas e descontos em seus cursos), vem apoiar a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no contexto do curso, bem como a promoção do relacionamento e respeito quanto às questões étnico-raciais, de gênero, meio ambiente. Neste âmbito o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior incorpora todas estas propostas.

Quanto às políticas de Meio Ambiente, propostas no PDI (2017-2021), atendendo a Lei no. 9.795, de 27/04/99 e ao Decreto no. 4.281, de 25/06/02, o curso busca desenvolver Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior busca desenvolver atividades e reflexões capazes de conscientizar alunos e professores em relação à discussão do meio ambiente, a partir da contextualização do tema nas disciplinas de Economia, Administração, Direito Constitucional e Administrativo, Administração de Marketing e Serviços e Optativa de Formação, nas quais são trabalhados tópicos de estudos correlatos ao novo paradigma da gestão ambiental, por exemplo, as questões sobre problemas econômicos com recursos escassos, logística reversa, legislação do meio ambiente, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social das empresas, e nas atividades complementares há espaço para cursos, inserção comunitária e leituras de livros sobre a questão ambiental.

As políticas de Atendimento ao Discente e Acompanhamento ao Egresso visam aperfeiçoar as políticas para expansão de programas que facilitem o acesso à Educação Superior; oportunizar aos alunos a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão; fomentar oportunidades curriculares e extracurriculares de inserção no mercado de trabalho; ampliar os mecanismos de nivelamento e atendimento psicopedagógico ao estudante; garantir meios de acompanhamento ao egresso. Assim, o curso procura dar um atendimento personalizado, valorizando o aluno enquanto pessoa e futuro profissional, fornecendo apoio acadêmico, em pesquisas e orientação profissional, além do atendimento junto ao Programa de Atendimento ao Discente. Neste âmbito o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior incorpora todas estas propostas. Quanto à parceria do curso junto à Avaliação Institucional (aprimorar a Avaliação Institucional como ferramenta de gestão e processo de melhoria contínua por meio do envolvimento da comunidade educativa e da sociedade; e articular os insumos da Ouvidoria com o Projeto de Avaliação Institucional), o curso procura atender as metas da instituição acompanhando os resultados e satisfações dos alunos, da prática pedagógica do professor e implementação do PPPC, por meio da avaliação dos professores, resultados de avaliações externas, reuniões de colegiado e Núcleo Docente Estruturante. Neste âmbito o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior incorpora todas estas propostas.

As políticas de Pesquisa e Iniciação Científica contribuem no contexto do curso quanto a articulação de Grupos de Pesquisa interdisciplinares sob a perspectiva do eixo ensino, pesquisa e extensão e o fomento da produção e socialização do conhecimento da comunidade educativa. Por incentivo da Coordenação de Curso, os professores podem planejar e organizar cursos de extensão, oferecendo ao aluno a oportunidade de ampliar suas atividades e conhecimentos. O aumento e desenvolvimento das atividades de Iniciação Científica nos projetos sociais existentes e a expansão dos grupos de estudos dentro das linhas de pesquisa pré-estabelecidas pela Instituição, bem como investimentos em promoção de eventos científicos e em criação de espaços virtuais de publicação científica destinados a professores e alunos, são metas institucionais que subsidiam às atividades de iniciação científica e pesquisa do curso.

As políticas de Extensão e Ação Comunitária, buscam expandir a oferta de cursos de Extensão Universitária; buscar maior abrangência na atuação da extensão universitária com ampliação dos convênios e parcerias nacionais e internacionais e participação em editais de agências de fomento de pesquisa e extensão; estimular a Pastoral Universitária com atenção à Pastoral Juvenil Vocacional e às dimensões da JPIC – Justiça, Paz e Integridade da Criação; e buscar maior abrangência na atuação comunitária e pastoral, com ampliação dos convênios e parcerias nacionais e internacionais. Dessa forma, à Extensão e Ação Comunitária, contribuem para que o aluno possa ingressar nos Projetos de Extensão nas áreas específicas ou com afinidades, participar de cursos que são oferecidos anual ou semestralmente, oferecendo ao mesmo a oportunidade de ampliar suas atividades e conhecimentos. Neste âmbito o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior - Tecnólogo incorpora todas estas propostas.

As políticas de Educação a Distância (implantar e propor melhoria contínua no modelo de Educação a Distância, levando-se em conta os contextos de aprendizagem emergentes e os papéis e atribuições dos agentes educacionais; e expandir a oferta de 20% de disciplinas na modalidade a distância nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, com propostas interinstitucionais e corporativas de convênios nacionais e internacionais.), buscam apoiar pedagogicamente os cursos de graduação, com a utilização da sala de aula virtual como recurso didático (em convênio como Claretiano – Centro Universitário – Batatais), bem como a oferta dos 20% a distância, desde 2017, a partir das

disciplinas: Comunicação e Linguagem, Antropologia, Ética e Cultura e disciplinas específicas: de acordo com a decisão da coordenação do curso e dos membros do N.D.E.

As políticas de Registro e Controle Acadêmico, tem como meta aprimorar a estrutura do controle e registro acadêmico; e implementar o processo de migração do sistema de gestão acadêmica para apoiar todo este contexto administrativo, acadêmico e pedagógico, temos as políticas de Gestão da Tecnologia da Informação e as políticas de Marketing e Comunicação.

Especificamente as políticas de Gestão da Tecnologia da Informação, tem como objetivos prover infraestrutura tecnológica, sistemas integrados de gestão e acesso à informação e apoiar a estruturação dos Recursos Didáticos: Bibliotecas (expansão e manutenção do Acervo Bibliográfico. solidificação e aprimoramento do Claretiano – Biblioteca Digital; incentivar o uso da Biblioteca Digital Pearson); Material Didático (aprimorar e otimizar os recursos e produtos mediacionais de ensino e aprendizagem articulados com as NTICs; ampliar e aperfeiçoar as formas de distribuição dos produtos didático-pedagógicos, em convenio com o Claretiano – Centro Universitário – Batatais); Sistema Gerenciador de Aprendizagem – SGA (atualizar e melhorar continuamente o Sistema Gerenciador de Aprendizagem (SGA), tendo em vista as melhores práticas didáticas mediadas por tecnologias; possibilitar recursos na Sala de Aula Virtual (SAV) que sejam capazes de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem para a modalidade presencial e atividades a distância) também em convenio com o Claretiano – Centro Universitário – Batatais); e Laboratórios (garantir a infraestrutura e os recursos didáticos de laboratórios em atendimento aos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos; e promover melhorias nos Centros de Atendimento à Saúde). As políticas de Marketing e Comunicação, buscam promover a divulgação/comunicação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; e fortalecer e difundir a imagem institucional e do curso.

Ao trabalhar de forma dinâmica, coerente com a Missão, Projeto Educativo (PEC), seus princípios, PPI e PDI, o Curso procura garantir ao seu aluno uma formação integral da pessoa humana para o exercício profissional e para o compromisso com a vida [...]. (PEC, 2012, p. 17), que contribua para o atendimento das demandas do mundo contemporâneo, as quais contemplam os aspectos culturais, éticos, políticos e tecnológicos, para que realize e concretize suas intenções, finalidades, objetivos e metas filosóficas, educativas e políticas.

3.4. Perfil

No Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, é apresentado o perfil do profissional. Esse perfil é desmembrado em Perfil Ingressante, Perfil Inicial, Perfil Intermediário e Perfil do Egresso, que conduzem todo o trabalho pedagógico do curso, visando à formação pessoal e profissional do aluno.

3.4.1. Perfil Ingressante (público que inicia o curso)

O perfil do ingressante (organizado a partir de um questionário sociocultural aplicado no momento do Processo Seletivo), caracteriza a turma iniciante e apresenta dados que norteiam o trabalho dos professores e tutores na condução da formação pessoal e profissional dos alunos.

Especificamente no, os ingressantes **(Em construção)**

3.4.2. Perfil Inicial (1º. Ano)

No perfil inicial estão presentes as características que vão sendo desenvolvidas nos alunos durante o primeiro ano.

Descrever perfil. **(Em construção)**

3.4.3. Perfil Intermediário (metade do curso)

No perfil intermediário estão presentes as características que vão sendo desenvolvidas nos alunos durante os segundos e terceiros anos.

Descrever perfil. **(Em construção)**

3.4.4. Perfil Egresso (último ano do curso)

No perfil do egresso é apresentada a caracterização do profissional e pessoa humana que o curso pretende formar para atender as Diretrizes Nacionais do Curso e também os anseios da Missão Claretiana, que em capacitar a pessoa humana ao exercício profissional e ao compromisso com a vida, mediante a sua formação integral; missão essa que se caracteriza pela investigação da verdade, pelo ensino e pela difusão da cultura, inspirada nos valores éticos e cristãos e no carisma Claretiano que dão pleno significado à vida humana.

Descrever perfil **(Em construção)**

3.5. Objetivos

Os objetivos elencados no Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo permeiam a construção do currículo, pois obedecem a seleção dos conteúdos, a metodologia, a organização curricular, bem como preocupa-se com o processo de avaliação. São concebidos como a concretização das intenções educativas em termos de capacidades que procuram ser desenvolvidas nos alunos e futuros profissionais da área, levando em consideração o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular e o contexto social.

O conjunto dos objetivos considera que a aprendizagem é constante e progressiva, não se sobrepondo ao ritmo de cada aluno, uma vez que a missão do Claretiano contempla o futuro profissional como um ser único e irrepetível.

Assim, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo foi construído para atender aos objetivos propostos para o mesmo e também para que cada discente tenha a oportunidade de adquirir postura e compromisso político/ético e competência profissional. Cabe salientar que a partir da avaliação contínua, o aluno é orientado na construção e incorporação de suas capacidades enquanto futuro profissional da área de comércio exterior.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo tem como objetivo geral formar um profissional com características próprias, procurando assim contribuir no cenário empresarial para a elevação de produtividade, desenvolvimento e a busca da qualidade total, nas atividades de comércio exterior.

Para isso, haverá um esforço em conjunto para a formação e o desenvolvimento de Competências e Habilidades específicas, da capacitação técnica fundamental e da formação

do “Ser Pessoa”, objetivando um profissional competente e com clareza dos seus direitos e deveres perante uma sociedade em constante mudança.

3.5.1. Iniciais

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, tem como objetivos iniciais levar o aluno a: **(Em construção)**

3.5.2. Intermediários

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, tem como objetivos intermediários levar o aluno a: **(Em construção)**

3.5.3. Egresso

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, tem como objetivos finais levar o aluno a expressar o inter-relacionamento dos módulos que compõem o curso.

3.6. Competências

Não basta o profissional ter conhecimentos a respeito de seu trabalho. É essencial que saiba mobilizar esses conhecimentos, convertendo-o em ação. Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo abrange conteúdos e atividades que constituem bases para a formação do profissional dessa área, capaz de atender o perfil já exposto. Nessa direção, o curso encaminha seu trabalho pedagógico para que o futuro profissional alcance e possua as competências elencadas para sua profissão.

De acordo com as Resolução (colocar a resolução do curso) ou citar o Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologias, serão desenvolvidas as seguintes competências:

- Mediar comercializações internacionais
- Analisar as tendências de mercado
- Identificar os mercados mais promissores
- Prestar assessoria aos investidores, identificando programas de investimento rentáveis e planejando negócios
- Produzir relatórios sobre a economia e as trocas comerciais internacionais
- Realizar o acompanhamento de processos de importação e exportações para empresas públicas ou privadas
- Elaborar estratégias de mercado e marketing
- Orientar empresas públicas ou privadas em técnicas e estratégias de atrair clientes internacionais
- Assessorar clientes em trocas e negociações no exterior
- Negociar transações internacionais
- Acompanhar a transação até o final, escolhendo inclusive o tipo de transporte mais adequado à cada mercadoria
- Identificar as necessidades dos negociantes, adaptando a elas contratos de compra e venda
- Estuda contratos de financiamento
- Define a cotação da moeda
- Realiza trabalhos como despachante aduaneiro

- Planejar projetos em empresas de logística

3.7. Atribuições no mercado de trabalho

Para ser um profissional de comércio exterior é necessário diploma de curso superior de tecnologia em Comércio Exterior, com duração média de dois a três anos, que visa formar tecnólogos com competência e habilidade para atender às demandas das empresas contratantes, além de incentivar a capacidade de compreensão dos processos do comércio exterior. Algumas matérias que compõem a grade curricular do curso são: Administração, Contabilidade, Estatística, Inglês Instrumental, Espanhol Instrumental, Exportação, Câmbio, Marketing Internacional, Logística Internacional, Direito Internacional, Importação, Negociações Internacionais, entre outras. A pós-graduação também é muito importante para se destacar no mercado de trabalho, especializando e qualificando o profissional, pois por ser uma área de contato direto com grandes empresas e órgãos internacionais é necessário credibilidade do profissional. O conhecimento de idiomas também é parte na formação acadêmica, além do inglês obrigatório, é muito recomendável o domínio de outro idioma estrangeiro.

Podendo atuar em:

- Empresas Privadas: assessorando investidores, analisando os mercados mais promissores, estudando contratos internacionais, produzindo relatórios das tendências de mercado, acompanhando negociações internacionais e especificando as condições até o final da transação e avaliando o cenário mundial, dando diretrizes aos clientes à respeito da economia e das relações entre as nações, assim, analisando as possibilidades de negócios.
- Empresas Públicas: produzindo relatórios de mercado, avaliando condições para negócios governamentais, acompanhando a transação até o final, analisando contratos, orientando empresas públicas quanto a técnicas de mercados globalizados, realizar negociações de acordos bilaterais ou multilaterais, tratar de assuntos técnicos de mercados globalizados e de acordos entre nações, pode atuar em blocos econômicos ou em uniões aduaneiras como o MERCOSUL, ou a União Europeia
- Empresário: pode atuar por conta própria, prestando assessoria e consultoria em sua área.
- Ensino: pode atuar como professor ou até mesmo dando palestra sobre o mercado internacional.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1. Matriz curricular

A Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo está organizada e proposta a partir do Projeto Educativo.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, tem como embasamento os Atos Regulatórios do Claretiano – Centro Universitário Retificação da 1229/2018; Portaria 1229/2018 (Credenciamento Centro Universitário); Projeto Educativo Claretiano (PEC) e Carta de Princípios, o Projeto Político Pedagógico Institucional (2017-2021), o Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021); os Atos Regulatórios do curso Portaria nº. 232 de 18/03/2011 (Autorização); Portaria nº. 428 de 28/07/2014 (Reconhecimento); e as seguintes normatizações: Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da

Educação Nacional); Decreto Federal 2.208/1997 (Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Educação Profissional e Tecnológica); Parecer CNE/CES 436/2001 (Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogo); Resolução CNE/CP nº 3/2002 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia); Parecer CNE/CES 239/08 (que institui a carga horária das atividades complementares nos Cursos Superiores de Tecnologia); Parecer CNE/CES 277/2006 (Nova Forma de Organização da Educação Profissional e Tecnológica de Educação); Parecer CNE/CES nº 19/2008 (Consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia); Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2006 e 2010); Decreto nº 9.057/2017; Portaria Normativa nº 11/2017; Decreto 9.057/2017 (legislações referentes a Educação a Distância); Portaria nº 1.428/2018 (oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial); Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP Nº 01/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena); Art. 66 da Lei 9.394/1996 (Titulação do corpo docente); Resolução CONAES nº 1/2010 (Núcleo Docente Estruturante - NDE), Decreto nº 5.296/2004 (Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida); Lei nº 12.764/2012 (Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); Decreto nº 5.626/2005 (Disciplina de Libras); Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos); Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281, 2002 (Políticas de Educação Ambiental).

A estrutura curricular contempla os seguintes componentes curriculares: Disciplinas: 1.200 (um mil e seiscentas) horas e projeto integrador: 400 (quatrocentas) horas, totalizando 1.600 (um mil e seiscentas) horas.

Quanto aos conteúdos curriculares presentes no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, estes estão estruturados para que o futuro profissional alcance e possua as competências elencadas para a sua profissão.

Dessa forma, atendendo ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016). Além dos conteúdos supracitados, outros são propostos, de acordo com o Parecer CNE/CES nº 1302/01.

As disciplinas de Comunicação e Linguagem, Metodologia da Pesquisa Científica, Antropologia, Ética e Cultura, Língua Brasileira de Sinais (contempla os conteúdos a respeito da diversidade e inclusão), **fazem parte do rol das disciplinas institucionais, articuladas com o Projeto Educativo Claretiano e com as políticas federais.**

As disciplinas Administração: 90h, Direito Constitucional e Administrativo: 60h, Matemática e Estatística: 90h, Sociologia: 60h, Contabilidade: 60h e Comportamento Organizacional: 60h, tem como objetivo fortalecer a fundamentação da formação básica do futuro gestor ou tecnólogo. Acrescentam-se a estas disciplinas, as de Controladoria: 60h, Economia: 90h e Gestão Financeira: 90h.

As **políticas para a Educação Ambiental, Direitos Humanos, Diversidade, para a Educação das Relações Étnico-raciais** são contempladas no curso nas disciplinas: Antropologia, Ética e Cultura; Comportamento Organizacional e Optativas de Formação, além da proposição de atividades nos projetos integradores e Atividades Complementares.

Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, está integralizado em dois anos, com 1.600 (um mil e seiscentas) horas, contemplando os seguintes componentes curriculares: Disciplinas e Projeto Integrado.

- O Primeiro ano contempla uma carga horária de 600 horas de disciplinas, 200 horas de projetos integradores, totalizando 800 horas de trabalho pedagógico, ou seja, 50 % da carga horária total.

- O Segundo ano contempla uma carga horária de 600 horas de disciplinas, 200 horas de projetos integradores, totalizando 800 horas de trabalho pedagógico, ou seja, 50 % da carga horária total.

A estrutura curricular contempla a flexibilidade, considerando a disciplina Optativa de Formação, voltada para a atualização e aprofundamento da área de formação profissional e relacionada ao perfil do egresso e para a articulação com as políticas de educação ambiental, políticas relacionadas às pessoas surdas, dos direitos humanos e com políticas relacionadas às questões étnico-raciais.

4.1.1. O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo e suas inovações

O curso possibilita a formação de um profissional apto para a vivência e atuação no mercado profissional, sendo o quadro docente composto por profissionais da área com vivência acadêmica e profissional. Acrescido a isso a infraestrutura ofertada ao corpo docente.

4.1.2. Detalhamento da Matriz Curricular - 2019

1º. Semestre -2020	Sem.	C.H Total	C.H. H/A	C.H. Pres.	C.H. EaD (20%)	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H.
Antropologia, Ética e Cultural	1	60	80					
Comportamento Organizacional	1	60	80					
Administração	1	90	120					
Economia	1	90	120					
Projeto Integrado	1	100	120					
Total		400	520					
2º. Semestre - 2020	Sem.	C.H Total	C.H. H/A	C.H. Pres.	C.H. EaD (20%)	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H.
Comunicação e Linguagem	2	60	80					
Contabilidade	2	60	80					
Matemática Financeira	2	90	120					
Comércio Exterior no Brasil	2	90	120					
Projeto Integrado	2	100	120					
Total		400	520					
3º. Semestre - 2021	Sem.	C.H Total	C.H. H/A	C.H. Pres.	C.H. EaD (20%)	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H.
Exportação	3	60	80					
Inglês Instrumental	3	60	80					
Espanhol Instrumental	3	90	120					
Importação	3	90	120					
Projeto Integrado	3	100	120					
Total		400	520					
4º. Semestre – 2021	Sem.	C.H Total	C.H. H/A	C.H. Pres.	C.H. EaD (20%)	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H.

Optativa de Formação	4	60	80					
Direito Constitucional e Administrativo	4	60	80					
Financiamento às Exportações e Câmbio	4	90	120					
Administração de Marketing e Serviços	4	90	120					
Projeto Integrado	4	100	120					
Total		400	520					

DISCIPLINAS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO OFERECIDAS: Direitos Humanos, Língua Brasileira de Sinais, Educação Ambiental, Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos.

OBS: AS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO PODEM SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM A ANUÊNCIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE, COLEGIADO DE CURSO E APROVAÇÃO PELOS ÓRGÃOS CONSEPE/CONSUP.

4.1.3. Unificação dos Projetos Político-Pedagógicos (Claretiano – Rede de Educação) Justificativa da Alteração da Matriz Curricular de 2015

No ano de 2012 foi criado o Claretiano – Rede de Educação e iniciado seu processo de estruturação. Considerando o processo de estruturação do modelo de gestão para o aprimoramento e unificação de todas as unidades educacionais da Rede, várias dimensões foram analisadas e estudadas, a partir de Áreas Temáticas: Administrativo e Financeiro, Comunicação e Marketing, Educação e Ação Pastoral, Gestão Estratégica de Pessoas, Material Didático, Registro e Controle Acadêmico, Responsabilidade Social e Filantropia, Tecnologia da Informação. O trabalho teve como subsídio o Projeto Educativo Claretiano e seus princípios de abertura, singularidade, integralidade, transcendência, autonomia, criatividade e sustentabilidade.

Com a estruturação da Rede, iniciou-se o Projeto de Unificação dos PPPC de Graduação das unidades educativas Claretianas de Educação Superior, projeto este que tem sua origem no ano de 2006, com a iniciativa da articulação dos cursos de Pedagogia. Esse projeto, que parte da Área Temática Educação e Pastoral tem como subsídio o Projeto Educativo Claretiano e seus Princípios, as diretrizes curriculares nacionais de graduação e do Exame Nacional dos Cursos; as demandas e especificidades de cada curso, articulado com o sistema institucional Totvs, e tem como objetivo: unificar todos PPPC de Graduação do Claretiano – Rede de Educação, nas dimensões filosóficas, antropológicas, acadêmica, administrativa e pedagógica, buscando contribuir e fortalecer a aprendizagem dos alunos (formação humana e profissional).

A Unificação e Alinhamento de todos os PPPCs significa que os cursos de graduação do Claretiano têm o mesmo projeto e uma matriz curricular (por curso) a ser ofertada tanto na modalidade a distância e presencial. A unificação e o alinhamento do PPPCs foram se efetivando a partir dos aspectos: tempo integralização e carga horária mínimos; disciplinas institucionais, centro de formação de professores, optativas de formação, das áreas de gestão, saúde, informática e engenharias; ementas; quantidade de disciplinas ofertadas e carga horária por semestre; e tempo mínimo de horas dos demais componentes curriculares.

O trabalho está sendo realizado em conjunto com os coordenadores de curso de cada unidade educacional, que são orientados e acompanhados pelas coordenações de ensino e acadêmica, para a efetivação das etapas de unificação das matrizes curriculares e de ajustes das ementas, conteúdos, bibliografias básica e complementar.

O PPPC está sendo ajustado durante todo o momento do processo de unificação, quanto aos perfis, objetivos, competências, ementas, conteúdos, bibliografias, bem como o roteiro final. Cabe salientar que 67 cursos passaram pelo processo de unificação, totalizando

134 matrizes curriculares unificadas, que estão sendo implantadas no ano de 2015, para as entradas das turmas de fevereiro e agosto.

4.1.4. Carga Horária de Atividades Didáticas (resumo)

2019:

Disciplinas: 1.200 h (hora de 60 minutos) ou 900 h/a de 45 minutos

Projeto Integrador: 400 h (hora de 60 minutos) ou 300 h/a de 45 minutos

Total: 1.600h (hora de 60 minutos) ou 1.200 h/a de 45 minutos

4.2. Disciplina Língua Brasileira de Sinais

Nos últimos anos o Claretiano vem recebendo alunos público-alvo da Educação Especial no ensino superior. Essa demanda tem sido impulsionada pela política de inclusão implementada no Brasil desde 1994, a partir da Declaração de Salamanca.

De acordo com as políticas nacionais educacionais de inclusão (BRASIL, 1994; BRASIL, 1996; BRASIL, 1997; BRASIL, 1999; SÃO PAULO, 2000; BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2006) os alunos público-alvo da Educação Especial, quando inseridos nos contextos comuns de ensino devem encontrar um currículo que atenda a sua condição diferenciada. Em outras palavras, a escola deve se adequar às necessidades do aluno viabilizando a sua aprendizagem naquele contexto.

No contexto dos cursos de graduação, atendendo ao DECRETO Nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Claretiano implementou a disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura em Pedagogia (desde 2006), com carga horária de 60 horas.

A partir do ano de 2009, nos cursos de Letras e Educação Física do Claretiano, foram incorporados como parte dos componentes curriculares a disciplina de Língua Brasileira de Sinais, com carga horária de 30 horas, atendendo ao referido Decreto no Art 9º., inciso I (até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição).

No ano de 2010, o Claretiano implementou a disciplina de Língua Brasileira de Sinais, com carga horária de 30 horas, em todas as licenciaturas como disciplina obrigatória e nos demais cursos, pelo menos como disciplina Optativa, considerada disciplina institucional. Cabe salientar que a partir de 2013, a carga horária da disciplina, tanto nos cursos em que a mesma é obrigatória, ou optativa de formação, é de 60 horas.

Com o oferecimento da Língua Brasileira de Sinais o Claretiano pretende melhorar a comunicação e interação entre aluno surdo e professores e alunos ouvintes; atender a aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo no curso; dar condições de trabalho para os professores dos diversos cursos; e incorporar a política de educação inclusiva.

4.3. Políticas de Educação Ambiental

As políticas de Meio Ambiente, propostas no PDI (2017-2021), vão ao encontro da crescente demanda de recursos naturais e da discussão permanente contra a progressiva degradação dos ecossistemas, requerendo o desenvolvimento de estudos voltados à geração tanto de conhecimento como de subsídios para ações preventivas e corretivas das interferências humanas.

Como atividades específicas, atendendo à Política Nacional de Meio Ambiente (PDI 2015-2019), a Lei nº 9.795, de 27/04/99, Decreto nº 4.281, de 25/06/02 e Resolução CNE/ CP

nº 2, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), o curso é orientado a desenvolver atividades e reflexões capazes de conscientizar alunos e professores em relação à discussão do meio ambiente, a partir da contextualização do tema nas disciplinas Antropologia, Ética e Cultura, Educação Ambiental (Optativa de Formação) e específicas do curso, além de articulações nos demais componentes curriculares obrigatórios, ofertados às quartas-feiras, como palestras, atividades de extensão, minicursos ou encontros científicos.

Quanto à articulação das Políticas de Educação Ambiental com a iniciação à pesquisa, os alunos têm a possibilidade de participar do Encontro de Iniciação Científica, nos quais têm acesso a palestras e a trabalhos de pesquisa próprios e de outros alunos relacionados a esse tema.

Cabe salientar que, além das proposições de ações propostas o curso pode acrescentar outras ações de acordo com as discussões e proposições do Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso e aprovação pelo CONSUP.

Especificamente, as Políticas de Educação Ambiental no Curso de Graduação em Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo são ofertas disciplinas Institucionais que contemplam a Educação Ambiental. Dentre elas cabe destacar as disciplinas de Comunicação e Linguagem e Antropologia, Ética e Cultura.

4.4. Políticas para as Questões Étnico-raciais

De acordo com as Políticas Nacionais Educacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira (Resolução 1/2004; Parecer CNE/CP 3/2004; 10.639/2003 e 11.645/2008), a Educação Superior deve incluir, nos seus conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (§ 1º, Resolução 1/2004).

Para atender às políticas relacionadas acima e à Missão do Claretiano, a Instituição e o curso vem implementando estratégias que visam “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática” (Art. 2º, Resolução 1/2004).

Portanto, o Claretiano assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserido, especificamente às políticas das relações étnico-raciais e ao seu Projeto Educativo (PEC, 2012).

A Instituição, considerando sua Missão, que busca sistematizar sua ação educacional com uma visão de homem como “um ser único, irrepetível, constituído das dimensões biológica, psicológica, social, unificadas pela dimensão espiritual, que é o núcleo do ser-pessoa” (Projeto Educativo Claretiano, 2012), vem se reorganizando nos últimos anos para responder “às especificidades do reconhecimento e valorização de identidade, história e cultura afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdades de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Art. 2º, § 2º, Resolução 1/2004).

Especificamente nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, as ações envolvendo as políticas para as questões étnico-raciais ocorrem na oferta da disciplina institucional obrigatória Antropologia, Ética e Cultura e de optativas de formação voltadas à atualização

e aprofundamento da área de formação profissional e relacionada ao perfil do egresso e para a articulação com as políticas de educação ambiental, políticas relacionadas às pessoas surdas, dos direitos humanos e com políticas relacionadas às questões étnico-raciais e também a partir das disciplinas específicas e outros componentes curriculares de cada curso, que podem ser visualizados neste PPPC.

Especificamente, no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, as ações envolvendo as políticas para as questões Étnico-raciais ocorrem, especialmente, na oferta das disciplinas: Direitos Humanos (Optativas de Formação); nas disciplinas de Antropologia, Ética e Cultura e Comportamento Organizacional.

Tais ações e articulações, além de atender às políticas nacionais para as questões étnico-raciais, vão ao encontro da fundamentação da concepção de Pessoa Humana presente no Projeto Educativo Claretiano (2012, p. 18):

- a) respeito a cada pessoa como um ser único e singular;
- b) respeito a cada pessoa como princípio de suas ações, de sua capacidade de governar-se, tendo em vista sua liberdade;
- c) respeito ao homem como uma totalidade e uma exigência de abertura e contato com os outros.

4.5. Educação em Direitos Humanos

De acordo com as políticas nacionais de Direitos Humanos estabelecidas pela Resolução CNE/CP no 1/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos), embasadas pelas legislações: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PME - DH 2005/2014), Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006), o Claretiano concebe a Educação em Direitos Humanos inerente ao seu Projeto Educativo (2012, p. 17).

O Claretiano, considerando sua Missão, que busca sistematizar sua ação educacional com uma visão de homem como “um ser único, irrepetível, constituído das dimensões biológica, psicológica, social, unificadas pela dimensão espiritual, que é o núcleo do ser-pessoa” (Projeto Educativo Claretiano, 2012, p. 15), busca a todo momento responder à questão dos Direitos Humanos a partir de suas atividades pedagógicas e acadêmicas, tendo em vista o atendimento das prerrogativas da Resolução CNE/CP no 1/2012, Art. 6º e Art. 7º, Incisos I a III (2012, p. 2):

- Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.
- Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:
 - 1) pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
 - 2) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;

3) de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

O curso tem como premissa implementar e integrar ações que contemplem a transversalidade e a interdisciplinaridade no contexto de seu Projeto Político-Pedagógico, em disciplinas específicas, na disciplina institucional Antropologia, Ética e Cultura, na disciplina Direitos Humanos (Optativa de Formação); em demais componentes curriculares obrigatórios, na Extensão e Iniciação à Pesquisa. Cabe salientar que, no decorrer do curso, todos os anos, no segundo semestre, é realizado o Encontro de Iniciação Científica (ENIC), nos quais todos os alunos são convidados a assistirem a palestras e apresentarem trabalhos pertinentes à área do curso e articulados com o tema Direitos Humanos, além de articulações nos demais componentes curriculares obrigatórios, como palestras, atividades de extensão, minicursos ou encontros científicos.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo oferece algumas disciplinas Institucionais que contemplam a Educação em Direitos Humanos. Dentre elas cabe destacar as disciplinas de Antropologia, Ética e Cultura, Direito Constitucional e Administrativo que, no conteúdo programático, propõe a reflexão sobre o tema pela transversalidade, por meio de temáticas relacionadas aos Direitos Humanos e tratadas de forma interdisciplinar.

4.6. Disciplina Optativa de Formação

Regulamentada pela instituição, a disciplina Optativa de Formação está voltada para a atualização e aprofundamento da área de formação profissional e relacionada ao perfil do egresso.

Justifica-se pelos avanços científicos e tecnológicos em todos os campos do saber e a necessidades de sua incorporação imediata nos currículos de formação; pela flexibilização curricular e interdisciplinaridade; abertura democrática saudável entre a proposta curricular e a escolha do aluno (no presencial; e pelo colegiado e núcleo docente estruturante na educação a distância) e pela possibilidade de extensão universitária.

Tem como objetivos: a promoção de competências e habilidades exigidas para a formação profissional e humana em cada campo de estudo em nossos alunos; manutenção dinâmica do currículo, flexibilização e atualização do mesmo em relação às necessidades e realidades educacionais e sociais; a atenção à inclusão, quanto a educação do surdo, a articulação com as políticas de educação ambiental; as políticas para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; além de buscar a interdisciplinaridade entre os campos do saber e as áreas de formação.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo oferece uma optativa de formação no 3º semestre, último ano do curso, com a carga horária de 60 horas: História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Educação Ambiental, Direitos Humanos, LIBRAS. As optativas de formação podem sofrer alterações de acordo com a anuência do colegiado de curso e aprovação pelo CONSUP.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais

Carga horária: 60 horas

Ementa: A disciplina Língua Brasileira de Sinais, em atendimento ao Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, pretende melhorar a comunicação e interação entre aluno surdo e professores, tutores e alunos ouvintes; atender a aprendizagem e desenvolvimento do aluno

surdo no curso; dar condições de trabalho para os professores e tutores dos diversos cursos; e incorporar a política de educação inclusiva. Para isso discutirá os direitos da pessoa surda. A importância da Libras na comunicação e na educação do indivíduo surdo. A história da pessoa surda. O indivíduo surdo e suas interações na sociedade. A implementação do bilinguismo na atualidade. Vocabulário da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Libras em contexto. Diálogos em Libras. Gramática da Libras.

Bibliografia Básica

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por língua brasileira de sinais**: livro básico. Brasília: Senac, 2005.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, c2009.

PEDROSO, Cristina Cinto Araújo; ROCHA, Juliana Cardoso de Melo. **Língua brasileira de sinais**: caderno de referência de conteúdo. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/000029/00002902.pdf>. Acesso em: 31 out. 2014.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

Bibliografia Complementar

ENCICLOPÉDIA da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras: Volume 2: artes e cultura, esportes e lazer. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ENCICLOPÉDIA da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras: volume 4: comunicação, religião e eventos. São Paulo: EDUSP, 2005.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011. Disponível em: http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576058786/pages/_1. Acesso em: 9 jun. 2016.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolingüísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, Ivani Rodrigues (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem**: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.

Disciplina: Educação Ambiental

Carga horária: 60 horas

Ementa: Buscando o fortalecimento de práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos as políticas para a Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99, Decreto nº 4.281/02 e Resolução CNE/CP nº 2/12), a disciplina aborda a educação ambiental: concepções e histórico; princípio, objetivos e caminhos da EA; desenvolvimento sustentável e educação para a sustentabilidade; diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental: ações educativas, práticas, instrumentos e metodologias no processo de Gestão Ambiental.

Bibliografia Básica

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão socioambiental no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788565704281/pages/-2>. Acesso em: 15 ago. 2016.

Philippi JUNIOR, Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES VALDIR (Coord.). **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2012. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520431146/pages/-26>. Acesso em: 13 set. 2016.

Steinmetz, Wilson; Augustin, Sérgio. (Org.) **Direito constitucional do ambiente: teoria e aplicação**. Caxias do Sul: Educus, 2011. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788570616081/pages/-2>. Acesso em: 15 set. 2016.

Bibliografia Complementar

FANTIN, Maria Eneida. **Educação ambiental, saúde e qualidade de vida**. Curitiba: InterSaber, 2014. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582129197/pages/-2>. Acesso em: 16 set. 2016.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios**. Campinas, SP: Papirus, [2015]. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544900680/pages/-2>. Acesso em: 16 set. 2016.

LUZZI, Daniel. **Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca**. Barueri: Manole, 2012. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520432075/pages/-22>. Acesso em: 16 set. 2016.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Coord.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2014. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520432006>. Acesso em: 26 nov. 2015.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Coord.). **Curso de gestão ambiental**. 2. ed. atual. e ampl. Barueri: Manole, 2014. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520433416/pages/-22>. Acesso em: 15 set. 2016.

Disciplina: Direitos Humanos

Carga horária: 60 horas

Ementa: Buscando atender às políticas nacionais para os Direitos Humanos e o que inerente à pessoa humana, a disciplina aborda a definição e origem dos direitos humanos; sistemas nacional e internacional de proteção dos direitos humanos; direitos civis e políticos; direitos econômicos sociais e culturais; áreas temáticas dos direitos humanos, a saber: discriminação de raça, gênero e orientação sexual; direitos do público-alvo da Educação Especial; direitos sexuais e reprodutivos; combate ao trabalho escravo e infantil; previdência e assistência social, assédio sexual e moral e a responsabilidade social das empresas.

Bibliografia Básica

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 20. ed. reform. e atual. São Paulo: Ática, 2005.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINSKY, Jaime (Org.). **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572442657/pages/1>. Acesso em: 8 ago. 2018.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MACHADO, Martha de Toledo. **A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos**. Barueri, SP: Manole, 2003. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520417584>. Acesso em: 26 nov. 2015.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direitos humanos e cidadania: a luz do novo direito internacional**. Campinas: Minelli, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium, 2004.

SILVA, Alessandro da et al. (Coord.). **Direitos humanos: essência do direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2007.

SILVEIRA, Vladmir Oliveira da. **Direitos humanos: conceitos, significados e funções**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos

Carga horária: 60 horas

Ementa: Buscando atender às políticas nacionais para os Direitos Humanos e de promoção para a educação para as Relações Étnico-Raciais a disciplina aborda: A definição e origem dos direitos humanos. Direitos civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais. Relações Étnico-Raciais e a formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Cultura e Diversidade. Racismo e preconceito: as implicações para a população negra e indígena. Racismo Institucional. Relações Étnico-Raciais e Infância. Ações afirmativas. Racismo, Preconceito e Violência. Educação e promoção da igualdade étnico-racial.

Bibliografia Básica

CHICARINO, Tathiana (Org.). **Educação nas relações étnico-raciais**. São Paulo: Pearson, 2015. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543017013/pages/-10>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FERREIRA, Marrielle Maia Alves. **Direitos humanos: guia de disciplina: caderno de referência de conteúdo**. Batatais, SP: Claretiano, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00005b/00005b7a.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.

MICHALISZYN, Mario Sérgio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544300770/pages/1>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC / INEP, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00007e/00007ee8.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, c2011. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788587478542/pages/-1>. Acesso em: 22 jun. 2018

MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. **Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2015. Disponível em: <http://claretiano.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302095/pages/-2>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direitos humanos e cidadania: a luz do novo direito internacional**. Campinas: Minelli, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

4.7. Ementário e Bibliografia das disciplinas do Curso

1º. Ano – 1º. Semestre

Disciplina: Antropologia, Ética e Cultura

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A Antropologia, Ética e Cultura, no contexto das disciplinas institucionais, ofertada em todos os cursos do Claretiano, tem como propósito subsidiar os alunos quanto à consciência do Projeto Educativo da IES atualizada na vida dos mesmos, demonstrando o humanismo enquanto caminho para o desenvolvimento e plenificação do ser humano com suas potencialidades e abertura para a liberdade, para a alteridade e para a possibilidade de transcendência; trazendo discussões a respeito: da definição de pessoa, à luz da antropologia filosófica. Implicações da concepção de pessoa (biológica, psicológica, cultural e espiritual) na vida em sociedade. Compreensão da pessoa no Projeto Educativo Claretiano. Imanência, transcendência, liberdade e autonomia do ser pessoa. Ética, Moral, Bioética e cidadania. Deveres, Direitos Humanos e valorização da pessoa. Vida boa, vida feliz e vida em plenitude. Educação, Formação e Cultura. Desafios da sociedade contemporânea: a) diversidades e pluralidade cultural (cultura afro-brasileira, indígena, entre outras); b) gênero, sexualidade e família; c) políticas afirmativas, inclusão e acessibilidade; d) meio ambiente, preservação da natureza, sustentabilidade e consciência planetária.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DANIEL, E.; SCOPINHO, S. C. D. **Antropologia, Ética e Cultura**. Batatais: Claretiano, 2013.

MONDIN, Battista. **O Homem quem é ele?: Elementos de Antropologia Filosófica**. São Paulo: Paulus, 1980.

Bibliografia Complementar

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. São Paulo: Vozes, 2004.

FRANKL, Viktor E. **Sede de sentido**. São Paulo: Quadrante, 1989.

GALANTINO, N. **Dizer homem hoje: novos caminhos da antropologia filosófica**. São Paulo: Paulus, 2003.

MO SUNG, J. Conhecimento e solidariedade. Educar para a superação da exclusão social. São Paulo: Salesiana, 2002.

Disciplina: Comportamento Organizacional

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Considerando o fortalecimento da formação das pessoas que atuam na área de gestão, quanto às capacidades de expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais, a partir da iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício da profissão, a disciplina aborda a introdução ao estudo do Comportamento Organizacional: contexto e objetivos; as pessoas nas organizações: diferenças individuais e personalidade; percepção, atitude e decisão; motivação; satisfação no trabalho; os grupos nas organizações: grupos e equipes; comunicação; socialização; qualidade de vida no trabalho; a dinâmica organizacional: liderança; poder e política; estrutura organizacional; cultura organizacional e clima organizacional; mudança organizacional: forças para a mudança; mudança planejada; resistência à mudança; e mudança e desenvolvimento organizacional.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BRANDÃO, Antonio Marcelo. Comportamento Organizacional. Batatais (SP): Claretiano, 2011.

Bibliografia Complementar:

BERGAMINI, C. W. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (Org.).

Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Comportamento Organizacional: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2006.

SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. Gestão de pessoas e discurso organizacional: crítica à relação indivíduo-empresa nas organizações contemporâneas. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Disciplina: Administração

Carga Horária: 90 horas

Ementa: A disciplina Administração, no contexto dos cursos da área da gestão, do Claretiano, aborda os conceitos básicos em Administração bem como os princípios da Administração pública e analisa as principais linhas de abordagem do pensamento teórico: Científica, Clássica, Comportamental, Neoclássica, Burocrática, Estruturalista, Sistêmica, Desenvolvimento Organizacional e Contingencial. Discute as questões relativas à gerência, ao processo decisório e o efeito da liderança sobre o desempenho organizacional. Trata do perfil do administrador contemporâneo. Apresenta os principais elementos ligados à ética e responsabilidade social empresarial. Prospecta novos paradigmas, tendências na área da Administração e a evolução da Administração pública no Brasil e no mundo.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2000.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

Bibliografia Complementar

AKTOUF, Omar. Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do Avestruz. São Paulo: Atlas, 2004.

ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva; 2003.

CERTO, Samuel. C. Administração Moderna. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CHIAVENATO, I Idalberto. Os Novos Paradigmas. São Paulo: Atlas, 1996.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2005.

Disciplina: Economia

Carga horária: 90 horas

Ementa: A disciplina aborda os conceitos básicos e gerais compreendidos no campo de estudo da economia e que norteiam a explicação de elementos teóricos pertinentes tanto da abordagem microeconômica quanto da abordagem macroeconômica, de forma a facilitar a compreensão dos fatos e das análises econômicas em benefício da gestão empresarial. Descreve o funcionamento dos mercados, as orientações das unidades individuais, comportamento do consumidor e abordagem da firma, e as práticas tradicionais de política econômica do governo. Caracteriza o impacto na economia dos instrumentos de política econômica do governo e promove a percepção da distinção entre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico, bem como introduz a discussão sobre o fenômeno da inflação. Ao descrever as abordagens da teoria econômica clássica e keynesiana abre espaço para a compreensão da dinâmica da economia e do papel da política econômica.

Bibliografia Básica

MOCHÓN, Francisco. Princípios de economia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SOUZA, Israel Valdecir de; LIMA, Nilton César. Economia: caderno de referência de conteúdo. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013.

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. Princípios de econômica: micro e macro. Curitiba: InterSaberes, 2012.

Bibliografia Complementar

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

PARKIN, Michael. Economia. 8. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

PARKIN, Michael. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

Atividade Acadêmica: Projeto Integrador

Carga Horária: 100 horas

Ementa: A disciplina de Projeto Integrador será a observação de processos reais, abstração da realidade para construção de modelos de análise sob uma ótica epistemológica; aquisição de conhecimento especialista; concepção e análise de modelos mentais; validação de modelos conceituais; conversão de modelos conceituais em modelos simulados.

Nota: Elaboração de projeto empresarial, fundamentado em estudo de caso, a ser estruturado em um modelo conceitual para avaliação de performance e descoberta de pontos de alavancagem. Resultado esperado: plano de trabalho visando à simulação do modelo concebido, estrutura de artigo científico.

Bibliografia Básica

DAFT, R. L. Teoria e projeto das organizações. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 442p. LAKATOS, E. M.; MARKONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 4ª. Ed. São Paulo : Atlas, 1997. ROSSATO, Maria Antonieta. Gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, 264p
SENGE, Peter M. A dança das mudanças. [The dance of change]. Traduzido por: Bazán Tecnologia e Lingüística. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 676 p.
SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem. 11 ed. São Paulo: Best Seller, 2002. 443 p.

Bibliografia Complementar

BARROS, A. I.; LEHFELD, N. A. Fundamentos de metodologia: um guia para iniciação científica. 2ª. Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
HAROLD, K, Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman. 519p.
MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. Rio Claro : Atlas. 281p.
NADLER, David A., et al. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 265p. SENGE, Peter M et al. A quinta disciplina: caderno de campo, estratégias e ferramentas. Traduzido por: Antonio Romero Maia da Silva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. 543 p.

1º. Ano – 2º. Semestre

Disciplina: Comunicação e Linguagem

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A disciplina Comunicação e Linguagem tem por intuito desenvolver condições de letramento para as exigências da Educação Superior, no tocante ao estímulo da capacidade de interpretar, analisar e discutir textos sobre assuntos variados e produzidos no meio científico. Tal enfoque possibilita a compreensão das estruturas textuais concernentes às modalidades textuais propícias do ambiente acadêmico. Para isso, abordam-se questões relativas aos conceitos de comunicação, linguagem, texto e discurso; às características peculiares da fala e da escrita; aos procedimentos de interpretação e de produção de textos, com a explanação de técnicas de parafraase e de sintetização; à tipologia textual dissertativa presente no discurso acadêmico, mais especificamente nos gêneros resumo e resenha; aos aspectos gramaticais da língua portuguesa e ao uso da norma padrão. Comunicação e linguagem.

Texto: conceito, tipologia e estruturação. Fatores de textualidade: coerência e coesão.

Aspectos gramaticais relevantes à produção textual. Leitura crítica, interpretativa e analítica. Dissertação. Documentação e fichamento: documentação temática, documentação

bibliográfica, ficha de citações, ficha de resumo ou conteúdo, formas de trabalhos científicos. Produção de textos.

Bibliografia Básica

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo.

Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2007.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. São Paulo: Cortez, 2007.

VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. Tradução de Clarice Madureira Sabóia et al. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina: Contabilidade

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Considerando que o profissional da área da gestão, quando necessário, tenha uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil, a disciplina tem como premissa o estudo da formação da organização empresarial; os paradigmas da sociedade da informação; as escolas italiana e americana da Contabilidade; a abordagem sistêmica e o sistema empresa; a composição da estrutura do patrimônio, a mecânica contábil e o processo de simulação; natureza e a estrutura das contas patrimoniais e de resultado; a escrituração e o registro dos fatos administrativos; controle e a correção de lançamentos; transações com mercadorias; provisão para devedores duvidosos; composição dos processos envolvendo a depreciação; controle físico-financeiro de estoques (inventários); estrutura das demonstrações contábeis mais usuais; breve introdução aos custos; nomenclatura e classificação dos custos; sistemas de custeio; e a formação do preço de venda e o ponto de equilíbrio.

Bibliografia Básica

IUDÍCIBUS, Sérgio (Coord.) Contabilidade Introdutória. 9ª ed. (livro texto e exercícios) Rio Claro : Atlas,1998.

MARION, José C. Contabilidade Básica. 7ª ed. Rio Claro : Atlas, 2004.

ZAMBON, A. C.; COLABONE NETO, M. Contabilidade I. Batatais: Claretiano - Centro Universitário, 2013.

Bibliografia Complementar

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Gestão de custos e formação de preços. São Paulo: Atlas, 2006.

LEONE, G. S. G. Curso de contabilidade de custos: contém critério do custeio ABC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, E. et al. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais Sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.

WERNKE, R. Análise de custos e preços de venda. São Paulo: Saraiva, 2006.

Disciplina: Matemática e Estatística

Carga Horária: 90 horas

Ementa: No campo empresarial e corporativo, muitas são as relações de produção, de comercialização e de planejamento que possuem uma associação direta com aspectos quantitativos, em especial econômicos e financeiros. Assim, as ações esperadas dos futuros gestores incluem habilidades e competências relacionadas com a análise e interpretação dos cenários quantitativos, e para isso é fundamental aprofundar os estudos de Matemática e Estatística. Matemática: Propriedades algébricas para a manipulação de conjuntos numéricos e equações matemáticas. Equações e sistemas de equações lineares. Representação dos sistemas lineares em forma matricial e operações com matrizes. Principais funções matemáticas, suas propriedades e gráficos. Conceito de cálculo diferencial e as regras básicas de derivação. Probabilidade: Noções de teoria de conjuntos para utilização nos eventos de probabilidade. Principais técnicas de contagem e análise combinatória como suporte ao cálculo das probabilidades. Espaços amostrais e eventos aleatórios. Relações entre eventos aleatórios. Probabilidade frequentista e os principais teoremas de probabilidade. Probabilidade da união e intersecção de eventos. Probabilidade condicional e independência. Estatística: População e amostra. Conceitos básicos de Estatística. Distribuições e gráficos de frequências. Tipos de tabelas e tipos de gráficos utilizados em Estatística. Medidas de tendência central, suas propriedades e aplicações. Medidas de posição e de ordem, suas propriedades e aplicações. Medidas de dispersão, suas propriedades e aplicações. Uso de recursos tecnológicos em Estatística, a planilha MS-Excel e calculadoras científicas.

Bibliografia Básica

LEVIN, Jack; FOX, James Alan, FORDE David R. Estatística para ciências humanas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

NEUFELD, John L. Estatística aplicada à administração usando excel. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

SILVA, Sebastião Medeiros da et. al. Matemática para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar

DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. São Paulo: Ática, 2002.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. Estatística: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MORETTIN, Pedro A., et. al. Cálculo: Funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2003.

MUROLO, Afrânio. Matemática aplicada à administração, economia. São Paulo: Pioneira, 2004.

VIEIRA, S. Estatística para a Qualidade: como avaliar com precisão a qualidade em produtos e serviços. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

Disciplina: Comércio Exterior no Brasil

Carga Horária: 90 horas

Ementa: Introdução à Exportação e Importação; Introdução de Marketing Global; Introdução à Estrutura de Comércio Exterior Brasileira; Introdução de Acordos

Internacionais; Introdução à Legislação Básica e Sistemas Integrados da Área Internacional; Introdução de Câmbio; Introdução de Benefícios à Exportação.

Bibliografia Básica

RATTII, B. Comércio Internacional e Câmbio. 10ª Edição, São Paulo: Aduaneiras, 2001.
KOTLER, P.; JATUSRIPITAK, S.; MAESINCEE, S. O Marketing das Nações. 1ª Edição, São Paulo: Futura, 1997.
HARTUNG, D. Negócios Internacionais. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Qualitimark, 2002. SOARES, C.C. Introdução ao Comércio Exterior – Fundamentos Teóricos do Comércio Internacional. 1ª edição, São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar

ALBERTIN, L. A. Comércio Eletrônico. 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 2002.
LUNARDI, A. L. Incoterms 2000. 2ª Edição, São Paulo: Aduaneiras, 2001.
BIZELLI, J.S. e BARBOSA, R. Noções Básicas de Importação. 8ª Edição, São Paulo: Aduaneiras, 2001.
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Consolidação das Normas Cambiais. Edição Atualizada, Brasília: 2006.
KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing. 9ª Edição, Rio de Janeiro: LTC, 2002.
BANCO DO BRASIL. Revista Comércio Exterior. Edições Bimestrais, Brasília: 2005.

Atividade Acadêmica: Projeto Integrador

Carga Horária: 100 horas

Ementa: Análise técnica e epistemológica de modelos complexos; avaliação de impacto; engenharia do conhecimento, modelos de análise compartilhados; modelos abertos de melhoria contínua; modelos para apoio à decisão.

Nota: Implementação do projeto empresarial, fundamentado em estudo de caso, estruturado a partir do modelo conceitual, para aferição de performance e comprovação de pontos de alavancagem através de simulação dinâmica. Resultado esperado: relatório final dos resultados obtidos, em formato de artigo científico.

Bibliografia Básica

DAFT, R. L. Teoria e projeto das organizações. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 442p. LAKATOS, E. M.; MARKONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.
ROSSATO, Maria Antonieta. Gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, 264p
SENGE, Peter M. A dança das mudanças. [The dance of change]. Traduzido por: Bazán Tecnologia e Linguística. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 676 p.
SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem. 11 ed. São Paulo: Best Seller, 2002. 443 p.

Bibliografia Complementar

BARROS, A. I.; LEHFELD, N. A. Fundamentos de metodologia: um guia para iniciação científica. 2ª. Ed. Rio Claro : Makron Books, 2000.
HAROLD, K, Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman. 519p.
MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas. 281p.
NADLER, David A., et al. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 265p.

SENGE, Peter M et al. A quinta disciplina: caderno de campo, estratégias e ferramentas. Traduzido por: Antonio Romero Maia da Silva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. 543 p.

2º. Ano – 3º. Semestre

Disciplina: Exportação

Carga horária: 60 horas

Ementa: Identificar as bases legais e suas origens no trato das exportações. Estudar os mecanismos de controle e os documentos utilizados, além de exercitar a composição dos custos e conseqüentemente os preços para exportações.

- Base legal
- Tratamento administrativo
- Controle aduaneiro/Siscomex
- Documentos – Incentivos fiscais
- Formação de preços

Bibliografia Básica

NEVES, M. F; SCARE, R. F. Marketing e Exportação. 1ª Ed. Atlas, 2007.

RATTII, B. Comércio Internacional e Câmbio. 10ª Ed. Aduaneiras, 2001.

SOUSA, J. M. Gestão de Comércio Exterior: Exportação/Importação. 1ª Ed. Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

Banco Central do Brasil. Consolidações das Normas Cambiais. Brasília, 2009.

MURTA, R. Princípios e contratos em comércio exterior. 1ª Ed. Saraiva, 2009. PINHO, M.

O. M. Dicionário de termos de negócios. 3ª Ed. Atlas, 2005.

SOUZA, J. M. Fundamentos do Comércio Internacional. VI.2. Saraiva, 2009.

Disciplina: Inglês Instrumental

Carga Horária: 90 horas

Ementa: redação comercial, e-mail, fax, *business letter*, *memo*, curriculum vitae. Uso comunicativo da língua estrangeira em nível elementar e básico, buscando o desenvolvimento integrado das habilidades de compreensão oral, produção oral, leitura e escrita, além de gramática, com foco em situações de trabalho. Prática oral : conversação geral, inglês ao telefone e pronúncia.

Bibliografia Básica

GARSIDE, Barbara. Essential telephoning in English: Students' book. New York: CUP, 2002.

IBBOTSON, Mark & STEPHENS, Bryan. Business start-up 1: Students' book. Cambridge: CUP, 2006.

LITTLEJOHN, Andrew. Company to company: A communicative approach to business correspondence in English students' book. 3 ed. Cambridge: CUP, 2000.

Bibliografia Complementar

BARTON, Laurie & SARDINAS, Carolyn D. North Star: Reading and writing Intermediate. 2 ed. White Plains: Longman, 2004.

GILBERT, Judy B. Clear speech from the start: Basic pronunciation and listening comprehension in North American English students book. Cambridge: CUP, 2001.

IBBOTSON, Mark & STEPHENS, Bryan. Business start-up 2: Students book. Cambridge: CUP, 2006.

MASCULL, Bill. Business vocabulary in use. Cambridge: CUP, 2002.

TORRES, Nelson. Gramática Prática da Língua Inglesa O Inglês Descomplicado. São Paulo: Editora Saraiva

Disciplina: Espanhol Instrumental

Carga Horária: 90 horas

Ementa: Fonética, Léxico, Ortografia, Artigos Definido e Indefinido, Pronomes Pessoais, Possessivos e Demonstrativos, Plural de Substantivos e Adjetivos, Verbos Auxiliares, Verbos Regulares no Presente do Indicativo, Leitura e Interpretação de textos de diferentes gêneros, Elaboração de diálogos, Leitura, Discussão, Atividades de Compreensão Auditiva e Redação com base em textos polêmicos.

Bibliografia Básica

JIMENEZ, Felipe Pedraza. Vamos a hablar: curso de Lengua Espanola. 16 ed. Sao Paulo: Atica, 1999. Volume 1.

JIMENEZ, Felipe B.pedraza. Vamos a hablar: curso de Lengua Espanola. 8 ed. Sao Paulo: Atica, 1995. Volume 2

PRADA, Marisa de. Hablando de negocios. 4 ed. Espana: Edelsa, 1999.

Bibliografia Complementar

JIMENEZ, Felipe Pedraza. Vamos a Hablar: Curso de lengua espanola. 6 ed. Sao PAULO: Atica, 2002. Volume 3.

JIMENEZ, Felipe Pedraza. Vamos a Hablar: Curso de lengua espanola. 5 ed. Sao Paulo: Atica, 2001. Volume 4.

WILKES, Angela. 150 primeiras frases em espanhol. São Paulo: Atica, 1997.

ARRIBAS, Jesus. Preparacion Espanol lengua extranjera: diploma basico. Madrid: Edelsa, 1994.

ESTEBAN, Gemma Garrido; DIAZ-VALERO, Javier Llano; CAMPOS, Simone Nascimento. Conexion - libro del alumno: curso de espanol para profesionales brasilenos. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

Disciplina: Importação

Carga horária: 60 horas

Ementa: Identificar as bases legais e origens no trato das importações. Conhecer os tramites no desembaraço aduaneiro e controle cambial, incluídos os impostos seguros e taxas que constituem o preço final das mercadorias.

- Base legal
- Tratamento Administrativo
- Controle Aduaneiro/Siscomex
- Seguros Internacionais
- Tributação
- Formação de preços

Bibliografia Básica

BARBOSA, R; BIZELLI, J. S. Noções Básicas de Importação. 9ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

CAMPOS, A. Comércio Internacional e Importação. 1ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 1990.
LUNARDI, A. L. Incoterms: Condições Internacionais de Compra e Venda. 2ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
VAZQUEZ, J. L. Comércio Exterior Brasileiro. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Nadja de. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
BROWNLIE, Ian. Princípios de direito internacional público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Gestão de Custos e Formação de Preços. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
JARDIM, E. M. F. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
NASCIMENTO, J. M. Planejamento, Controle e Gestão na Economia Globalizada. 2ª Ed. Rio Claro : Atlas, 2001.
OLIVEIRA, J. J. M. Código Tributário Nacional: Comentários Doutrina e Jurisprudência. 4ª Ed. Saraiva, 2007.

Atividade Acadêmica: Projeto Integrador

Carga Horária: 100 horas

Ementa: A disciplina de Projeto Integrador será a observação de processos reais, abstração da realidade para construção de modelos de análise sob uma ótica epistemológica; aquisição de conhecimento especialista; concepção e análise de modelos mentais; validação de modelos conceituais; conversão de modelos conceituais em modelos simulados.

Nota: Elaboração de projeto empresarial, fundamentado em estudo de caso, a ser estruturado em um modelo conceitual para avaliação de performance e descoberta de pontos de alavancagem. Resultado esperado: plano de trabalho visando à simulação do modelo concebido, estrutura de artigo científico.

Bibliografia Básica

DAFT, R. L. Teoria e projeto das organizações. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 442p. LAKATOS, E. M.; MARKONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 4ª. Ed. São Paulo : Atlas, 1997.
ROSSATO, Maria Antonieta. Gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, 264p
SENGE, Peter M. A dança das mudanças. [The dance of change]. Traduzido por: Bazán Tecnologia e Lingüística. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 676 p.
SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem. 11 ed. São Paulo: Best Seller, 2002. 443 p.

Bibliografia Complementar

BARROS, A. I.; LEHFELD, N. A. Fundamentos de metodologia: um guia para iniciação científica. 2ª. Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
HAROLD, K, Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman. 519p.
MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. Rio Claro : Atlas. 281p.
NADLER, David A., et al. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 265p. SENGE, Peter M et al. A quinta disciplina: caderno de campo, estratégias e ferramentas. Traduzido por: Antonio Romero Maia da Silva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. 543 p.

2º. Ano – 4º. Semestre

Disciplina: Direito Constitucional e Administrativo.

Carga horária: 60 horas

Ementa: A disciplina Direito Constitucional e Administrativo analisa o Constitucionalismo e, a partir disso, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marco fundamental e diretriz suprema do Estado brasileiro - constituída de regras e princípios relativos à estruturação do Estado, organização e limitações dos poderes públicos, repartição de competências, direitos, garantias e deveres do cidadão. Aborda, os órgãos, agentes e atividades públicas tendentes a buscar a efetivação dos fins desejados pelo Estado, em todas suas esferas e ramificações. Serão trabalhados os fundamentos e princípios constitucionais caracterizadores da atividade econômica e empresarial, incluindo os aspectos regionais, culturais e universais, que contempla a doutrina constitucional, os princípios e normas reguladoras do exercício da função administrativa, além dos modelos teóricos de Administração Pública. Estão inseridos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, assim como as garantias e prerrogativas da propriedade privada, coadunados com a função social; da liberdade de exercício da atividade econômica, da livre concorrência, da defesa do consumidor e do meio ambiente; do tratamento favorecido, simplificado e diferenciado para as micro e pequenas empresas e a política agrária e fundiária. Diretrizes e escopo voltados à promoção de uma ordem econômica justa e razoável, que obedeça a critérios de ordem pública e que assegure a todos uma existência digna. Educação em Direito Constitucional e Administrativo no processo de fortalecimento da democracia e de pleno exercício da cidadania, aproximando a temática do cotidiano do aluno, sob o viés do pluralismo e da diversidade, a fim de propiciar não apenas o conhecimento e conscientização quanto aos seus direitos e deveres previstos constitucionalmente, mas também a reflexão acerca dos mecanismos para sua efetivação e fiscalização da atividade administrativa e da plenitude do acesso à Justiça, na busca pela paz social.

Bibliografia Básica

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros
LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2009
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2013

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - São Paulo: Saraiva
GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo - 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014
ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. - TEORIA GERAL DO ESTADO – ed. Forense – Rio de Janeiro, 2014
BERTAGNA, Viviane Regina. Direito Constitucional e Direito Administrativo. Ação Educacional Claretiana, Batatais, 2012

Disciplina: Financiamento às Exportações e Câmbio

Carga horária: 90 horas

Ementa: O processo do crédito e o mercado de Câmbio: Conceito de crédito, Processo do crédito, Governança Corporativa, Conceito do mercado de câmbio, Características Formação de Taxas, Agentes, Funcionamento. Conhecer as linhas de financiamento às exportações: Linhas de ACC e ACE, Acc Indireto, Pré-pagamento, BNDES Exim, PROEX.

Bibliografia Básica

BORGES, J.T. Financiamento ao Comércio Exterior: o que uma empresa precisa saber - 1ª Edição, Curitiba: Intersaberes, 2012

KERR, R.B. Mercado Financeiro e de Capitais. 1ª Edição, São Paulo: Pearson – 2011. MORINI, C. Et al Manual de Comércio Exterior 1ª Edição, Campinas: Alínea, 2006

Bibliografia Complementar

MACHADO, J.L. Blocos Econômicos no Panorama Mundial: análise geográfica e econômica. 1ª Edição, São Paulo: IBMEX/Pearson 2011

LOPES VAZQUEZ, José. Comércio exterior brasileiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009

HARTUNG, Douglas S. Negócios internacionais. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002

RODRIGUES, C.M. – Análise de Crédito e Risco - São Paulo: IBMEX/Pearson – 2011

EITEMAN, D.K.; STONEHILL, A.I.; MOFFET, M.H. - Administração Financeira Internacional – 9ª Edição, São Paulo: Bookman/Pearson – 2002

Disciplina: Administração de Marketing e Serviços.

Carga horária: 60 horas

Ementa: Conhecer as técnicas de identificação e aproximação dos mercados externos, suas vantagens e desvantagens. Estudar as alternativas de contato com clientes e as modalidades de comissões de agentes praticadas

- Canais de distribuição
- Análise de mercados
- Abordagem a clientes
- Comissão de agente
- Formação de preços

Bibliografia Básica

DIAS, S. R. Org. Gestão de Marketing. 1ª Ed. Saraiva.

GREEN. M. C; KEEGAN, W. J. Princípios de Marketing Global. 1ª Ed. Saraiva.

PALACIOS. T. M. B; SOUSA, J. M. M. Estratégias de Marketing Internacional. 1ª Ed. Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar

DUBNER, A. G; MONERWAY, J. C. T; PASQUALE, P. P. Dicionário de Termos de Marketing. 4ª Ed. Atlas, 2003.

KEEGAN, W. J. Marketing Global. 7ª Ed. Pearson Education.

KOTTER, P. Administração de Marketing. 10ª Ed. Pearson Education.

SINA, A. Marketing Global, Soluções Estratégicas para o Mercado Brasileiro. 1ª Ed. Saraiva, 2008.

Atividade Acadêmica: Projeto Integrador

Carga Horária: 100 horas

Ementa: A disciplina de Projeto Integrador será a observação de processos reais, abstração da realidade para construção de modelos de análise sob uma ótica epistemológica; aquisição de conhecimento especialista; concepção e análise de modelos mentais; validação de modelos conceituais; conversão de modelos conceituais em modelos simulados.

Nota: Elaboração de projeto empresarial, fundamentado em estudo de caso, a ser estruturado em um modelo conceitual para avaliação de performance e descoberta de

pontos de alavancagem. Resultado esperado: plano de trabalho visando à simulação do modelo concebido, estrutura de artigo científico.

Bibliografia Básica

DAFT, R. L. Teoria e projeto das organizações. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 442p. LAKATOS, E. M.; MARKONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 4ª. Ed. São Paulo : Atlas, 1997. ROSSATO, Maria Antonieta. Gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, 264p
SENGE, Peter M. A dança das mudanças. [The dance of change]. Traduzido por: Bazán Tecnologia e Lingüística. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 676 p.
SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem. 11 ed. São Paulo: Best Seller, 2002. 443 p.

Bibliografia Complementar

BARROS, A. I.; LEHFELD, N. A. Fundamentos de metodologia: um guia para iniciação científica. 2ª. Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
HAROLD, K, Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman. 519p.
MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. Rio Claro : Atlas. 281p.
NADLER, David A., et al. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 265p. SENGE, Peter M et al. A quinta disciplina: caderno de campo, estratégias e ferramentas. Traduzido por: Antonio Romero Maia da Silva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. 543 p.

4.8. Princípios Metodológicos e Modalidade

A metodologia sustentada pelo Projeto Educativo Claretiano (2012) incide profundamente no desenvolvimento da personalidade, na autorrealização e na autonomia de ser e de aprender do aluno, como também na formação do espírito de cooperação e de solidariedade. Para isso, essa metodologia e didática se apoiam nos seguintes princípios:

- 1) Princípio da Singularidade (cada pessoa merece atenção, respeito e valorização na comunidade educativa);
- 2) Princípio da Abertura (a comunidade educativa está aberta ao diálogo e deseja servir às pessoas, à comunidade e ao mundo);
- 3) Princípio da Integralidade (a comunidade educativa é profética e facilitadora da construção responsável de si e da investigação da verdade);
- 4) Princípio da Transcendência (queremos melhorar o que somos e o que fazemos);
- 5) Princípio da Autonomia (na comunidade educativa, cada um deve responder com empenho para o bem de todos);
- 6) Princípio da Criatividade (queremos ser criativos e proativos no cumprimento de nossa Missão); e
- 7) Princípio da Sustentabilidade (queremos que a Instituição viva e faça viver, por isso, com passos firmes no presente, olhamos para o futuro).

De acordo com Piva (2008), não é um método pedagógico, uma teoria psicológica, um procedimento, uma técnica que marca a escola claretiana, é, antes, uma formalidade, um espírito, uma alma peculiar que anima e dá, a ela, especial e diferenciada vitalidade. Daqui nasce a vivência, o entusiasmo e o quadro de referência para a ação educativa. Essa formalidade e esse sentido adotados requerem uma concepção clara e explícita do que vem a ser a Pessoa Humana.

A abordagem do Claretiano – Centro Universitário para conhecer e tratar o ser humano quer ser radical e metafísica, atingir o homem em si, como ser bio-psico-espiritual em relação múltipla e num processo de realização. A partir dessa Missão radical, emergem o valor do ser

humano, sua dignidade, sua educabilidade. Métodos, técnicas, currículo, ensino etc. são meios para construir o Ser-Pessoa.

O Claretiano espera se diferenciar de outras instituições de ensino não pelos métodos, técnicas, meios audiovisuais, laboratórios, que sempre devem ser os melhores à altura dos destinatários da atividade educativa.

A partir dessas colocações, na proposta do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo, os alunos construirão significados e práticas para sua profissão e atuação a partir de múltiplas e diferentes interações, que são essenciais à socialização e à aprendizagem da ética profissional. Assim, a metodologia de trabalho proposta pelo Curso irá basear-se na reflexão contínua dos conteúdos metodológicos e na análise de situações da profissão articuladas com os componentes curriculares, colocar as formas como o curso desenvolve seus conteúdos.

No trabalho pedagógico a ser desenvolvido em cada disciplina, permeado pelos objetivos e desenvolvido em sala de aula, por meio de atividades docentes e discentes, serão utilizadas as seguintes estratégias: aula expositiva dialogada, seminário, debate e discussão, estudo de texto, estudo dirigido, prática simulada, estudo de caso, PBL (Problem-Based Learning - Aprendizagem Baseada em Problemas) e do TBL (Team Based Learning - Aprendizagem Baseada em Equipes), estudo do meio, trabalho em grupo, na implementação da Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), que ocorre semestralmente e permite ao aluno ser avaliado a partir do perfil proposto, nos demais componentes curriculares do curso, nos Encontros de Iniciação Científica (ENIC e CONIC) e nos encontros, conferências e palestras do curso, complementando a sua formação pessoal e profissional, com apoio dos seguintes recursos de ensino: giz, lousa, lousa digital, projetor multimídia, vídeos, slides, revistas, livros, xerox, TV, música, laboratórios, biblioteca física e digital, viagens pedagógicas, Sala de Aula Virtual, plano de ensino, efetivação de alguns instrumentos avaliativos; enfim, pelas tecnologias que apoiam a colocação desta graduação em prática.

Cabe salientar que as bibliografias básica e complementar das disciplinas estão disponíveis nas bibliotecas Virtual de Batatais, Virtual de Rio Claro, Digital Pearson, Pergamum e Biblioteca EBSCO, Minha Biblioteca, para consulta dos alunos.

4.8.1. Modalidade Presencial

A metodologia do Claretiano tem o curso estruturado em disciplinas e componentes curriculares obrigatórios (conforme matriz curricular supracitada), que são implementados durante 20 semanas por semestre, no horário das 19h às 22h30min, permitindo compor a totalidade das horas consideradas na integralização do curso.

4.8.1.1. Graduação presencial: 20% a distância

A partir do primeiro semestre letivo de 2017, em todos os cursos presenciais, o currículo dos alunos ingressantes (alunos de 1º ano), passou a contar com a oferta de uma disciplina na modalidade a distância a cada semestre, obedecendo às disposições da Portaria nº 1.134/2016 (revogada) pela Portaria nº 1.428/2018, que dispõe da oferta, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.

Esta é uma oportunidade para o aluno da graduação presencial do Claretiano – Rede de Educação experimentar e tenha contato com a modalidade a distância.

As disciplinas ofertadas a distância são orientadas a partir de um *Plano de Ensino/Guia de Estudos* e Cronograma, com acompanhamento do professor da disciplina (horas presenciais), que também exerce a função de tutor a distância (horas a distância), cabendo ao aluno a livre escolha dos seus horários para os estudos, de modo que estes não coincidam com suas aulas e atividades presenciais.

O formato da oferta das disciplinas a distância pode se concretizar da seguinte forma:

Disciplina de 60 horas: 30h presenciais e 30h a distância.

Disciplina de 90 horas: 60h presenciais e 30h a distância (explicado acima)

Disciplina de 60 horas: 15h presenciais (com 5 encontros presenciais, com 3h ou 20h/a de 45 minutos, para aulas, avaliações contínuas, prova específica e ASI) e 45h a distância/ 60 h/a de 45 minutos.

4.8.2. Modalidade a Distância: Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual; Material Didático Mediacional

A Educação a Distância do Claretiano prevê a estruturação do curso em disciplinas e componentes curriculares obrigatórios (conforme matriz curricular supracitada).

Todo trabalho de acompanhamento da aprendizagem é realizado por meio **Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV)**.

As disciplinas que compõem os cursos de Graduação na modalidade presencial do Claretiano são concebidas para serem desenvolvidas em 20 semanas de estudo, período em que o aluno terá atendimento semanal de um professor responsável e um tutor a distância, e deverão realizar uma série de atividades e interatividades pela SAV.

Além disso, estão previstos encontros presenciais, que ocorrem na sede ou nos polos, tendo em vista a avaliação presencial e atividades práticas pertinentes a cada uma das disciplinas.

Cada uma das disciplinas tem um material didático próprio, construído por uma equipe multidisciplinar, que trabalha juntamente com o professor conteudista ou professor responsável na elaboração do Plano de Ensino/Guia de Estudos, Cronograma e Caderno de Referência de Conteúdo e vídeos.

Toda a bibliografia básica e complementar do curso encontra-se nos polos de apoio presencial, ou na Biblioteca Virtual Pearson para consulta dos alunos. Ressalta-se que a tutoria a distância é efetuada de forma online, utilizando-se ambiente virtual de aprendizagem, mediante a conexão à rede mundial de computadores(internet).

Após apresentação de login e senha previamente fornecidos, os alunos matriculados tem acesso livre a todos os mecanismos de comunicação institucional que visam ajudá-los a compreender, refletir e assimilar o conteúdo, é mantido um ambiente de comunicação permanentemente aberto, no qual o aluno poderá interagir com seus colegas, tutores e construir a aprendizagem.

Estão disponíveis para o atendimento semanal do aluno uma equipe com formação na área, composta por coordenador de curso, professores responsáveis, tutores presenciais e tutores a distância, bem como equipe de supervisores de polo e de *help desk* institucional.

A EaD do Claretiano permite a aprendizagem individual e em grupo, com a mediação de recursos didáticos organizados, veiculados em diferentes tecnologias de informação e de comunicação, com o apoio de um Sistema Gerenciador de Aprendizagem, garantindo um aprendizado de excelência, comprovado pelo desempenho dos alunos dos cursos de graduação já avaliados no ENADE, e contribuindo para o IGC satisfatório da Instituição (IGC 4 – 2011; 2012; 2013; IGC 3 – 2014 e 2015).

4.8.2.1. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e o Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual

As Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs possuem ferramentas atualmente imprescindíveis no processo de ensino e aprendizagem. Além do uso trivial nos cursos na modalidade a distância, elas são contempladas na modalidade presencial como

recurso pedagógico que possibilita que as atividades aconteçam presencial ou virtualmente, de modo síncrono e assíncrono.

A Instituição dispõe de um ambiente virtual de aprendizagem denominado Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV), no qual alunos, tutores e professores contam com um conjunto de ferramentas interativas, canais de comunicação e serviços telemáticos, ancorados em um *Enterprise Resource Planning* (ERP) denominado TOTVS-RM.

Os dois sistemas estão integrados, o que possibilita que não só o aspecto acadêmico seja enriquecido com o uso das TICs, mas toda a parte de registro acadêmico, financeiro, central de atendimento e solicitações diversas.

Todo o aparato tecnológico do Claretiano é fruto da sua já consolidada atuação na modalidade a distância, o que permite que os recursos disponíveis para a modalidade sejam também utilizados nos cursos presenciais, a exemplo das Bibliotecas Virtuais e Digitais, do Sistema de Gestão de Avaliações, dos Materiais Didáticos, entre outros. Instigar a produção social e coletiva, rompendo, portanto, o isolamento e o individualismo na construção do conhecimento, são premissas atribuídas às TICs.

A seguir, são apresentadas algumas das funcionalidades do Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV) que corroboram essa afirmação:

- a) Orientações (assíncrona): é a página de entrada da disciplina na Sala de Aula Virtual;
- b) Material (assíncrona): ferramenta que deverá ser acessada para realizar o download das apostilas, guias de estudos e conteúdos complementares;
- c) Correio (assíncrona): uma forma de e-mail disponibilizado dentro da SAV, cuja mensagem pode ser enviada para uma única pessoa ou para toda a turma;
- d) Fórum (assíncrona): também denominada Fórum de Discussão, é uma ferramenta que possibilita a discussão de um assunto em grupo;
- e) Bate-Papo (síncrona): pode também ser chamado de Chat e torna possível que pessoas distantes fisicamente possam conversar entre si, utilizando o computador e a internet como ferramentas de mediação;
- f) Calendário (assíncrona): nesta ferramenta, há informações relacionadas a datas importantes referentes ao curso (específico EaD) e à disciplina;
- g) Portfólio (assíncrona): nesta ferramenta, o aluno realiza atividades de orientação de Prática, atividades de orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso ou Trabalho de Conclusão de Disciplina e atividades que necessitem de uma orientação e de coordenação específica e individual;
- h) Questões Online: instrumento avaliativo composto por questões objetivas, com cinco alternativas cada, ofertadas em quatro ciclos de aprendizagem (duas questões por oferta);
- i) Mural: funciona como um post-it, ou seja, um local em que se poderá colocar pequenos recados;
- j) Mensagens de Turmas Antigas: opção utilizada para que o aluno, quando transferido de curso, polo ou turma, possa recuperar suas atividades e interações enviadas na sala anterior;
- k) Recados: permite a visualização de todos os recados enviados à turma por coordenadores e tutores;
- l) Acessibilidade: nesta opção, é possível o aluno solicitar recursos de acessibilidade, contando com o apoio de pessoas especializadas no assunto para atender às suas necessidades.

No SGA-SAV, constam duas ferramentas para esse fim, sendo o *Readspeaker* (<http://www.readspeaker.com/pt-pt>) e o *WebLibras* (<http://www.weblibras.com.br/>).

O Sistema Gerenciador de Aprendizagem ainda dispõe de outras ferramentas, tais como Boletim, Meus Dados, Portal de Solicitações, Loja Virtual, Fale Conosco e Bibliotecas:

- Virtual de Batatais;
- Virtual de Rio Claro;
- Digital Pearson;
- Pergamum;
- Biblioteca A;
- Biblioteca EBSCO.

No SGA-SAV, também está disponibilizada a Avaliação Institucional, ferramenta utilizada pelo Claretiano para diagnóstico da situação/desenvolvimento das disciplinas junto aos professores e alunos.

O Curso de Acolhida institucional e as ações de formação continuada de docentes e técnicos-administrativos possibilitam aos alunos e a toda a comunidade acadêmica institucional a construção de conhecimentos para uma atuação autônoma no tocante à interação, elaboração, inserção e gerenciamento de conteúdo, de forma dialógica e rápida, com liberdade e flexibilidade. Ressaltam-se, entre as Tecnologias da Informação e Comunicação, os sistemas desenvolvidos para gestão de provas, controle de atas e correção automática da Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI).

O Claretiano possui estrutura de vídeo e webconferência para atender a demanda de comunicação acadêmica, possibilitando a realização de reuniões, palestras e eventos sem a necessidade de deslocamento entre os locais. Para essas transmissões de webconferências, utiliza-se os serviços do YouTube, além de equipamentos profissionais de videoconferência, como Grandstream GVC 3200, Polycom e Tandberg, que estão distribuídos em todas as unidades do Claretiano.

O Claretiano também disponibiliza aos seus alunos os seus Laboratórios de Informática, cuja estrutura atende plenamente às diretrizes do Ministério da Educação, principalmente no tocante à acessibilidade do aluno público-alvo da Educação Especial.

Os computadores disponíveis aos alunos nos laboratórios estão equipados com pontos de rede cabeada de alta velocidade, além do sinal de rede sem fio, e são renovados constantemente, de acordo com a evolução tecnológica.

A fim de apoiar os processos educacionais e de sistemas, a equipe de TI do Claretiano construiu uma infraestrutura híbrida, que conta com acesso à internet a partir de dois links ativos balanceados, um terceiro link, de redundância passiva via fibra óptica, e um quarto link, de redundância passiva via rádio, que, juntos, totalizam 130Mbits de conexão ativa e 80Mbits de conexão passiva, os quais são acionados automaticamente em caso de falhas. Esse acesso à internet é utilizado entre professores, alunos e a equipe técnica-administrativa, além de interligar um datacenter próprio e um ambiente de *cloud* pública a partir de um contrato com a empresa pioneira em *cloud computing* Amazon Web Service, onde possuímos mais 60 servidores virtuais. Com essa infraestrutura, é possível disponibilizar, de forma ininterrupta, os diversos serviços e sistemas.

No Claretiano estão distribuídos de forma estratégica mais de 60 pontos de acesso à rede sem fio, que proporcionam a toda a comunidade acesso aos diversos sistemas institucionais e à internet. Existe também um contrato firmado com a Google for Education, que disponibiliza o uso das diversas ferramentas do Google, tais como o G Suíte e o Gmail, para todos os membros da Instituição, e um contrato institucional firmado a nível de rede com a Microsoft, que permite a instalação legal de sistemas operacionais, Office e vários outros softwares. O contrato ainda possibilita oferecer o download do Microsoft Office de forma gratuita para alunos, tutores e professores.

4.8.2.2. Material Didático Mediacional

Claretiano – Centro Universitário – Claretiano – Rede de Educação – Ação Educacional Claretiana.

Os alunos do Ensino Superior do Claretiano têm à sua disposição todo o material didático (MD) concebido a partir da modalidade a distância da Instituição, planejado, elaborado e construído com a participação e colaboração de uma equipe multidisciplinar, responsável pela adaptação de todo o conteúdo às especificidades da EaD, à luz do Projeto Político-Pedagógico do Curso, do PDI e da Missão Institucional.

O Setor de Editoração conta com uma equipe de *designers* instrucionais (coordenadores de áreas), preparadores e revisores de texto, *designers* gráficos, produtores de audiovisuais e especialista em contratos e direitos autorais.

O material didático é tratado com foco na usabilidade pedagógica e na usabilidade de *design* para atender às diretrizes e especificidades do curso. A comunicação entre os agentes do processo educativo, como coordenador de curso, autores, validadores, professores, tutores e alunos, garante a qualidade dos processos e rotinas editoriais, bem como o atendimento às necessidades formativas de cada área do conhecimento.

Para garantir a qualidade, bem como a otimização dos processos editoriais, a equipe de Editoração concebeu, a partir de suas experiências na prática editorial, alguns instrumentos de orientação e controle: o *Manual de Normas*, que se impõe como um recurso importante de informação dos agentes envolvidos no planejamento, elaboração, tratamento pedagógico do texto, confecção do MD, bem como de agilização das etapas de produção editorial e distribuição; o *Catálogo Geral de Obras* que fazem parte do acervo intelectual da Instituição; o Sistema de Gestão Editorial (SGO-SGE), que facilita a gestão dos processos e procedimentos editoriais, bem como a comunicação entre os interagentes das equipes multidisciplinares e multifuncionais; e o *Manual da Rede*, que estabelece um protocolo de uso na intranet.

Outro documento relevante que fundamenta e reúne as experiências do setor ao longo de suas atividades editoriais é denominado *Concepção, Elaboração e Produção de Material Didático*.

Finalizados os processos editoriais, os MDs são disponibilizados aos alunos em formato digital, na ferramenta Material, no Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV). Além do material em formato digital, os alunos podem solicitar gratuitamente, por meio da SAV, no ícone “Loja”, a mídia digital (DVD) com os materiais das disciplinas ofertadas no semestre, bem como efetuar a compra do material em formato impresso. Nesse serviço, a Instituição oferece ao estudante a possibilidade de construir um acervo físico das obras pertencentes às disciplinas do seu curso ou outra qualquer que deseje.

O processo de envio dos materiais no referido formato ocorre diretamente ao aluno, sem a intervenção do polo, o que garante menor prazo de entrega. Toda a cadeia logística que envolve a reprodução e distribuição do MD a partir da obra já construída está sob a responsabilidade do Setor de Logística e Transportes do Claretiano – Centro Universitário, que está localizado na sede da Instituição, na cidade de Batatais, contando com profissionais qualificados, com formação específica na área de Logística, que atuam em sinergia com o Setor de Editoração.

O fluxo de produção, reprodução e distribuição inicia-se com a encomenda da obra para o professor conteudista e concretiza-se com a obra disponível para acesso, seja virtual, seja fisicamente.

Em síntese, a Logística de Reprodução e Distribuição de Material Didático procura atender os alunos, com materiais no formato impresso e/ou digital, da seguinte maneira: todo material didático com textos e vídeos fica disponível para acesso na Sala de Aula Virtual durante a oferta de cada disciplina.

Além do material postado na Sala de Aula Virtual, o aluno de graduação tem acesso, mediante seu RA, aos conteúdos disponibilizados em formato PDF, no Claretiano – Biblioteca Digital. As obras impressas podem ser adquiridas pelo aluno, mediante acesso à Sala de Aula Virtual, no ícone “Loja”, e entregues via Correios. O material em DVD-ROM é disponibilizado gratuitamente, também mediante solicitação na Loja Virtual (ícone “Loja”). Pela sua complexidade, a concepção, elaboração, produção e distribuição de um MD de qualidade, além da vontade política da Instituição, que respalda a sustentabilidade do modelo de produção, pressupõem o envolvimento e o comprometimento de todos os integrantes no processo.

A sinergia e a sincronia de ações entre as várias equipes multidisciplinares e técnico-administrativas, secretarias e tutorias são fatores que se complementam e concorrem para a sustentabilidade do modelo Claretiano como um todo, revertendo-se em benefícios e ganhos pedagógicos para os alunos.

5. PROJETO INTEGRADOR

A disciplina de Projeto Integrador será a observação de processos reais, abstração da realidade para construção de modelos de análise sob uma ótica epistemológica; aquisição de conhecimento especialista; concepção e análise de modelos mentais; validação de modelos conceituais; conversão de modelos conceituais em modelos simulados.

5.1. Formas de acompanhamento

A disciplina de Projeto Integrador tem o acompanhamento dos docentes do semestre de forma a acompanhar a construção do projeto e o desenvolvimento das competências e habilidades propostas no perfil do egresso.

5.2. Relatórios de atividades

O registro da validação é feito por meio da Sala de aula Virtual. Dessa forma o Discente pode acompanhar o desenvolvimento do projeto pelo discente.

6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares possuem um total de 200 horas mínimas a serem desenvolvidas dentro das horas mínimas exigidas para a conclusão dos Cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis, segundo o PARECER CNE/CES 67, de 11 de março de 2003 e da Resolução CNE/CES nº 6/2004.

As Atividades Complementares são elementos que contribuem para a formação profissional e pessoal do aluno e são compostas por ações de iniciativa particular, mas que possuem o aval ou o acompanhamento de um professor do curso e/ou coordenação.

Constituem-se como Atividades Complementares participação em oficinas, palestras e colóquios e eventos científicos como simpósios, congressos, seminários, encontros de iniciação científica, publicações pessoais, excursões científicas, entre vários

outros. Além disso, o aluno pode participar de exposições, assistir a filmes e ler livros pertinentes ao curso.

6.1. Formas de acompanhamento

As Atividades Complementares deverão ser entregues em forma de relatórios ou por intermédio da apresentação de certificados, ambos devidamente formalizados, e serão acompanhadas pelos tutores presenciais do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo.

Após a análise de seus conteúdos, os relatórios serão validados semestralmente por um tutor indicado pela Coordenação do Curso, levando em conta sua pertinência em relação aos conteúdos do curso.

6.2. Relatórios de atividades

Os alunos devem redigir relatórios referentes às Atividades Complementares sempre seguindo as orientações dos tutores presenciais do curso.

O registro da validação é feito em uma planilha eletrônica e disponibilizada na Sala de aula Virtual. Dessa forma o Discente pode acompanhar o número de horas cumpridas e a cumprir.

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação do processo ensino-aprendizagem

O sistema de avaliação da aprendizagem no Claretiano é concebido dentro de um processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação profissional, técnica, humana e cidadã. A avaliação constitui-se de um meio, e não de uma finalidade, refletindo os princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e sociais que orientam a relação educativa, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do aluno na sua totalidade.

O sistema de avaliação da aprendizagem unificado traz uma nova proposta de avaliação para todas as unidades, níveis e modalidades de Ensino Superior (presencial e a distância).

O sistema de avaliação passou por adequações no que se refere a critérios, processos e instrumentos, utilizando dois tipos de avaliação: formativa e somativa.

Considerando a unificação do sistema de avaliação da aprendizagem (Graduação e Pós-graduação – presencial e a distância), autorizada pelo CONSUP em junho de 2015, temos como objetivo, neste curso, apresentar o detalhamento dos instrumentos de avaliação que serão implementados a partir do ano letivo de 2016.

Em todas as disciplinas dos cursos de Graduação, para obtenção da Nota Final, serão somados os valores obtidos na Avaliação Formativa (AF) ao valor obtido na Avaliação Somativa (AS), dividindo por 2 (dois), obtendo-se, assim, a Média Final. Para aprovação na disciplina, a Média Final deverá ser maior ou igual a 6,0 (seis) (Regimento das Unidades Educativas de Educação Superior do Claretiano – Rede de Educação, 2015).

Valendo-se de uma metodologia que permita avaliar a formação conforme os perfis e competências que norteiam os Projetos Político-Pedagógicos de cada curso e os Planos de Ensino dos componentes curriculares, são apresentadas, a seguir, as dimensões avaliativas

contempladas no sistema de avaliação da aprendizagem do Claretiano – Centro Universitário.

I. Avaliação Formativa – AF ou Avaliação Contínua – AC: instrumentos avaliativos aplicados em cada disciplina de forma contínua ao longo do semestre, podendo ser trabalhos de pesquisa, seminários, provas, atividades práticas, Questões Online e atividades e interatividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem. As orientações e os critérios para as avaliações dessa natureza deverão constar no Plano de Ensino de cada disciplina e/ou guias de estudo.

II. Avaliação Somativa – AS ou Avaliação Final – AF: constitui-se de uma Prova Final, específica para cada disciplina, e uma Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), contemplando os conteúdos programáticos de todas as disciplinas do semestre letivo, ambas voltadas aos conhecimentos, habilidades e competências referentes aos objetivos propostos para os perfis de formação projetados para cada etapa dos cursos.

Assim, o sistema de avaliação da aprendizagem descrito deverá assegurar, no mínimo, 70% da avaliação, de forma presencial, e, ainda, a interdisciplinaridade, através da Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI).

Em todas as disciplinas dos cursos de Graduação presenciais e a distância, para obtenção da Nota Final, somam-se os valores obtidos na Avaliação Formativa (AF) e na Avaliação Somativa (AS), dividindo-os por 2 (dois), obtendo-se, assim, a média, que representa a Nota Final.

A Avaliação Formativa (AF) terá valor de 0,0 a 10,0 pontos, podendo ser aplicada aos alunos de modo individual ou em grupos, conforme o Plano de Ensino da disciplina, sendo constituída de:

- a) avaliação de atividades presenciais em sala de aula, com valor de 0,0 a 4,0 pontos, para as disciplinas dos cursos a distância, e de 0,0 a 6,0 pontos, para os cursos presenciais;
- b) avaliação em Ambiente Virtual de Aprendizagem (atividades, interatividades e Questões Online), com valor de 0,0 a 6,0 pontos, para as disciplinas dos cursos a distância, e 0,0 a 4,0 pontos, para os cursos presenciais, obedecendo aos critérios estabelecidos no Plano de Ensino de cada disciplina.

A Avaliação Somativa (AS) terá valor de 0,0 a 10,0 pontos, sendo aplicada ao aluno de modo presencial e individual em sala de aula, constituída de:

- a) Prova Específica, com valor de 0,0 a 7,0 pontos, contemplando de modo geral o conteúdo programático e as competências de cada disciplina;
- b) Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), com valor de 0,0 a 3,0 pontos, contemplando de modo interdisciplinar os conteúdos e as competências de todas as disciplinas do semestre letivo em um único instrumento de avaliação. A nota obtida na ASI será estendida a todas as disciplinas cursadas no período, exceto às dependências e adaptações. A ASI terá seus critérios estabelecidos em regulamento próprio.

A Prova Específica e a ASI serão aplicadas conforme estabelecido no calendário acadêmico.

Os alunos que obtiveram dispensa de disciplinas por aproveitamento de estudos também deverão fazer a ASI, que, inclusive, contará com conteúdos das disciplinas dispensadas por aproveitamento de estudos se for o caso.

A Nota Final de cada disciplina será obtida através da média aritmética simples, ou seja, a soma dos valores obtidos na Avaliação Formativa e Avaliação Somativa dividido por dois.

Para aprovação na disciplina, o aluno deverá obter Nota Final maior ou igual a 6,0 (seis), sendo que, para os cursos presenciais ou cursos a distância que exigem presencialidade, além da nota, deverá ter a frequência mínima de 75% na disciplina.

A frequência mínima de 75% exigida para as disciplinas, tratada no caput deste artigo, será exigida nas modalidades presencial e a distância, desde que a disciplina tenha mais de 20% do total de sua carga horária presencial. Disciplinas com carga horária presencial inferior ou igual a 20% não contarão com o controle de frequência, uma vez que, nesse caso, os encontros presenciais são utilizados predominantemente para atividades de avaliação.

Nos cursos presenciais reconhecidos, poderão ser ofertadas disciplinas na modalidade a distância integral ou parcialmente, desde que essa oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (Portaria MEC nº 4050, de 10/02/2004, DOU de 13/12/2004, seção 1, p. 34).

O aluno que não comparecer à Avaliação de Atividade Presencial, Prova Específica e/ou à ASI poderá solicitar a Prova Substitutiva de uma ou ambas, via Portal do Aluno, dentro do prazo previsto no calendário acadêmico. Após a solicitação, o aluno deverá recolher a taxa administrativa estipulada para cada Prova Substitutiva.

Somente serão aceitas solicitações de Provas Substitutivas para efeito de substituição de nota em se tratando da Prova Específica, não sendo essa condição permitida à ASI e à Avaliação de Atividade Presencial.

Após apuração da média, os alunos que obtiverem Nota Final entre 4,0 e 5,9 e frequência mínima de 75% (quando exigida) poderão solicitar uma Prova Complementar.

Após a realização da Prova Complementar, será apurada a média simples, somando-se a Nota Final e a nota da Prova Complementar e dividindo-se por 2 (dois), sendo aprovado o aluno que obtiver média maior ou igual a 6,0 (seis).

Os alunos com Nota Final inferior a 4,0 (antes da realização da Prova Complementar) ou Média Final inferior a 6,0 (após a realização da Prova Complementar) serão considerados reprovados na disciplina, devendo cursá-la posteriormente em regime de dependência.

O aluno que acumular 5 (cinco) ou mais dependências ao longo do curso permanecerá retido no período/semestre em que ocorreu o acúmulo, devendo cursar apenas as disciplinas em regime de dependências.

A esse limite acumulado de dependências, não serão computadas as adaptações e os seguintes componentes: Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Curricular Supervisionado, Atividade Complementar, Atividade Acadêmico-Científico-Cultural, Projeto Integrador, Vivência e Prática.

O aluno que acumular 5 (cinco) ou mais dependências ao longo do curso permanecerá retido no período/semestre em que ocorreu o acúmulo. A esse limite acumulado de dependências não serão computados os componentes: Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Curricular Supervisionado, Atividade Complementar, Atividade Acadêmico-Científico-Cultural, Projeto Integrador, Vivência e Prática.

Caso o aluno seja reprovado em até 4 (quatro) disciplinas, mesmo que acumuladas de semestres distintos, não ficará retido no período, podendo matricular-se no semestre seguinte e cursar, simultaneamente, as disciplinas nas quais foi reprovado, em regime de dependência. Em caso de várias dependências, o aluno será orientado pela Instituição sobre as prioridades de disciplinas a serem cursadas.

O regime de dependência é destinado somente aos alunos aprovados para cursarem o semestre subsequente, ou seja, aqueles que contarem com o limite de até (quatro) dependências, devendo, portanto, tal regime, ser entendido como uma nova oferta das disciplinas em que o aluno foi reprovado, cursadas em tempo simultâneo às disciplinas regulares do curso vigente ou isoladas para os alunos concluintes que restam apenas

dependências, e, ainda, por opção própria do aluno em cursar apenas dependências a qualquer momento do curso.

As disciplinas em regime de dependência e adaptação serão oferecidas de modo diferenciado das disciplinas regulares, no que se refere a períodos e prazos para matrícula, tempo de oferta e sistema de avaliação da aprendizagem.

Os períodos e prazos para matrícula nas disciplinas em regime de dependência serão estipulados no calendário acadêmico, sendo sempre posterior ao período de matrículas das disciplinas regulares.

As disciplinas em regime de dependência (e adaptação) serão oferecidas com duração bimestral.

As dependências e adaptações obedecerão aos seguintes critérios de oferta:

I – Presencial: quando for possível cursar a dependência de modo presencial, em horários diferentes de outras disciplinas cursadas pelo aluno. Incluem-se nesta categoria os alunos que cursam apenas dependências, na condição de concluintes ou não. Nesse caso, será exigida a frequência normal do aluno às aulas, à exemplo das demais disciplinas regulares. Dependendo da natureza e especificidade da disciplina, a dependência poderá ser exigida apenas no formato presencial.

II – A distância (on-line): para todos os cursos oferecidos na modalidade a distância ou para os cursos presenciais reconhecidos.

III – Plano de Estudos: apenas para cursos não reconhecidos ou quando houver necessidade de oferta com plano especial. Será elaborado um plano de estudos, que consiste em atividades programadas e acompanhadas pelos professores, com etapas a serem cumpridas pelos alunos, com utilização ou não de Ambientes Virtuais de Aprendizagem como suporte. Nesse caso, poderá não ser exigida a frequência regular do aluno, exceto quando houver necessidade de encontros presenciais destinados às atividades práticas e/ou vivências.

O cumprimento do regime de dependência com utilização de Planos de Estudos em cursos presenciais obedecerá aos seguintes critérios:

I – o professor elabora um Guia de Estudos, que orienta o aluno na organização de seu próprio horário de estudos e na utilização dos recursos oferecidos pela Sala de Aula Virtual do Claretiano – Centro Universitário;

II – o professor atua como tutor, e o aluno é responsável pelo desenvolvimento das atividades, segundo o Guia de Estudos preestabelecido;

III – o aluno poderá utilizar-se dos recursos tecnológicos próprios ou dos recursos disponibilizados pelo Claretiano – Centro Universitário;

IV – o professor é responsável por comunicar ao aluno os horários e locais de orientação e a metodologia a ser utilizada nas atividades e por disponibilizar os materiais didáticos, tais como: apostilas, listas de exercícios, bibliografias para estudo, artigos e outros.

O sistema de avaliação da aprendizagem das disciplinas em regime de dependência e adaptação, tanto para os cursos a distância como para os cursos presenciais, contará com a mesma concepção da avaliação para as disciplinas regulares, no que se refere à Avaliação Formativa e Avaliação Somativa, mas com critérios, instrumentos e pesos diferenciados:

A Avaliação Formativa (AF) será composta por Questões Online específicas de cada disciplina, com correção automática e valores de 0,0 a 10,0 pontos.

A Avaliação Somativa (AS) constitui-se de uma Prova Específica (presencial), com valor de 0,0 a 10,0 pontos.

A obtenção da média, os critérios de aprovação e reprovação, bem como a solicitação de Provas Substitutivas e Complementares, obedecerão às mesmas disposições das disciplinas regulares.

Para todos os tipos de oferta de disciplinas em regime de dependência e adaptação, os alunos poderão compor turmas físicas e/ou virtuais unificadas, mesmo matriculados em cursos ou modalidades diferentes (presencial e a distância), desde que a disciplina seja a mesma.

Nas Provas Finais, Provas Substitutivas e Provas Complementares de todos os cursos de Graduação (presenciais e a distância), serão contemplados todos os conteúdos das disciplinas regulares do período letivo (semestre). O agendamento das provas constará no calendário escolar do Claretiano – Centro Universitário.

As Provas Substitutivas e Complementares deverão sempre ser solicitadas pelo aluno mediante recolhimento de taxa administrativa.

O aluno que não comparecer à Prova Substitutiva ou Complementar não poderá solicitar nova prova, estando sujeito à reprovação na disciplina.

Todos os componentes curriculares geram reprovações e, conseqüentemente, dependências, inclusive estágios, práticas, atividades complementares, atividades acadêmico-científico-culturais e TCC. A matrícula nas dependências será feita por disciplina ou componente curricular para cada semestre. Para cursá-las, os alunos deverão efetuar a matrícula e recolher as mensalidades, conforme as exigências de cada componente curricular.

A frequência às aulas, a realização das avaliações, o acesso aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem ou informações, a participação nas diversas atividades acadêmicas, bem como o acesso aos demais serviços prestados pela Instituição, somente serão permitidos aos alunos regularmente matriculados, nos termos do contrato de prestação de serviços assinado entre as partes.

O aluno tomará conhecimento de suas notas e frequência, de modo parcial ou final, através de boletins disponibilizados no Portal do Aluno ou na Sala de Aula Virtual, pela internet, com utilização de senha própria para acesso.

As disciplinas a serem cumpridas em regime de dependência serão informadas ao aluno no início de cada período letivo (semestre) via Portal do Aluno. A matrícula em disciplinas de dependência é de inteira responsabilidade do aluno. O deferimento da matrícula no semestre letivo em que o aluno tem direito poderá estar condicionado à matrícula simultânea em disciplinas a serem cursadas no regime de dependência, conforme orientações de cada período letivo e de cada curso.

Síntese dos tipos, instrumentos avaliativos e pontuação do sistema de avaliação da aprendizagem da Graduação do Claretiano – Centro Universitário.

Tipo de Avaliação	Instrumentos Avaliativos e Formato dos Instrumentos			Pontuação	
	Atividades Presenciais e do Ambiente Virtual de Aprendizagem	Instrumentos	Formato		
Avaliação Formativa - AF ou Avaliação Contínua – AC Forma contínua ao longo do semestre De acordo com os critérios estabelecidos no plano de ensino de cada disciplina	Avaliação de Atividades Presenciais, em sala de aula	Graduação Presencial Mínimo de dois instrumentos, sendo: trabalhos de pesquisa, seminários, provas, atividades práticas, individuais ou em grupo.	Graduação A Distância Atividade Dissertativa a ser realizada no Encontro Intermediário ou final do semestre presencialmente: 02 Questões Dissertativas para cada disciplina, sem consulta (o aluno pode pedir substitutiva)	Graduação Presencial 0,0 a 6,0 pontos, distribuídos de acordo com a proposta da disciplina, a critério do professor	Graduação A Distância 0,0 a 4,0, sendo 2,0 pontos para cada questão
	Avaliação em Ambiente Virtual de Aprendizagem	Graduação Presencial Duas tarefas, no fórum ou portfólio e questões on-line	Graduação a Distância Atividades, Interatividades e Questões On-line - Atividades e Interatividades: no total de 03 - Questões on-line: quatro ofertas, com duas questões cada	Graduação Presencial 0,0 a 4,0, sendo 2,0 para as duas tarefas (no fórum ou portfólio) e 2,0 para as questões on-line	Graduação a Distância 0,0 a 6,0, sendo 4,0 para as atividades e interatividades (2 questões valendo 1,5 e uma questão, 1,0) e 2,0 para

				as questões on-line
Avaliação Somativa – AS ou Avaliação Final – AF	Prova Específica de cada disciplina	07 (sete) questões objetivas de múltipla escolha	0,0 a 7,0 pontos, sendo 1,0 ponto para cada questão	
	Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI): Prova	06 (seis) questões objetivas, organizadas em colegiado pelos professores da graduação presencial e professores responsáveis, da EAD, de forma interdisciplinar, sob a orientação e responsabilidade do coordenador do curso. As questões atenderão ao perfil e objetivos do semestre do curso.	0,0 a 3,0 pontos, sendo 0,5 ponto para cada questão	
Prova Substitutiva da Prova Específica Situações: falta e substituição de nota	Prova	10 Questões Objetivas de Múltipla Escolha	0,0 a 7,0 pontos, sendo 1,0 ponto para cada questão	
Prova Substitutiva da ASI: somente na condição de falta Não haverá prova substitutiva para substituir a nota da ASI	Prova	10 Questões Objetivas de Múltipla Escolha	0,0 a 3,0 pontos, sendo 0,5 ponto para cada questão	
Prova Complementar	Prova	10 Questões Objetivas de Múltipla Escolha	0,0 a 10,0 pontos, soma e divide por 2.	

7.2. Sistema de autoavaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso

A autoavaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo do Claretiano - Centro Universitário é entendida não como um sistema de medida, de parametrização, de obtenção de dados, de controle ou de fiscalização acerca do curso, mas sim com sentido dinâmico e processual, envolvendo a reflexão, a compreensão, a análise, o aperfeiçoamento e a reconfiguração da proposta de curso (VEIGA, 2004).

Adicionalmente, o processo de avaliação do Projeto do Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo ocorre de maneira descentralizada, mas em consonância com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), favorecendo a participação de todos os seguimentos diretamente relacionados a ele: professores, tutores, discentes e instituição, na análise do mesmo e nos processos de tomada de decisões. Assim concebida e realizada, a autoavaliação possibilita corrigir os desvios e distanciamento que podem ocorrer em relação aos objetivos expressos no Projeto, permite obter dados acerca da qualidade da formação e viabiliza identificar os fatores positivos, negativos e as fragilidades existentes. Por corolário, favorece a identificação de novos direcionamentos, mantendo a dinamicidade do Projeto.

O processo de autoavaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo envolve as dimensões quantitativa e qualitativa, com ênfase na segunda dimensão. A avaliação permeia todas as fases: a elaboração, a implementação e execução do Projeto. A autoavaliação da qualidade do Projeto e, conseqüentemente, da formação que ele promove, leva em consideração os seguintes critérios:

- a) Realização das prioridades e dos objetivos pretendidos em relação à formação, pessoal e profissional, do discente;
- b) Participação e contribuição na realização dos objetivos institucionais e
- c) Impacto na sociedade, tendo como base a inserção dos egressos na profissão, na área de comércio exterior, e a qualidade dos serviços e atividades prestados pelo curso à comunidade (Projetos de Extensão).

Em outras palavras, a avaliação representa um processo permanente de questionamento e reflexão a respeito da formação que o curso promove do profundo significado da Missão Institucional. Por fim, realizada de forma processual, contínua,

permanente e coletiva, se traduz na validação do Projeto. O processo de autoavaliação do projeto político pedagógico envolve as seguintes ações:

- Atendimento ao aluno: visa garantir um canal aberto de comunicação entre discente e coordenação. Envolve períodos de atendimento do discente pela coordenação durante a semana. Esse atendimento permite conhecer a satisfação dos discentes quanto ao Projeto de Curso de maneira mais ampla e, de maneira mais específica, quanto à matriz curricular, ao corpo docente e de tutores e à instituição. Além disso, permite realizar apoio e orientação individualizados ao discente quanto às dificuldades relacionadas à vida acadêmica;

- Reuniões de Colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE): visam garantir a participação dos docentes e tutores na elaboração, implementação, execução e avaliação do Projeto de Curso. Processos dinâmicos e contínuos de avaliação do Projeto. Nas reuniões de Colegiado e NDE são analisadas as diferentes questões relacionadas ao Curso e, de maneira coletiva, são identificadas as possíveis soluções e encaminhamentos mais adequados. Portanto, a atuação do colegiado tem possibilitado uma gestão democrático-participativa do curso. As reuniões de colegiado contam com a participação da totalidade dos docentes, tutores e de alguns discentes;

- Avaliação do Corpo Docente: projeto implementado e dinamizado pela CPA - Comissão Própria de Avaliação, que tem como objetivo avaliar as atividades pedagógicas dos docentes e buscar encaminhamentos em situações de dificuldades - Projeto disponível junto a CPA;

- Acompanhamento das Salas de Aula Virtuais pelo coordenador de curso como recurso pedagógico, no sentido melhorar o processo de ensino e aprendizagem, configurando uma alternativa para o entendimento e apoio ao processo de formação do aluno, bem como aprimoramento do projeto político pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo.

8. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

8.1. Administração Acadêmica do Curso - Coordenação de Curso

O coordenador do curso possui Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Rio Claro (1982), Graduação em PAPE - Planejamento Administrativo e Programação Econômica pela Faculdade de Tecnologia de Rio Claro (1992) e Pós-Graduação (latu sensu) em Administração da Qualidade pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP (1997), Graduação em Administração pelo Centro Universitário Claretiano (2012) e o 5º ano da Escola Diacnal São Felipe da Diocese de Piracicaba. Atualmente é Coordenador de Cursos no Claretiano - Faculdade. Atua como professor de nível superior desde 1992 e atuou como Administrador no setor privado por 32 anos. É membro da CPA - Comissão Própria de Avaliação, do CONSUP - Conselho Superior e do CONPED - Conselho Pedagógico das Faculdades Integradas Claretianas de Rio Claro, é também membro da Comissão de Enquadramento e Reenquadramento Docente, membro do Conselho Editorial da Revista Ensaios & Diálogos e Diretor Comunitário e de Extensão do Claretiano Centro Universitário – Rio Claro/SP.

A coordenação do curso, conforme descrito no Regimento Geral do Claretiano (Seção II, art. 51, parágrafos I a XIV) tem as seguintes atribuições.

- I. Convocar e presidir colegiado de curso;
- II. Executar e fazer executar as decisões do Colegiado, no âmbito de sua competência, bem como as Resoluções e Normas emanadas dos Órgãos e Colegiados Superiores;
- III. Acompanhar as atividades didáticas do Curso, determinadas pelo seu colegiado, zelando pela fiel execução da Legislação de Ensino e Normas do Centro Universitário;

- IV. Controlar o cumprimento do regime escolar e a execução dos Programas e Cargas Horárias;
- V. Zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito da Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES comunicando ao Pró-Reitor Acadêmico as ocorrências, respondendo por abusos e omissões;
- VI. Responsabilizar-se pela orientação e aconselhamento dos alunos;
- VII. Elaborar o Calendário do Curso ouvindo o seu Colegiado, sempre em obediência ao Calendário Geral;
- VIII. Participar do Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando eleito pelos seus pares;
- IX. Imediatamente à ocorrência, comunicar ao Órgão competente e ao Pró-Reitor Acadêmico, as infrações cometidas pelos Docentes e Funcionários Técnico-Administrativos sob sua coordenação;
- X. Desempenhar outras atividades de sua área ou que lhe forem delegadas por Órgãos Superiores Competentes;
- XI. Apresentar ao Colegiado do Curso e ao Pró-Reitor, o Relatório Semestral das Atividades Acadêmicas da Coordenadoria;
- XII. Em caso de urgência, tomar as medidas que se fizerem necessárias, 'ad referendum' do Colegiado, encaminhando-lhe para apreciação posterior;
- XIII. Providenciar, consoante os termos e condições do Regulamento de Monitoria, o Edital de Convocação, para a abertura de inscrições à Monitoria e o Processo de Seleção de Candidatos;
- XIV. Despachar o Processo que autoriza à concessão do Certificado de Exercício de Monitoria encaminhando-o ao Pró-Reitor Acadêmico para ser assinado.
- XV. Providenciar, consoante os termos e condições do Regulamento da Coordenadoria Geral de Iniciação Científica, o Edital de Convocação, para abertura de inscrições à Projetos vinculados ao curso e o Processo de Seleção de Candidatos.

8.2. Organização Acadêmico Administrativa – Secretaria Geral

No Claretiano – Faculdade, em processo de transformação para Claretiano – Centro Universitário, o “Controle e Registro Acadêmico” é centralizado na Secretaria Geral, que é um órgão executivo de apoio acadêmico-administrativo diretamente vinculado à Direção, respondendo pela integridade e exatidão dos documentos expedidos e pelo arquivo de toda documentação acadêmica dos alunos e professores da Instituição. Esse mesmo sistema será levado para o Claretiano – Centro Universitário, tendo como objetivo supervisionar, planejar, organizar, controlar, manter, fiscalizar e executar todo o trabalho realizado internamente. É responsável por todos os procedimentos acadêmicos relacionados ao candidato/aluno, desde o momento em que faz a inscrição no Processo Seletivo/matrícula até sua saída da Instituição. Compete também ao setor realizar o controle e registro acadêmico das matrículas e rematrículas, transferências internas e externas, formação dos alunos, trancamentos, desistências, aproveitamentos de estudos, controle de notas, faltas e conteúdo, estágio, trabalho de conclusão, registros de diplomas, expedição de documentos (tais como atestados, certidões, certificados, declarações, editais, históricos escolares etc.). A Secretaria Geral ainda é responsável por atender a toda legislação escolar, zelar pelo cumprimento do Regimento da Instituição e realizar apoio aos docentes, bem como a manutenção e a guarda do acervo acadêmico, conforme disposto na Portaria nº 1.224, de 18/12/2013.

A Instituição adota o ERP da TOTVS – Sistema de Gestão Educacional desde 2005, sendo que, de 2014 a 2016, realizou um upgrade para o TOTVS-RM, como sistema principal de registro e controle acadêmico, passando a padronizar todas essas operações e contando, ainda, com outros sistemas para apoiar de forma integrada nos processos da Instituição, como o SGA e o Sistema de Gestão Organizacional (SGO). Em 2016, iniciou-se o projeto “Secretaria Acadêmica Digital”, objetivando a circulação de documentos acadêmicos de forma digital e a virtualização do acervo acadêmico, resguardando as provas documentais de maneira a garantir os aspectos de natureza acadêmica, jurídica e histórica da Instituição, seguindo as portarias do Arquivo Nacional do Brasil. Os documentos digitais são assinados por um Certificado Digital, dando aspecto legal, conforme previsto na MP 2.200-2. O projeto de “Secretaria Acadêmica Digital” também propõe que todas as documentações emitidas pela Instituição sejam feitas de forma digital, já estando implantada a Declaração de Matrícula, Declaração de Passe Escolar, Declaração de Vaga e Declaração de Transferência. Nesse processo, o aluno solicita a declaração pelo Portal Claretiano e recebe de forma rápida o documento assinado digitalmente em seu e-mail, pois os documentos são gerados automaticamente pelo SGO e encaminhados para a Secretaria realizar a assinatura digital. Esse processo evita a tramitação de papel dentro da Instituição e o tempo de entrega ao aluno, agilizando, assim, qualquer solicitação do discente. A proposta é que, até no final de 2018, todas as solicitações sejam tramitadas de forma eletrônica.

Os registros e controles acadêmicos iniciam-se no Processo Seletivo, que é realizado de forma unificada pelo Claretiano e gerenciado pelo SGO. Nele, o candidato deve fazer, através do Portal “claretiano.edu.br”, a sua inscrição, escolhendo curso, modalidade e polo em que deseja se inscrever. Na data estipulada no edital, o aluno deverá comparecer no local para fazer a prova do Processo Seletivo, que, depois de realizada, é digitalizada no setor competente e encaminhada para seus corretores de forma automática, garantindo, assim, agilidade na divulgação do resultado.

A Instituição possui, ainda, um processo de ingresso específico para diplomados em outro curso superior. Nesses casos, o candidato deverá postar todos os documentos necessários de forma digital no Portal “claretiano.edu.br.” Essa inscrição será direcionada para a Secretaria, que validará as documentações e disponibilizará um extrato com as disciplinas a cursar e as dispensadas, conforme análise técnica.

Em ambos os casos, os candidatos aprovados para os cursos tornam-se habilitados para realizar a matrícula. O processo de matrícula do Claretiano é realizado de forma on-line e com assinatura digital, conforme previsto na MP 2.200-2, em que o aluno preenche todos os dados pessoais, realiza a assinatura digital no Contrato de Prestação de Serviço e Requerimento de Matrícula e, em seguida, entrega a documentação comprobatória no Núcleo de Atendimento ao Aluno. A Secretaria Geral digitaliza os documentos pessoais do aluno, criando, assim, um prontuário digital, e, na sequência, confere todos os dados informados por ele para realizar o deferimento da matrícula no TOTVS-RM. Apenas alunos matriculados têm acesso à sala de aula (presencial ou virtual). Durante o curso, as movimentações como desistências e trancamentos devem partir diretamente do aluno, que, após serem solicitadas via Portal Claretiano, serão direcionadas para a Secretaria Geral realizar os devidos registros e arquivar no prontuário digital do aluno.

Durante o semestre, os professores realizam suas interações por meio do SGA, no qual postam os materiais de apoio, notas, faltas e o conteúdo de cada aula, na SAV. As provas realizadas no semestre são gerenciadas por intermédio do SGO, no qual o professor publica as questões da disciplina, conforme orientação da Coordenação Pedagógica. Por meio do mesmo sistema, as provas são geradas para os alunos, para que cada um tenha uma

prova diferente. Essas provas serão digitalizadas e direcionadas para correção, garantindo a transparência e a agilidade das avaliações.

No final do semestre, as notas e faltas são integradas com o TOTVS-RM, e a Secretaria inicia o processo de apuração do resultado, momento em que são realizadas duas verificações: a primeira avalia a disciplina, averiguando nota, falta e sua aprovação, podendo o aluno ficar aprovado ou reprovado, e a segunda avalia o semestre, em que alunos reprovados em mais de quatro disciplinas não podem seguir para o próximo semestre, ficando retidos; o aluno ainda tem acesso ao boletim de notas/faltas permanentemente, no qual acompanha seu desempenho. Esse processo é pré-configurado no sistema TOTVS-RM, conforme regimento da Instituição.

Alguns cursos possuem Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso obrigatórios, os quais são gerenciados por núcleos específicos. Para esses componentes, são abertas disciplinas no SGA, pelas quais o aluno interage com o supervisor/orientador, entregando o arquivo final para avaliação. O supervisor/orientador encaminha o arquivo e a avaliação para os respectivos núcleos, que arquivará os documentos no prontuário e publicará a nota. Cabe salientar que a divulgação dos estágios ocorre via SAV. Os contratos de estágio obrigatório estão parametrizados também na SAV, com a assinatura digital, agilizando a gestão do processo de formalização aos alunos, otimizando a oferta.

Anualmente, alguns cursos são apontados para realizar o ENADE. Nesse processo, os alunos desses cursos são acompanhados pela Secretaria Geral, responsável por verificar os respectivos alunos, qualificá-los no TOTVS-RM e realizar sua inscrição no ENADE.

Ao final do curso, a Secretaria Geral realiza o processo de formação, que consiste na verificação do cumprimento de todos os componentes curriculares previstos na matriz, além de providenciar os devidos registros para os alunos concluintes, gerando o Certificado de Conclusão e a Ata de Colação de Grau. Na data da colação, o setor ainda gerencia as assinaturas na ata e a entrega dos documentos. Para os alunos presentes na colação de grau, são gerados os diplomas para registro. Para os alunos que não estiverem presentes, é reagendada uma colação de grau especial para os devidos registros.

8.3. Discentes

Os discentes do curso dividem-se em dois grupos, um, com maior faixa etária, que já atuam na área de comércio exterior e buscam uma formação ou atualização e, outro, pessoas sem graduação superior, que buscam atuar na área.

8.3.1. Participação dos alunos em eventos internos, externos e extensão

A participação ativa em programas e eventos de iniciação científica e em atividades de extensão extracurriculares e interdisciplinares, o acesso à arte e à cultura, a interação com novas tecnologias e o intercâmbio com outras instituições, de âmbitos nacional e internacional, são fundamentais para a formação integral dos estudantes da graduação, dos seus egressos, bem como de seu corpo docente e colaboradores técnico-administrativos.

Tais dimensões são abarcadas pelas Políticas do Claretiano – Faculdade, em processo de transformação de organização acadêmica para Centro Universitário, desde o seu Regimento Geral, suas Políticas de Pesquisa, sua Missão e Projeto Educativo (2012), nos Projetos Político-Pedagógicos de Cursos (PPPCs), passando pelo Programa de Iniciação Científica (PIC) e chegando até seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2017-2021).

O Programa de Iniciação Científica regula e possibilita a concessão de bolsas parciais e/ou integrais de iniciação científica em projetos de pesquisa coordenados por docentes da

Instituição. Em sintonia com o Projeto de Iniciação Científica, oferta-se e estimula-se a participação no Congresso de Iniciação Científica (CONCIC), no Encontro Nacional Claretiano de Iniciação Científica (ENCIC), no Congresso Brasileiro de Educadores Claretianos (CONCLAR), no Congresso Interamericano de Educadores Claretianos e nas Semanas Acadêmicas de Cursos.

Em todos os eventos contextualizados, os discentes, egressos, docentes, membros do corpo técnico-administrativo, pesquisadores de outras instituições e interessados da comunidade externa têm a oportunidade de participar de palestras, oficinas, mesas redondas, workshops, minicursos, exposições, mostras culturais, apresentações artísticas, entre outros, articulados a partir dos Projetos Político-Pedagógicos de Cursos (PPPCs). Ademais, os alunos, egressos e docentes da Instituição, além de alunos e pesquisadores de outras instituições, participam dos eventos com a autoria de trabalhos, apresentados nos formatos de pôster e comunicação oral, e com a publicação de trabalhos científicos em gêneros acadêmicos clássicos (resumo acadêmico, resumo expandido, relato de experiência, artigo científico de revisão, estudo de caso etc.).

Além da possibilidade de publicação dos resultados de suas pesquisas nas Revistas dos Congressos de Pesquisa e Iniciação Científica (CONCIC, ENCIC, CONCLAR e Congresso Interamericano), a comunidade acadêmica interna e a comunidade externa têm a oportunidade de publicar resultados de suas pesquisas nos periódicos científicos institucionais, que atendem às mais diversas áreas do conhecimento, nas perspectivas específica, interdisciplinar e multidisciplinar (Revista Jurídica, Revista Ensaio e Diálogos, Revista Medicina e Saúde, Revista Educação, Revista Saúde, Revista Linguagem Acadêmica, Revista Educação a Distância, Revista ENIC, Revista Studium, Revista ENCIC e Revista CONCLAR).

A Instituição conta, ainda, com a prática de concessão de fomento para a participação de discentes, docentes e colaboradores técnico-administrativos em eventos externos (locais, regionais, nacionais e internacionais), sendo estes acadêmicos, técnicos, culturais e/ou esportivos, com a articulação e participação em eventos internos da mesma natureza e com a concessão de bolsas para cursos internos e externos, mediados pelo Programa de Capacitação Acadêmica, Técnica e Profissional e de Expansão Cultural e Esportiva.

Promovendo mais uma ação de sintonia entre as esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, no ano de 2017, a Instituição dinamizou a programação do ano letivo, com a instauração das “Atividades Extensionistas das Quartas-feiras”. Essa articulação possibilitou a oferta ainda maior de atividades extensionistas (palestras, projetos, oficinas, mesas redondas etc.), de pesquisa (apresentação de trabalhos nos eventos de I.C.) e acesso à arte e à cultura (realização de mostras culturais e atividades de promoção da memória de festas ligadas à cultura local e/ou nacional), contando, ainda, com o apoio do Espaço Cultural Biblioteca “Pe. Aniceto de Lima”, valendo-se da participação ativa de alunos do curso de Pedagogia em apresentações culturais compartilhadas com a comunidade educativa interna e externa, e do curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, na produção de peças publicitárias e campanhas eleitorais desenvolvidas, atendendo à comunidade local e regional.

Os Congressos de Pesquisa e Iniciação Científica, as Revistas Científicas, as Mostras Culturais sazonais e/ou permanentes, as Atividades Extensionistas, como as Semanas Acadêmicas de Cursos e outras realizadas extraordinariamente, são abertos à comunidade externa e ao egresso e divulgados por meio do trabalho integrado com o Setor de Marketing, utilizando-se do site institucional, de mídia impressa, das redes sociais, da Rádio Claretiana FM, da TV Claret, da Sala de Aula Virtual e da ferramenta de e-mail marketing. Desse modo,

a Instituição estende seu diálogo a alunos, egressos e professores, bem como à comunidade externa, acadêmica ou não.

8.3.2. Apoio pedagógico e mecanismos de nivelamento

As políticas de apoio ao discente acontecem no Claretiano a partir:

1.Plantão de atendimento semanal do Coordenador. Os alunos têm acesso ao atendimento de coordenação de curso em horário informado às turmas e que também pode ser facilmente consultado na própria página do curso na internet. A coordenação utiliza também a seção de recados, tanto aos alunos quanto aos professores, quando há necessidade de informar os eventos ligados ao curso (congressos, seminários, concursos e oportunidades de emprego, informações gerais e específicas das disciplinas, datas de provas);

2.Ações de nivelamento: a necessidade de ações de nivelamento inicia-se com as observações a respeito do desempenho do aluno quanto às capacidades estabelecidas no perfil correspondente ao curso. Esta análise é feita a partir dos dados do ingressante, pela Instituição e coordenação de curso; pelo professor a partir dos primeiros contatos com a turma e durante as avaliações contínuas, para levantar as necessidades e estabelecer as ações específicas, sua forma de implementação, de acompanhamento e avaliação desse processo. Estas ações estão articuladas ao planejamento de ensino institucional e ao PPPC.

Uma das ações de nivelamento é a proposição das disciplinas institucionais, que, além de atenderem a Missão e Projeto Educativo do Claretiano, tem como compromisso a aprendizagem significativa de seus alunos, sua inserção no ensino superior, o acompanhamento do processo de ensino universitário e a disposição para que os mesmos se desenvolvam em condições de igualdade, favorecendo os direitos individuais dos estudantes, contribuindo para que possam ter uma educação superior que se ajuste às suas expectativas. A ideia não é ajustar todos os alunos em um só nível, mas dar condições democráticas de acompanhamento do curso.

A disciplina de Antropologia, Ética e Cultura busca subsidiar os alunos quanto à consciência do Projeto Educativo da IES atualizada na vida dos mesmos, demonstrando o humanismo enquanto caminho para o desenvolvimento e plenificação do ser humano com suas potencialidades e abertura para a liberdade, para a alteridade e para a possibilidade de transcendência; também traz as discussões a respeito das questões Étnico-raciais, Educação Ambiental e Direitos Humanos.

Também, as disciplinas de Comunicação e Linguagem e Matemática e Estatística buscam dar subsídios para os conteúdos mais complexos que são desenvolvidos no curso.

Existe orientação comum aos tutores para fornecerem embasamento metodológico teórico e prático para as atividades acadêmicas, para a comunicação escrita e oral e para fazerem revisão contínua dos elementos gramaticais independentemente da disciplina.

8.3.3. Acompanhamento psicopedagógico/ Pradi

O Programa de Apoio ao Discente (PRADI), é caracterizado por sua ação multiprofissional e concebido para o desenvolvimento de serviços de atendimento, aconselhamento e intervenções à comunidade educacional. O PRADI oferece:

- apoio acadêmico/pedagógico, trabalhando com metodologias alternativas para as diferentes áreas do currículo, intervindo pedagogicamente no desenvolvimento de diferentes linguagens e promovendo encontros de estudos e elaboração de materiais didáticos, divulgação e publicação de resultados;

- apoio espiritual, por entender a Pessoa como um ser aberto ao transcendente e que necessita evoluir espiritualmente;
- apoio social e outros encaminhamentos nessa área, além de orientação e encaminhamento para atender às diferentes necessidades do aluno, incluindo documentação pessoal, convênio com empresas para concessão de descontos na mensalidade escolar, atendimento familiar;
- apoio psicológico, que permitirá ao discente refletir e ser orientado diante de questões ligadas ao âmbito pessoal e acadêmico, oferecendo condições ao aluno para assumir com maior segurança os compromissos diários da vida acadêmica.

Para a realização dessas atividades, o PRADI conta com o apoio de coordenadores de curso, professores e profissionais específicos.

O psicopedagogo atua com os alunos e se, for o caso, com professores e coordenadores, administrando ansiedades e conflitos relacionados com a atividade ensino-aprendizagem, identificando sintomas e dificuldades, organizando projetos de prevenção e desenvolvimento, clareando tarefas e papéis, criando estratégias para o exercício da autonomia e criando espaços de escuta, sempre tendo como meta principal o processo ensino-aprendizagem.

O psicólogo desenvolve ações de apoio ao ingresso e à formação do discente, por meio da oferta de espaços para a escuta psicológica desse estudante; trabalha as demandas pessoais e demandas ligadas a expectativas da formação acadêmica e profissional; acolhe os estudantes em situações de vulnerabilidade; e proporciona intervenções que facilitem a familiarização com esse novo ambiente e uma melhora nas novas relações pessoais estabelecidas.

Por meio da análise da demanda apresentada e diante da gravidade da situação, o profissional de Psicopedagogia e Psicologia pode encaminhar o estudante a outros profissionais e especialistas. Os encaminhamentos desses alunos ao PRADI são realizados pelos professores, coordenadores de curso e assistente social da Instituição.

8.3.4. Egressos

No Claretiano – Faculdade, em processo de transformação para Claretiano – Centro Universitário, o acompanhamento contínuo do egresso é uma das tônicas das Políticas Acadêmicas, previstas desde o Regimento Geral (2017), passando pela Missão e Projeto Educativo Claretiano (2012), as Políticas de Pesquisa e o Programa de Iniciação Científica, até o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2017-2021). As ações oriundas das Políticas têm garantido o cumprimento das metas quanto ao acompanhamento do egresso, propiciando contínuas “[...] oportunidades curriculares e extracurriculares de inserção no mercado de trabalho” (PDI, 2017-2021, p. 40), por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, estimulando, também, o seu “compromisso social” (PDI, 2017-2021, p. 7), característica peculiar do perfil humanista da Missão e Projeto Educativo Claretiano (2012).

Nessa perspectiva, o Claretiano articulou o Projeto de Extensão e Pesquisa em Inserção Mercadológica do Egresso Claretiano e a Avaliação de Egressos, para o acompanhamento contínuo de seus ex-alunos, analisando sua inserção mercadológica na área de formação ou áreas afins, assim como sua situação no ambiente socioeconômico.

Outra ação empreendida para acompanhar a trajetória profissional dos egressos foi a criação do blog “Sempre Claretiano” (sempreclaretiano.com.br), cujo conteúdo é composto por depoimentos e histórias de ex-alunos. O blog nasceu em 2015, a partir dos depoimentos colhidos para as edições do Informativo Institucional. Do Informativo, os

depoimentos tornaram-se histórias, que ilustravam a coluna de notícias do site institucional, de onde, devido a seu destaque, migraram para um canal exclusivo. No blog, os egressos têm espaço para contar suas experiências profissionais, suas lembranças e vivências no Claretiano e suas expectativas e projetos futuros. A interlocução com os ex-alunos é realizada pelos coordenadores e professores dos cursos e também pelo contato direto com o egresso, via telefone ou e-mail. O próprio egresso tem a possibilidade de entrar em contato com o Claretiano, por meio do blog ou do Departamento de Comunicação e Marketing, e manifestar a vontade de ter sua história publicada. Os depoimentos do blog “Sempre Claretiano” são replicados no Facebook, dando maior visibilidade às narrativas contadas pelos egressos sobre suas trajetórias de sucesso. Agregam-se às ações citadas o blog “Mais Claretiano”, responsável por apresentar conteúdos relevantes sobre carreiras e atuação profissional, e o blog “Na Ponta da Língua”, que trabalha dúvidas cotidianas sobre Língua Portuguesa.

Há, ainda, iniciativas como as realizadas pelos coordenadores de curso, que fazem a acolhida dos calouros, momento em que, além da apresentação do curso realizada pelo respectivo coordenador, são exibidas histórias de egressos que estão inseridos no mercado de trabalho. Outrossim, os cursos disponibilizam periodicamente, em murais, a divulgação da trajetória de egressos já inseridos no mercado de trabalho, o que motiva a participação efetiva dos novos alunos no processo ensino-aprendizagem, a fim de uma projeção para o mercado de trabalho.

Outra ação de destaque é o envio de mensagens, por e-mail e SMS, sobre a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão e de outras programações com relação ao ensino, pesquisa e extensão, como os Congressos de Pesquisa e Iniciação Científica (CONCIC, ENCIC, CONCLAR, Congresso Interamericano) e as Semanas Acadêmicas de Cursos, bem como sobre a realização de exposições, feiras, palestras, mesas redondas, oficinas, simpósios, seminários, entre outras atividades. Parte dos egressos participa como ministrantes dessas atividades, o que proporciona a troca de percepções profissionais com os atuais alunos. Dessa forma, o Claretiano vem garantindo a “[...] oferta de cursos de extensão que atendam às necessidades de egressos, alunos, organizações e comunidade” (PDI, 2017-2021).

Os egressos também recebem e-mails convites relacionados às Revistas Científicas, da Instituição, tendo a oportunidade de publicar os resultados de suas pesquisas nos mais diversos gêneros acadêmicos.

Constata-se, também, a atuação dos egressos em projetos de extensão e pesquisa, como, por exemplo, no Projeto Claretiano Solidário, realizado nos Estados de Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Moçambique (África).

Egressos ainda participam como voluntários colaboradores de outros projetos de extensão e pesquisa (PIC, 2015, Art. 8, Inciso II, p. 8; Art. 19, Inciso III, p. 12; Art. 22, p. 13), buscando aperfeiçoar seu conhecimento técnico-científico e profissional e seu amadurecimento como cientista, ampliando sua produção acadêmica para o possível ingresso em programas de *stricto-sensu*.

Aos egressos do Claretiano também são concedidos benefícios financeiros, “[...] proporcionando [...] o acesso e/ou continuidade nos estudos” (REGIMENTO GERAL, 2017) após a conclusão da graduação, tais como facilitação no ingresso em um novo curso, com a isenção de taxa de aproveitamento de estudos e facilitação na entrega de documentação, além de programa de desconto nas mensalidades de pós-graduação (concessão estabelecida de 10%, com possibilidade de chegar até 100%, de acordo com perfil social).

Há, ainda, a comunicação direta com Conselhos Regionais das áreas de formação dos egressos, realizada pela Reitoria, Coordenações de Curso, Departamento Jurídico e

Secretaria, assegurando o atendimento no que tange a orientações e documentações, bem como em relação à garantia de seus direitos.

A Ouvidoria também acompanha os egressos, assistindo-os em diversas áreas, desde orientações sobre a conclusão do curso até o auxílio no ingresso em novo curso da Instituição ou em outras instituições, e, ainda, na comunicação com outros setores, na resolução de questões referentes a Conselhos Regionais e concursos, assegurando seu devido acompanhamento (PDI, 2017-2021).

8.3.5. Divulgação de trabalhos, produções de alunos e iniciação científica

As Políticas de Pesquisa implantadas na Instituição cumprem o Art. 207 da Constituição Federal (1988), que determina a observação do “[...] princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, [n.p.]), premissa que também tem fulcro no Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021). Compreende-se que é tarefa do Educador Claretiano formar “[...] para a liberdade responsável, para os valores cristãos e para o exercício da cidadania”, além de “Capacitar para o exercício profissional e para o serviço ao próximo” (PDI, 2017-2021, p. 13).

Tais assertivas pressupõem que as bases sólidas do PDI (2017-2021) – que, por sua vez, retomam as principais metas do Projeto Educativo Claretiano (PEC) e de sua Missão humanista e responsiva aos anseios da sociedade, no exercício de formar novos cientistas com um olhar marcado pela ética da alteridade (PROJETO EDUCATIVO CLARETIANO, 2012, p. 24-25; MISSÃO E PROJETO EDUCATIVO, 2012), com o estímulo à criatividade – em consonância com os Princípios da Autonomia e da Criatividade (PDI, 2017-2021, p. 6; CARTA DE PRINCÍPIOS, 2014) e com a produção e socialização de conhecimento, são premissas adotadas pelo Claretiano, no intuito de contribuir com a responsabilidade social (REGIMENTO GERAL DO CLARETIANO – CENTRO UNIVERSITÁRIO, 2017, p. 92-93; PDI, 2017-2021, p. 179-180), além de colaborar para a ampliação e reformulação intermitente da esfera do ensino.

Nesse contexto, o Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica (NUPIC) - implantado em Rio Claro, em conjunto com a Coordenadoria Geral de Pesquisa e Iniciação Científica (CPIC) - que atua em perspectiva de “Rede” - promoveu significativas ações nos últimos anos (ver “Indicador 2.3”), considerando as esferas da iniciação científica, da pesquisa docente, do ensino específico e interdisciplinar, da relação com a comunidade educativa, do compromisso com a sociedade, da promoção e difusão da cultura, da preservação da memória e do meio ambiente, da tecnologia e inovação.

Na dimensão de Rio Claro, o NUPIC tem como responsabilidade o planejamento, a organização e operacionalização das atividades de pesquisa e iniciação científica (em diálogo com as interfaces citadas no parágrafo anterior). Dentre essas atividades, destacam-se:

a) Iniciação Científica: tem por finalidade despertar e incentivar os estudantes para as atividades de pesquisa, possibilitando uma participação mais efetiva nas atividades acadêmico-científicas da Instituição.

b) Monitoria: é de natureza complementar, assentada na iniciação à docência, no apoio ao desenvolvimento das atividades de ensino e no auxílio à pesquisa.

c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): tem por objetivo propiciar aos alunos ocasiões de demonstrar o grau de habilitação adquirido, possíveis aprofundamento temáticos relacionados à sua área de formação, o estímulo à Iniciação Científica, preparando-o para uma atuação profissional crítica e autônoma.

Nos últimos anos, a Instituição criou grupos de extensão e pesquisa, de caráter específico, interdisciplinar e multidisciplinar, em sinergia com os Projetos Político-

Pedagógicos dos Cursos – PPPCs (PDI, 2017-2021). A Instituição também concedeu bolsas de iniciação científica e participou do Programa de Bolsas e Iniciação Científica PIBIC/CnpQ (2010 a 2016). Em 2018, foi encaminhada nova solicitação de bolsas para o programa PIBIC, bem como para o Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

Os projetos de pesquisa desenvolvidos durante o período envolveram docentes e discentes dos mais diversos cursos oferecidos pelo Claretiano e seus resultados foram apresentados em Eventos Científicos institucionais, nacionais e internacionais, nas Semanas Acadêmicas de Curso, e em Periódicos Científicos.

Os resultados dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos também geraram programas e entrevistas na emissora de TV Claret e Rádio Claretiana FM, vinculadas ao Claretiano – Rede de Educação, constituindo, dessa forma, importantes canais de formação e informação para a comunidade externa.

Nesse período, também houve ampliação de espaços para desenvolvimento da pesquisa, como a ampliação e criação de novos laboratórios comuns e específicos para cada curso.

A partir das Políticas de Pesquisa (PDI, 2017-2021), e com a criação do Programa de Iniciação Científica (PIC), foram concebidos Projetos e Grupos de Extensão e Pesquisa, de caráter específico, interdisciplinar - alguns em perspectiva de Rede - outros vinculados diretamente a Rio Claro, como o Projeto Baja Clarengex.

Os resultados obtidos propiciaram a produção de trabalhos – a maioria deles apresentados e publicados no Congresso de Iniciação Científica realizado pela Instituição, além de serem publicados em seus periódicos.

O Congresso de Iniciação Científica (CONCIC) também abre espaço para a apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos diversos cursos da Instituição, além de trabalhos de docentes e palestras de convidados externos. Os trabalhos de pesquisa também são apresentados nas Semanas Acadêmicas de Cursos, promovendo uma maior interação entre docentes e discentes, e permitindo a troca de experiências entre os alunos.

Destaca-se, também, a criação das Atividades Extensionistas das Quartas-feira, que têm apresentado uma programação que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a produção artística e cultural.

O Claretiano – Faculdade, em processo de transformação de organização acadêmica para Centro Universitário, publica, atualmente, três periódicos, nos quais podem ser veiculados os trabalhos de pesquisa do corpo docente e discente da Instituição, bem como da comunidade externa:

- A Revista Ensaios e Diálogos (ISSN 1983-6341), de escopo inter e multidisciplinar, sem restrição temática, publica trabalhos de diversas áreas do conhecimento.
- A Revista Jurídica (ISSN 1679-625X) tem seu escopo voltado a trabalhos que apresentem temas relacionados à área do Direito, sendo publicada tanto em meio impresso como digital.
- A Revista Medicina e Saúde é a mais nova publicação da Instituição, apresentando os trabalhos de pesquisa dos docentes e discentes da área da Saúde e Medicina. Também é apresentada nos formatos impresso e digital.

O corpo docente e discente da Instituição também publica seus trabalhos em outros periódicos do Claretiano – Rede de Educação. Sua concepção e articulação estão estruturadas tendo em vista as áreas do conhecimento abarcadas pelos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo Claretiano – Rede de Educação:

- A Revista Educação (ISSN 2237-6011) debate temas educacionais e os paradigmas concernentes à educação na sociedade contemporânea, tendo como áreas de interesse a

história da educação, movimentos culturais, arte, literatura e filosofia, a relação entre educação e tecnologia, a educação em saúde etc.

- A Revista Linguagem Acadêmica (ISSN 2237 2318) publica estudos das mais diversas áreas do conhecimento, com destaque para Administração, Gestão, Engenharias, Tecnologias, Ciências Humanas e Ciências da Saúde.
- A Revista Saúde (ISSN 2237 6003) destina-se a pesquisas e projetos de extensão ou iniciação científica nas áreas de Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, Biologia, Biomedicina, Medicina, Terapia Ocupacional e Educação Física, estimulando o debate sobre temas no âmbito da saúde, com aprofundamento nas questões interdisciplinares.
- A Revista do Congresso Brasileiro de Educadores Claretianos – CONCLAR e Congresso Interamericano de Educadores Claretianos (ISSN 2526-1401) veicula resultados de pesquisas e experiências de educadores claretianos no contexto de suas práticas pedagógicas, com os objetivos de divulgar, discutir, compartilhar e avaliar as experiências educacionais das instituições claretianas nos Ensinos Básico e Superior, nos contextos nacional e internacional.
- A Revista do Encontro de Iniciação Científica – ENIC – Anais (ISSN 2526-1479) publica trabalhos inéditos das mais diversas áreas do conhecimento, de alunos, egressos e pesquisadores do Claretiano e de outras instituições.

Entre as ações previstas, está um maior incentivo dos alunos em eventos do Claretiano – Rede de Educação:

1) O Encontro Nacional Claretiano de Iniciação Científica – ENCIC, promovido pelo Claretiano – Rede de Educação, de periodicidade anual, que tem como objetivo a formação do sujeito protagonista e criativo, capaz de iniciativas de pesquisa e produção acadêmica, além de promover debates sobre inovações tecnológicas, temas interdisciplinares, resultados de estudos e do papel da iniciação científica na formação do aluno da graduação. É ofertada à comunidade educativa do Claretiano e à sociedade uma programação de palestras, mesas redondas, workshops, oficinas, seminários e outras atividades acadêmicas de caráter extensionista.

O Congresso Brasileiro de Educadores Claretianos e o Congresso Interamericano de Educadores Claretianos, voltados para a formação continuada de professores, coordenadores e membros do corpo técnico-administrativo, nos âmbitos da Educação Básica e do Ensino Superior, contribuindo para a articulação com o Projeto Educativo Claretiano – PEC e para a reflexão permanente sobre os Projetos Político-Pedagógicos de Cursos – PPPCs, trazendo luz às ações que fortalecem a Missão educativa, além da afirmação da identidade do educador claretiano. Em ambos, são apresentados resultados parciais e finais de pesquisas oriundas de experiências pedagógicas vivenciadas pelos educadores claretianos em suas práticas docentes.

8.3.6. Bolsas de estudo

O Claretiano, Instituição certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, dentro de sua política de inclusão social, desenvolve ações efetivas que buscam garantir a pessoas com condições socioeconômicas desfavoráveis sua inclusão e permanência como alunos no Ensino Superior. Essas ações se concretizam por meio de adesões aos programas governamentais federais e estaduais, bem como por intermédio de ações próprias, que são operacionalizadas pelo Setor Social, composto por assistentes sociais e profissionais administrativos capacitados para o atendimento dos diversos programas e demais ações próprias de inclusão. São elas:

BOLSA CEBAS: a concessão de Bolsas CEBAS tem como objetivo conceder bolsas de estudo a alunos carentes nos cursos de graduação. As Bolsas CEBAS são diferenciadas em Bolsa CEBAS Integral (100%) e Bolsa CEBAS Parcial (50%), sendo concedidas de acordo com a renda per capita do grupo familiar. Para se enquadrar na bolsa integral, o candidato deve comprovar renda bruta familiar mensal per capita de até 1 e ½ salários mínimos, enquanto, para a bolsa parcial, terá de comprovar renda bruta familiar mensal per capita de até 3 salários.

A concessão das Bolsas CEBAS é vinculada aos critérios da Lei nº 12.101/2009 e realizada por intermédio de formulário eletrônico, disponibilizado em sistema específico na internet. Nesse site, ainda estão disponíveis o Regulamento de Concessão de Bolsas CEBAS (RCBC) do Claretiano, bem como o edital de concessão ou aferição de Bolsas CEBAS.

BOLSA PROUNI: o Claretiano participa do Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei nº 11.096/2005, concedendo bolsas integrais aos alunos que se enquadram no perfil determinado pelo programa. A concessão dessas bolsas também é operacionalizada pelo Setor Social e segue semestralmente o cronograma e diretrizes do programa, utilizando a documentação comprobatória encaminhada pelo candidato. Os critérios de renda per capita para a concessão de bolsa integral ou parcial são os mesmos utilizados pelo programa de Bolsa CEBAS acima mencionado.

A Instituição também mantém as Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Prouni (COLAP), com a função de acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação local do Programa na Instituição, devendo promover, também, a articulação entre a CONAP e a comunidade acadêmica, objetivando seu constante aperfeiçoamento.

No ano de 2017, foram concedidas as seguintes Bolsas PROUNI e CEBAS:

1º semestre de 2017:

- Bolsas PROUNI Integrais = 298
- Bolsas CEBAS Integrais = 100
Total de 398 bolsas integrais
- Bolsas CEBAS Parciais = 18

2º semestre de 2017:

- Bolsas PROUNI Integrais = 305
- Bolsas CEBAS Integrais = 101
Total de 406 bolsas integrais
- Bolsas CEBAS Parciais = 21

Obs. O Programa PROUNI não concede bolsas parciais para as entidades certificadas CEBAS.

BOLSA ESCOLA DA FAMÍLIA: O Programa Escola da Família, do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com as instituições privadas de Educação Superior, tem como objetivo proporcionar diversas atividades, aos finais de semana, dentro de quatro eixos norteadores: esportes, cultura, trabalho e saúde nas comunidades de dentro e fora dos entornos das escolas públicas. O programa contribui na formação de universitários mediante a oferta de uma bolsa de estudo nos cursos de graduação presencial. Os estudantes trabalham aos finais de semana e, em contrapartida, frequentam gratuitamente a universidade: 50% do valor da mensalidade é custeado pela própria Instituição, na forma de bolsa, e os outros 50% são reembolsados pelo Governo à instituição conveniada. No ano de 2017, 41 alunos foram beneficiados pelo programa.

FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES): trata-se do programa do Ministério da Educação financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para pleitear a participação

no programa, o candidato deve ter participado do Enem a partir da edição de 2010 e obtido média aritmética das notas nas provas igual ou superior a 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos e nota na redação superior a zero e possuir renda familiar mensal bruta per capita de até 3 (três) salários mínimos.

BOLSAS PRÓPRIAS: Em complemento às ações desenvolvidas pelos programas acima, o Claretiano concede bolsas de estudo próprias não reembolsáveis aos alunos em dificuldades financeiras para arcar com os custos educacionais. Em 2017, foram concedidas as seguintes quantidades de bolsas próprias integrais (100%) e parciais (50%):

- 1º semestre de 2017: 33 bolsas integrais (100%) e 06 bolsas parciais (50%).
- 2º semestre de 2017: 34 bolsas integrais (100%) e 05 bolsas parciais (50%).
- Bolsas Auxílio Atividades Acadêmicas no 1º semestre de 2017: 02 bolsas de 25%, 05 bolsas de 50% e 01 bolsa de 75%.
- Bolsas Auxílio Atividades Acadêmicas no 2º semestre de 2017: 02 bolsas de 25%, 04 bolsas de 50% e 02 bolsas de 100%.
- Outros tipos de bolsas, variando de 5 a 40%, no 1º semestre de 2017: 451 bolsas.
- Outros tipos de bolsas, variando de 5 a 40%, no 2º semestre de 2017: 405 bolsas.

PROJETO - CENTRO SOCIAL E ESPORTIVO CLARETIANO TERRA NOVA: o Projeto, criado e mantido pelo Claretiano – Rede de Educação, visa atender à população carente moradora dos bairros Jardim Novo I, Jardim Novo II “Terra Nova”, Jardim das Nações I e II, e região contígua na cidade de Rio Claro-SP, promovendo às famílias acesso a benefícios e serviços setoriais das políticas públicas sociais, de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, sendo um projeto de referência no atendimento a crianças e adolescentes nessa região do município, desenvolvendo o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo uma atuação preventiva no enfrentamento da vulnerabilidade social.

Projeto de Orientação Jurídica (PROJU) no Centro Social e Esportivo Claretiano Terra Nova: tem como objetivo a garantia de direitos, propiciando o acesso dos membros da comunidade local e a orientação jurídica nas mais diversas áreas do Direito, proporcionando maior contato da comunidade com questões jurídicas de importância social, permitindo uma melhor solução de conflitos, pautados no aprimoramento de conhecimentos de cunho ético, jurídico e social. O projeto possibilita também o acesso aos dispositivos legais (Estatutos do Idoso, da Criança e do Adolescente, Código do Consumidor etc.) para a defesa de direitos e fomenta parcerias com entidades de classe, instituições de ensino e órgãos do Poder Público, municipal, estadual e federal.

ESTÁGIO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: contribuindo no atendimento do Projeto: Centro Social e Esportivo Claretiano Terra Nova, o Claretiano tem contribuído com estagiários do Curso de Graduação em Educação Física - Bacharelado, com as seguintes atividades: Recreação (Dia das Crianças), Esportes e Recreação, auxiliando os professores nas atividades diárias das crianças e adolescentes, com uma carga horária de 6h/dia. Do Curso de Pedagogia - Licenciatura, auxiliando os educadores nos projetos e atividades em ambientes não escolares, com carga horária de 6h/dia. Do Curso de Serviço Social - Bacharelado, auxiliando a assistente social com os atendimentos sociais para análise socioeconômica, identificar as necessidades das crianças em vulnerabilidade social, com uma carga horária de 4h/dia

8.3.7. Política de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial (PAEE)

A partir de 2018, passamos a utilizar a denominação, no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de curso, pois, de acordo com Brasil (Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011), os alunos público-alvo da Educação Especial, são aqueles com deficiência (física, auditiva,

visual, intelectual e múltipla), transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação).

De acordo com as políticas nacionais e internacionais educacionais de Educação Especial e para a inclusão, os alunos público-alvo da Educação Especial, quando inseridos nos contextos comuns de ensino devem encontrar um currículo que atenda à sua condição diferenciada.

A instituição escolar deve se adequar às necessidades do aluno viabilizando a sua aprendizagem nesse contexto. (Constituição Federal de 1988 (art. 205, 206 e 208); Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção); Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências); Decreto no. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000; Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida); Decreto 3.956, de 08 de outubro de 2001 (Convenção da Guatemala - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência); Resolução 2, de 11 de setembro de 2001 (Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica); Brasil 2001 (Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado); Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências); Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições); NBR - ABNT 9050/2004 (Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano); Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional); Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000); Brasil, 2007 (Referenciais de qualidade para Educação superior a distância. Secretaria de Educação a Distância); Brasil 2008 (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva); Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011 (Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências); Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013 (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de profissionais da educação); Brasil 2013 (Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior).

Buscando atender às políticas supracitadas, ao inciso II, do Art. 13 do Decreto nº 5.622/2005 (o qual dispõe a respeito do atendimento apropriado a estudantes público-alvo da Educação Especial), a Missão e Princípios do Claretiano (que consiste em formar a pessoa para o exercício profissional e para o compromisso com a vida, mediante o seu desenvolvimento integral, envolvendo a investigação da verdade, o ensino e a difusão da cultura, inspirada nos valores éticos e cristãos e no carisma Claretiano que dão pleno significado à vida humana), a instituição vem implementando estratégias que buscam garantir o acesso, a permanência e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial na Educação Superior. Portanto, o Claretiano assume uma postura aberta, dinâmica

e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserida, especificamente à filosofia da inclusão, e ao seu Projeto Educativo (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p.11-12).

Considerando a Política de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial, o Núcleo de Acessibilidade do Claretiano – Rede de Educação, foi criado por meio da Portaria nº 70, de 22 de novembro de 2013, visando implementar, avaliar e divulgar as políticas, leis e decretos, bem como criar projetos para conscientizar todos os colaboradores de suas Unidades Educativas, quanto aos temas de Educação Especial, Acessibilidade, Inclusão e Diversidade.

A partir dessa Portaria, um grupo de professoras, com formação em Educação Especial, a saber: Ana Maria Tassinari, Aparecida Helena Hachimini, Elisa Reis Meletti, Pricila Bertanha e Renata Andrea Fernandes Fantacini, elaboraram o presente projeto e trabalham com os demais membros no Núcleo de Acessibilidade para a implantação das ações que garantam a cada pessoa público-alvo da Educação Especial o pleno acesso à educação formal.

As atividades educativas dos cursos superiores do Claretiano, contemplam medidas de flexibilização curricular visando garantir a acessibilidade, que dizem respeito, por exemplo, aos seguintes aspectos: agrupamento de alunos; organização didática da aula; organização dos períodos para realização das atividades; seleção, priorização e sequenciamento das unidades do programa; seleção, inclusão e priorização dos objetivos; eliminação, acréscimo ou substituição de conteúdos; adaptação da avaliação: variação de critérios, procedimentos, técnicas e instrumentos, critérios de promoção e tempo para a realização; adaptações dos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino aprendizagem; atividades complementares ou alternativas, recursos de apoio, seleção de materiais; adaptações na temporalidade: tempo previsto para realização das atividades, período para alcançar determinados conteúdos; adaptações de acesso ao currículo: mobiliário adequado, equipamentos específicos, recursos materiais adaptados, formas alternativas e ampliadas de comunicação, como por exemplo, a presença da língua de sinais na sala de aula e nas atividades acadêmicas como apoio à participação de alunos surdos nas atividades escolares, adaptação de material didático para alunos cegos ou com baixa visão; uso de recursos tecnológicos da informação e comunicação; tecnologia assistiva; formação continuada dos docentes e tutores acerca das necessidades educacionais especiais, das adaptações curriculares, do direito à acessibilidade e da política de inclusão.

Acrescido à essas medidas o Claretiano, vem implementando ações de acesso ao aluno, público-alvo da Educação Especial, também na sala de aula virtual (SAV).

A Sala de Aula Virtual (ferramenta da Educação a Distância do Claretiano – Centro Universitário – Claretiano – Rede de Educação/Ação Educacional Claretiana, também usada nos cursos presenciais, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação e Informação da instituição), disponibiliza alguns recursos de acessibilidade como:

- *ResponsiveVoice*: ferramenta para leitura sintetizada de textos. O recurso está disponível no material de apoio e nas principais ferramentas da Sala de Aula Virtual.

- *WebLibras*: ferramenta para tradução automática para Libras (Língua Brasileira de Sinais). O recurso está disponível nas principais ferramentas da Sala de Aula Virtual.

- *VLibras*: ferramenta para a tradução do material didático. Se desejar, recomendamos a utilização deste software gratuito para ser instalado diretamente no seu computador.

- *NVDA*: ferramenta para leitura de telas. Recomendamos a utilização deste software gratuito para ser instalado diretamente no seu computador.

Também são disponibilizados alguns tutoriais que explicam como habilitar os recursos de acessibilidade de acordo com o sistema operacional.

Tais medidas, além de atender a política de inclusão vigente no país, vão ao encontro dos fundamentos que concebem a pessoa humana:

- respeito à cada pessoa como um ser único e singular;
- respeito à cada pessoa como princípio de suas ações, de sua capacidade de governar-se tendo em vista sua liberdade;
- respeito ao homem como uma totalidade e uma exigência de abertura e contato com os outros (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p. 18).

Adicionalmente, o Claretiano – Faculdade atendendo as legislações supracitadas, vem realizando as adaptações no seu prédio, visando garantir o acesso e a mobilidade de pessoas público-alvo da Educação Especial, nas salas de aula, nos banheiros, nos elevadores adaptados, na biblioteca, no setor de reprografia e na área de alimentação. Portanto, todos os conjuntos de salas e instalações pedagógico-administrativas atendem às condições de acessibilidade a estas pessoas, por meio de rampas, soleiras rampadas, elevadores adequados às cadeiras de roda, instalações sanitárias em conformidade com normas técnicas, estacionamento com vagas especiais entre outras (guichês, mobiliário, corrimãos, etc.).

8.3.7.1. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012)

No intuito de oferecer, com excelência, condições de acessibilidade e permanência para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Claretiano – Faculdade, com extensão a toda sua rede educacional, instituiu, pela Portaria nº 70 de 22/11/13, o Núcleo de Acessibilidade, composto por uma equipe de profissionais especializados que atua em sua coordenação e gestão.

O referido núcleo foi criado no sentido de conceber e implementar, com qualidade, as políticas educacionais nacionais e internacionais de Educação Especial e para a inclusão, já descritas no PDI, para que os alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD, quando inseridos nos contextos comuns de ensino, encontrem a acessibilidade que atenda a sua condição diferenciada.

Conforme consta no Decreto nº 7.611, de 17/11/11, “considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação”.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 2), os Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD são definidos por apresentar um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.

Conforme os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013b, p. 49): o autismo é um distúrbio congênito caracterizado por alterações no desenvolvimento infantil que se manifesta nos primeiros meses de vida, caracterizando-se por um comprometimento das relações interpessoais e diversas alterações de linguagem e dos movimentos.

Já o Censo (BRASIL, 2013c, p. 6) define o autismo como sendo um: transtorno onde há déficit em três domínios: déficit na sociabilidade, empatia e capacidade de compreensão ou percepção de sentimentos do outro; déficit na linguagem comunicativa e imaginação e déficit no comportamento e flexibilidade cognitiva. A manifestação dos sintomas aparece antes dos três anos de idade e pode estar associada à deficiência intelectual.

A Lei Federal nº 12.764, de 27/12/12, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11/12/90. Esta nova conceituação, adotada e utilizada pelo DSM-V (APA, 2014), na qual a classificação TGD se transforma em Transtorno do Espectro do Autismo – TEA, configura o autismo e todos os que se enquadram nas características do espectro. A APA (2014) configura o diagnóstico como uma tríade: (a) déficit na interação social e comunicação e (b) comportamentos e interesses restritos e repetitivos. Ainda de acordo com a APA (2014, s/p), “Essa mudança foi implementada para melhorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios para o diagnóstico de transtorno do espectro autista e para identificar alvos mais focados de tratamento para os prejuízos específicos observados”.

Consta nesta Política que a pessoa com TEA é considerada uma pessoa com deficiência (público-alvo da Educação Especial); para todos os efeitos legais, devendo ter todos os seus direitos assegurados em casos de comprovada necessidade.

Atendendo às políticas supracitadas neste texto, especificamente a este público-alvo da Educação Especial, o Claretiano implementa estratégias que garantem o acesso, a permanência, a aprendizagem e a busca pelo sucesso desses alunos na Educação Superior e assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, respondendo às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserido, especificamente à filosofia da inclusão, e ao seu Projeto Educativo.

Partindo do Núcleo de Acessibilidade, em atendimento ao planejamento e às políticas institucionais, para garantir a acessibilidade dos alunos com TGD e/ou TEA, algumas ações são organizadas:

- Acessibilidade atitudinal: palestras informativas (alunos, docentes, familiares e/ou responsáveis); Formação Continuada para Docentes e toda a comunidade institucional; Diálogo e orientação à Família e/ou responsáveis.
- Acessibilidade arquitetônica: adaptações físicas (quando houver necessidades).
- Acessibilidade metodológica/pedagógica: Ajudas Técnicas no processo de inclusão; Parceria com profissionais de diversas áreas, auxílio leitor/escriva (quando necessário).
- Acessibilidade Programática: Orientação ao aluno com TGD; Orientação à Equipe que trabalhará diretamente com esse público; Divulgação dos Direitos (o que diz a legislação voltada para esse aluno).
- Acessibilidade instrumental: Proporcionar situações de participação e plena inclusão do aluno.
- Acessibilidade nos transportes: Orientações quanto aos tipos de transportes existentes oferecidos.
- Acessibilidade nas comunicações: Envio de e-mails e mensagens de texto via celular, Utilização da SAV e, se necessário, avaliar cada caso e conhecer o meio de comunicação mais adequado.
- Acessibilidade digital: Utilização da Tecnologia Assistiva; Informática Acessível na Sala de Aula Virtual – SAV; Utilização dos Recursos da SAV; Envio de e-mails e mensagem de texto via celular.

Desenvolver um projeto de inclusão para o sucesso acadêmico de nossos alunos com necessidades educacionais especiais, considerados público-alvo da Educação Especial, é desafio constante do Claretiano - Faculdade (CLARETIANO, 2014, p. 8; TASSINARI, 2017, s/p).

8.4. Corpo Docente 2019-2021

O Claretiano vem aprimorando a cada ano o trato com as vertentes que representam a qualidade do corpo de professores. Para isso, estabeleceu em seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) uma evolução gradativa quanto à titulação e ampliação de jornadas de trabalho dos professores, que vem sendo implementada com rigor.

Nesse sentido, a composição do corpo de professores e de tutores é guiada pela busca da formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado (considerando o Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da titulação do corpo docente), não excluindo especialistas de reconhecida competência profissional relacionada ao campo de estudo do curso. Não obstante, têm reorganizado e colocado em prática de forma sistemática o plano de carreira e o plano de formação de professores e tutores como mecanismos de incentivo para evolução no quadro funcional e para a formação, qualificação, produções e publicações.

1º. Semestre - Disciplinas	Professor	Tutor (20% EaD)	Titulação	Regime de Trabalho
Antropologia, Ética e Cultural		Sim ou não		
Comportamento Organizacional				
Administração				
Economia				
Projeto Integrado				
2º. Semestre - Disciplinas				
Comunicação e Linguagem				
Contabilidade				
Matemática Financeira				
Comércio Exterior no Brasil				
Projeto Integrado				
3º. Semestre - Disciplinas				
Exportação				
Inglês Instrumental				
Espanhol Instrumental				
Importação				
Projeto Integrado				
4º. Semestre - Disciplinas				
Optativa de Formação				
Direito Constitucional e Administrativo				
Financiamento às Exportações e Câmbio				
Administração de Marketing e Serviços				
Projeto Integrado				

8.4.1. Programa de Formação Continuada de Coordenadores e Docentes

Dentro das Políticas de Ensino, o Programa de Formação Continuada de Docentes, e Coordenadores ocupa um lugar de destaque, pois faz-se necessário atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente para analisarmos as mudanças que ocorrem e ocorrerão em nossa prática, bem como para atribuímos direções esperadas a essas mudanças, com o objetivo de dinamizar e fazer-se acontecer o projeto/missão institucional e de cada curso de graduação.

O Claretiano visa, com esse Programa, envolver o coletivo docente em uma formação acerca dos diferentes aspectos que permeiam a docência no Ensino Superior: pedagógico, humano, político, histórico, metodológico, didático, psicológico e tecnológico. Especificamente, pretende, ainda, contribuir de forma continuada para a profissionalização do docente, contemplando a formação pessoal e profissional.

Para tanto, apresenta um programa organizado a respeito do universo da docência no Ensino Superior e cria as condições para que os professores e coordenadores aprofundem seus conhecimentos e práticas pedagógicas. Para a efetivação do Programa de Formação Continuada de Docentes e Coordenadores, são considerados os seguintes objetivos:

- incentivar práticas curriculares inovadoras;
- orientar os professores quanto à elaboração, implementação e avaliação dos planos de ensino, de dependência e adaptação;
- orientar os professores quanto as dificuldades pedagógicas sentidas nos processos de ensino e aprendizagem;
- dar suporte pedagógico aos docentes quanto à elaboração, seleção, implementação e avaliação de objetivos, conteúdos de ensino, estratégias, recursos e avaliação no contexto dos processos de ensino-aprendizagem;
- proporcionar, orientar e mediar situações de parceria entre aluno e professor no processo de planejamento de ensino;
- promover oportunidades para que os professores integrem sua pessoa à Instituição;
- propiciar situações desafiadoras para o professor, nas quais possam favorecer situações de ensino que desencadeiem a aprendizagem significativa dos alunos;
- procurar atender às necessidades reveladas pelos desejos de coordenadores, professores;
- enriquecer os processos de aprendizagem, aliando-os ao contexto tecnológico e percebendo suas possibilidades didáticas e formativas;
- conceber as novas tecnologias disponíveis como meio de melhoria dos processos de ensino-aprendizagem; valorização da modalidade a distância (20%);
- perceber as necessidades didático-pedagógicas (enquanto novas posturas pedagógicas e metodológicas) do professor.

Assim, uma das formas da concretização da dimensão pedagógica do Claretiano, acontece a partir do Programa de Formação Continuada de Docentes e Coordenadores, que busca estimular a competência dos mesmos para responder às necessidades do contexto universitário atual e contribuir para a realização do ideal de educação para todos e, conseqüentemente, com a democratização da Educação Superior no país, atendendo à Missão Institucional Claretiana no que se refere à formação da pessoa humana e suas dimensões antropológicas como destinatária do processo educativo.

8.5. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – teve origem e está contextualizado nacionalmente nos cursos de Direito e Medicina, constando na Portaria MEC 147/2007. Embora não existisse uma lei que fundamentasse a exigência do Núcleo Docente Estruturante até junho de 2010, sua necessidade estava presente em Instrumentos Avaliativos, configurados como documentos administrativos, construídos a partir dos extratos aprovados por Portarias Ministeriais. Em 26 de julho de 2010, nos termos do inciso III do art. 4º do Decreto no 5.773/2006, o Ministro de Estado da Educação homologou o Parecer CONAES nº 04/2010, exarado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação

Superior – CONAES (que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE) e o Projeto de Resolução nº 01/2010 (que normatiza o respectivo Núcleo Docente Estruturante – NDE).

Buscando atender ao que consta nos instrumentos de avaliação de reconhecimento e renovação de reconhecimento e oferecendo um suporte pedagógico, o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo implementou a partir do ano letivo de 2010, o Núcleo Docente Estruturante, visando os seguintes propósitos:

- atendimento aos índices de qualidade do Ministério da Educação;
- o exercício do Núcleo Docente Estruturante se dará nos momentos reservados para a formação continuada, previamente estabelecidos no Calendário Geral do ano letivo.

O Núcleo Docente Estruturante é caracterizado como um organismo que tem como objetivos refletir, conceber, organizar, implementar e analisar o Projeto Político Pedagógico do curso, articulado com a Missão e Projeto Educativo Institucional, com as Diretrizes Curriculares e com as necessidades dos alunos, embasado pelo perfil do egresso: a formação pessoal e profissional competente que se pretende alcançar.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo é composto por 05 (cinco) professores mestres e doutores, nomeados por Portaria da Reitoria.

As atas das reuniões do Núcleo Docente Estruturante constam no anexo desse Projeto Político Pedagógico.

8.6. Colegiado

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo encontra-se periodicamente (bimestralmente) em reuniões agendadas no Calendário Geral Acadêmico Institucional e, quando necessário, em reuniões extraordinárias organizadas pela Coordenação de Curso. Em ambos os casos, nestas ocasiões são tratadas questões relativas ao andamento do curso, às atividades e componentes curriculares e extracurriculares são discutidos e analisados para que soluções e ações sejam colocadas em prática.

As reuniões são marcadas como espaços de discussões e análise: do projeto político pedagógico do curso (organização, construção, implementação, avaliação e modificações); do perfil dos alunos (inicial, intermediário e final); da filosofia e objetivos do curso; da matriz curricular; da formalização, implementação, flexibilização e acompanhamento dos planos de ensino/guia de estudos; interdisciplinaridade (principalmente na Avaliação Semestral Interdisciplinar, que acontece semestralmente, com o objetivo de busca avaliar os perfis e competências dos alunos, envolvendo todas as disciplinas já cursadas pelo aluno até o momento de seu acontecimento); avaliação do rendimento da aprendizagem dos alunos (acompanhamento e encaminhamento de ações voltadas para a aprendizagem significativa dos alunos, bem como tomadas de decisões referentes às suas dificuldades); relação professor – aluno, tutor-aluno e aluno – aluno; da autoavaliação do trabalho pedagógico dos professores e tutores; do levantamento de problemas e dificuldades do curso (para reorientar ações, numa busca permanente de aperfeiçoamento da atuação do curso); além de questões de ordem acadêmica e administrativa. As deliberações do colegiado são registradas em Ata, cabendo a coordenação, aos docentes e tutores fazer valer essas ações.

De acordo com o Regimento Interno do Claretiano - Centro Universitário, o Colegiado de Curso é considerado um Órgão Deliberativo. Sua estrutura, funcionamento e atribuições estão descritos no documento supracitado.

9. Plano de Ação do Curso para o Quadriênio (2019-2022)

Projetos ou Ações	2019	2020	2021	2022
Formação Continuada de Docentes	X	X	X	X
Ações de Nivelamento	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação do estágio	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação das atividades complementares.	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação do TCC	X	X	X	X
Revisão e atualização do projeto político pedagógico do curso	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação das atividades de extensão universitária	X	X	X	X
Acompanhamento dos projetos do curso (pesquisa, extensão e outros).	X	X	X	X
Reuniões com o Núcleo Docente Estruturante	X	X	X	X
Reuniões de Colegiado	X	X	X	X
Organização do arquivo e documentação do curso	X	X	X	X
Organização de eventos científicos culturais do curso (ENCIC, ENIC e encontros do curso)	X	X	X	X
Acompanhamento pedagógico do curso (relação professor-aluno, tutor- aluno, dificuldades dos professores e alunos, tutorias.)	X	X	X	X
Organização, implementação de um sistema de autoavaliação do curso	X	X	X	X
Acompanhamento da implementação e avaliação dos materiais didáticos mediacionais do curso (20% EaD no presencial, Portaria nº 1.428, de 28/12/2018)	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das políticas de educação ambiental	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das Políticas para a educação das relações étnico-raciais	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das Políticas para os direitos humanos	X	X	X	X
Continuar a implementação e acompanhamento da Unificação dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso	X	X	X	X

Acompanhar o desenvolvimento da disciplina Língua Brasileira de Sinais, articulada com o curso	X	X	X	X
Acompanhar e implementar (quando necessários as políticas de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial, incluindo a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (Lei 12.764/12)	X	X	X	X
Acompanhar os 20% a distância na graduação presencial				
Elaboração e acompanhamento do Relatório de Estudo do Corpo Docente	X	X	X	X
Elaboração, implementação e avaliação do Plano de Ação do Coordenador de Curso	X	X	X	X
Elaboração pelos professores e oficialização pelo NDE do Relatório Referendado de Adequação das Bibliografias Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC), ações acompanhadas pelo Coordenador de Curso	X	X	X	X
Elaboração e acompanhamento para Estudo periódico quantitativo e qualitativo e pesquisa de vagas	X	X	X	X

10. Pós-Graduação x Graduação

Os cursos de Pós-Graduação do Claretiano são Cursos de Especialização (presenciais ou em convênio com o Claretiano – Centro Universitário – Claretiano – Rede de Educação – Ação Educacional Claretiana)., também chamados de Pós-graduação Lato Sensu, regidos pela Resolução nº 1, de 06 de abril de 2018 que estabelece diretrizes para o seu funcionamento, e pelo Regimento Geral da Instituição. São oferecidos aos portadores de diploma de curso superior, e constituídos por projetos políticos pedagógicos sistematicamente organizados, visando desenvolver, complementar, aprimorar ou aprofundar conhecimentos, com previsão de obtenção de certificados.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – Tecnólogo tem relação com o Curso de Pós-graduação Lato Sensu (Especialização) em Administração e Negócios oferecido pela IES, que tem como eixo gestão O curso possui carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas, sendo eles:

- Controladoria e Gestão Tributária
- Gestão Ambiental
- Gestão de Agronegócios
- Gestão de Marketing
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão do Terceiro Setor
- Gestão e Planejamento de Projetos Sociais

- Gestão em Saúde
- Gestão Financeira
- Gestão Pública
- MBA – Gestão Empresarial
- Planejamento e Gestão Estratégica

11. INSTALAÇÕES GERAIS

O Claretiano – Faculdade está localizado no município de Rio Claro, Estado de São Paulo. Possui área total de 46.055,43m², amplamente arborizada, preservando a flora local, o que a caracteriza como uma importante área preservada do município. Sua localização, em meio a importantes vias de acesso, próxima ao terminal rodoviário e a importantes pontos de ônibus municipais e intermunicipais, favorece o acesso dos seus alunos e toda a sociedade. Em suas dependências, possui amplos estacionamentos para veículos de passeio, vans e ônibus, inclusive com proximidade às portarias de acesso aos alunos.

O Claretiano – Faculdade situa-se em um prédio de importância fundamental na história de Rio Claro e toda a região, pelo fato de, no passado, ter acolhido jovens das mais distintas cidades da região, que confiavam sua formação à educação promovida pelos Missionários Claretianos. O prédio é tido como um dos principais conceitos arquitetônicos do município, ao lado de edifícios como o prédio da antiga estação ferroviária, edifício do Gabinete de Leitura, Sobrado do Barão de Dourados (atual sede do Museu Histórico), Igreja Matriz de São João Batista, a antiga residência do Barão de Porto Feliz e do Visconde de Rio Claro (atual Escola “Marcello Schmidt”), Escola “Irineu Penteadó”, antiga residência da família Siqueira Campos (atual Casarão da Cultura), antigo solar da dona Luiza Botão (Etec “Armando Bayeux da Silva”), casarão do Barão de Brão Mogol e Horto Florestal e Museu “Edmundo Navarro de Andrade”, entre outros.

No tocante às suas edificações, todas elas possuem projetos aprovados nos órgãos competentes, atendendo às normas regulamentadoras de segurança e de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais. As edificações possuem seus Mapas de Risco, apresentados em painéis em locais estratégicos e de fácil acesso. As salas de aula e demais dependências de uso coletivo foram concebidas dentro dos padrões de conforto térmico, acústico e iluminação. O sistema de energia elétrica é projetado para atender à demanda de consumo das edificações, e o abastecimento de água é próprio e recebe tratamento adequado.

Diante da diversidade de situações relacionadas com o Ensino Superior, considerando o constante surgimento de novos cursos, as mudanças na legislação e a necessidade de ampliação dos espaços, a Direção Geral, preocupada em atender a tais necessidades, bem como garantir o conforto dos seus colaboradores e alunos, tem promovido melhorias contínuas em suas dependências e com relação aos recursos disponíveis.

O prédio possui três entradas, sendo duas delas destinadas aos alunos e uma entrada social para colaboradores e visitantes. O sistema de controle de acessos é garantido por meio de catracas eletrônicas, localizadas nas duas entradas de alunos. A estrutura física está dividida em grandes prédios, os quais abrigam as instalações administrativas, salas de aula, laboratórios, Biblioteca, entre outros espaços. Possuem a seguinte denominação e ocupação:

- Prédio I: principal espaço administrativo da Instituição, abrigando setores estratégicos como Direção Geral, Administrativa, Acadêmica e de Extensão; Financeiro; Caixa; Marketing; CTIC; Contabilidade; Recursos Humanos; Coordenações Gerais;

Secretarias; Centro de Atendimento ao Aluno; pátios; cantinas; Estética; Nutrição; Estúdio de Fotografia e Laboratório de Rádio e TV; Reprografia; entrada principal de alunos; Capela; Auditório; salas de aula; salas de reuniões (sendo uma delas equipada com estrutura para videoconferência, utilizada em reuniões com as unidades), entre outros espaços.

- Prédio II: espaço que abriga a Biblioteca, gabinetes docentes, salas de aula e alguns laboratórios da saúde (Morfofuncional, de Anatomia, de Técnicas Operatórias, Biotério).

- Prédio III: onde estão alocados outros laboratórios da saúde (Multiuso, de Microbiologia, de Habilidades e Simulações – este dividido em Centro de Emergência e Obstetrícia, Centro Cirúrgico e Leitos de Internação e UTI), além de salas de aula.

- Prédio da Educação Infantil: composto por salas de aula, pátio, teatro de arena, Sala de Música e Brinquedoteca.

- Prédio de Laboratórios de Informática: composto por oito laboratórios.

- Centro Esportivo, composto por um Complexo Poliesportivo, com três quadras cobertas, sala de ginástica, sala de musculação, vestiários, dois campos de futebol society e um campo de areia, além de um Complexo Aquático, com duas piscinas (adulto e infantil) e vestiários.

As instalações administrativas, em sua maioria, estão situadas no Prédio I, próximas da portaria social e de alunos, o que garante melhor disposição arquitetônica e localização. As salas são equipadas com recursos estruturais e tecnológicos em consonância com o propósito laboral de cada atividade. Os espaços são auditados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

11.1. Sala da Coordenação

A sala da coordenação do Curso de Graduação em Nutrição – Bacharelado está instalada no pavimento térreo do prédio 01 do Claretiano e está equipada com: computador, acesso à impressora, TV, internet, telefone, mesa, armário, cadeiras, ar condicionado e ambiente com qualidades quanto aos aspectos: dimensão, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade e comodidade.

Caracterizada como um ambiente propício para reuniões de pequenos grupos, seja com o objetivo de receber os professores, alunos, tutores, corpo técnico-administrativo e a comunidade externa, que procuram a coordenação, sem necessidade de agendamento prévio.

11.2. Salas de Aula

O Claretiano – Faculdade possui, na sua totalidade, 64 salas de aula, localizadas em seus prédios I, II, III e da Educação Infantil. As salas de aula têm capacidade para atender aproximadamente 3.000 alunos por turno e estão disponíveis em vários tamanhos, com capacidades que variam de 30 a 120 lugares. Todas as salas apresentam ótimo estado de conservação, passando por manutenção e limpeza constantes.

As salas de aula da Instituição estão distribuídas estrategicamente, articuladas com a infraestrutura de apoio dos cursos, em sua maioria já equipadas com recursos multimídia, cadeiras e carteiras em quantidade suficiente, respeitando os padrões de ergonomia, conforto térmico e acústico. Todas possuem acessibilidade a pessoas com necessidades especiais, por meio de elevadores e rampas de acesso, e muitas delas são adequadas para o trabalho docente com as metodologias ativas.

As salas de aula contam com acesso à rede sem fio (internet), permitindo que os alunos e professores utilizem seus próprios equipamentos. Suas instalações atendem às normas de segurança e normas de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais e contam com mobiliários apropriados de acordo com padrões ergonômicos e normas do INMETRO, os quais são distribuídos conforme a capacidade da sala, em consonância com a composição das turmas, de modo que sejam garantidas as medidas padrão estipuladas pelo SESMT.

A Instituição possui um gerador, que é acionado automaticamente quando há corte de energia da rede principal, garantindo a segurança e proporcionando maior conforto à comunidade acadêmica.

11.3 Laboratórios de Informática

A melhoria das salas de apoio de informática e da infraestrutura utilizada pela comunidade acadêmica do Claretiano é um trabalho contínuo e importante; por isso, são utilizados processos, rotinas e políticas que apoiam diretamente essa tarefa.

A Instituição conta com oito Laboratórios de Informática, de uso geral e específico, totalizando 223 computadores, destinados às aulas que utilizam recursos computacionais necessários para o desenvolvimento de atividades, projetos, pesquisas e trabalhos acadêmicos de modo geral. Esses laboratórios estão localizados no Prédio de Laboratórios de Informática, que fica no pavimento térreo.

- Laboratório de Informática 02: com 48m², possui 30 computadores (Intel Core i5 3GHz – 4Gb RAM e 500Gb HD | Monitor LCD e LED 18,5”), projetor, caixa de som e ar condicionado.

- Laboratório de Desenvolvimento Avançado (LDA): com 48m², possui 25 computadores (Intel Core i7 3.4GHz – 8Gb RAM e 500Gb HD | Monitor LCD 18,5”), projetor, caixa de som e ar condicionado.

- Laboratório de Sistemas de Computação (LSC): com 48m², possui 25 computadores (Intel Core i7 3.4GHz – 8Gb RAM e 500Gb HD | Monitor LCD 18,5”), projetor, caixa de som e ar condicionado.

- Laboratório de Produção Gráfica (LPG): com 48m², possui 25 computadores com fones de ouvido (Intel Core i5 2.5GHz – 4Gb RAM e 500Gb HD | Monitor LCD 18,5”), projetor, caixa de som, scanner e ar condicionado.

- Laboratório Multimídia/Redação (LMR): com 48m², possui 30 computadores com fones de ouvido (Intel Core i5 3.2GHz – 4Gb RAM e 500Gb HD | Monitor LCD 18,5”), projetor, caixa de som e ar condicionado.

- Laboratório Básico de Informática (LBI): com 72m², possui 42 computadores (Pentium Dual Core 2.8GHz – 4Gb RAM e 320Gb HD | Monitor LCD 18,5”), projetor, caixa de som e ar-condicionado.

- Laboratório de Informática Educacional (LIE): com 72m², possui 36 computadores com fones de ouvido (Intel Core i5 2.5GHz – 4Gb RAM e 500Gb HD | Monitor LED 18,5”), projetor, caixa de som e ar-condicionado.

- Laboratório Temático Gerencial (LTG): com 96m², possui 10 computadores em mesas individuais com fones de ouvido (Pentium Dual Core 3GHz – 4Gb RAM e 500Gb HD | Monitor LCD 18,5”), projetor, caixa de som e ar-condicionado. Possui também 10 mesas acopladas às mesas individuais, 40 cadeiras, 48 mesas e cadeiras em formato trapézio (que permite sua junção em módulos para trabalho em grupo, racionalizando e tornando o espaço multioperacional).

A Biblioteca também conta com um Laboratório de Estudos e Pesquisas, com 44m², possuindo 24 computadores (Intel Core 2 Duo 2.9GHz – 4Gb RAM e 160Gb HD | Monitor LED 18,5”) e ar-condicionado. Possui também um equipamento para atender às necessidades especiais dos deficientes visuais, composto de: computador (Intel Core 2 Quad 2.66GHz – 4Gb RAM e 300Gb HD, com o software NVDA instalado para a leitura de tela | Monitor LED 18,5”), teclado em braile, fone de ouvido e scanner de voz.

Todos os equipamentos dos laboratórios são renovados periodicamente, a fim de acompanhar a evolução tecnológica e proporcionar aos alunos uma melhor experiência e produtividade durante as aulas e nos processos de pesquisas.

A Instituição toda conta com acesso à rede sem fio e, portanto, à internet, para que os alunos e professores possam usar seus próprios equipamentos no local em que desejarem. Todas as salas de aula do Prédio III e do Prédio da Educação Infantil e a maioria das salas do Prédio I estão equipadas com recursos multimídia novos e fixados no espaço, estando disponíveis para a utilização nas aulas, tais como computador/notebook, projetor e caixas de som. Além disso, quando necessário, o professor conta com apoio técnico e pode solicitar outros recursos multimídia para condução das aulas. As demais salas do Prédio I e as salas do Prédio II que ainda não possuem equipamentos fixos podem fazer uso desses recursos mediante reserva.

Os espaços são auditados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – CIPA, responsável, entre outras atividades, pela elaboração dos Mapas de Risco, supervisionados pela equipe do SESMT, cujo papel é promover as adequações necessárias a partir das análises realizadas de cada espaço da Instituição.

A fim de manter a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações e garantir mais segurança para nossos usuários, há políticas de segurança da informação baseadas nas normas da NBR-27002 e aplicadas nos diversos ambientes tecnológicos, de modo que cada laboratório possui placas informativas sobre as normas de utilização desses espaços.

Em toda a rede de computadores (tanto acadêmica como administrativa), o acesso é submetido a filtros de conteúdo e a sistemas de auditoria que complementam os instrumentos de segurança.

Todos os softwares utilizados nos computadores dos laboratórios de informática e salas de apoio estão devidamente licenciados e são regularmente atualizados através de processos automatizados ou, havendo necessidade, através de intervenção da equipe de suporte técnico.

O Claretiano considera a acessibilidade digital de extrema importância para a inclusão social e, nesse sentido, possui alguns softwares específicos instalados em seus computadores, como: NVDA, com recursos de acessibilidade para deficientes visuais, através de um sintetizador de voz; VLibras, utilizado para tradução automática do Português para a Língua Brasileira de Sinais; e as ferramentas de acessibilidade do próprio Sistema Operacional.

A Instituição conta com uma equipe de suporte técnico totalmente qualificada e que está à disposição durante todo o seu horário de funcionamento (das 7h às 22h30, de segunda à sexta, e das 7h às 13h, aos sábados, podendo se estender quando necessário). Os técnicos de suporte têm a função de apoiar alunos, professores, colaboradores e visitantes no que diz respeito ao manuseio dos computadores e equipamentos durante a sua utilização. Eles são também os responsáveis pelo funcionamento dos laboratórios, cabendo-lhes exigir disciplina, ordem e cumprimento das normas e procedimentos de utilização. O acesso aos laboratórios e equipamentos de apoio ocorre mediante agendamento, sendo que

o Laboratório de Estudos e Pesquisas que fica na Biblioteca pode ser utilizado, sempre quando necessário, tanto pelos docentes como pelo discentes.

Ainda como apoio tecnológico à comunidade, o Claretiano possui um setor de Reprografia, que coloca à disposição dos alunos, professores e funcionários os serviços de cópias, impressão e encadernação.

O Claretiano conta, também, com um plano de atualização e manutenção dos equipamentos tecnológicos. Esse plano é composto por processos de manutenção e atualização de hardwares e softwares do parque computacional, bem como por equipamentos audiovisuais e de suporte físico, como, por exemplo, recursos de climatização, fornecimento de energia e equipamentos de interconexão de computadores. Todos os computadores institucionais são interligados a servidores de atualização de software, como, por exemplo, o Microsoft WSUS.

As instalações atendem as normas de segurança e às normas de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais, são amplas, bem iluminadas, ventiladas, limpas e bem conservadas, contando, ainda, com mobiliários e layout apropriados.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. J. de; FONSECA JÚNIOR, F. M. Como se constrói um Projeto. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Projetos e Ambientes Inovadores. Brasília: MEC/SEED, 2000, p. 27-53.

RIO CLARO. Conselho Superior do Claretiano - Centro Universitário. Resoluções Diversas.

RIO CLARO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020. Rio Claro: Claretiano – Faculdade, 2016.

RIO CLARO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 Rio Claro: Claretiano – Faculdade, 2017.

RIO CLARO. Projeto Político Institucional 2017-2021 Rio Claro: Claretiano – Faculdade, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 4.281 de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795 , de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental , e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/99128/decreto-4281-02>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 3635, de 2004. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/769292/dou-secao-1-10-11-2004-pg-17/pdfView>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.296/2004. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Brasília: PR/CC, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 2/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007. Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_07.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Brasília: MEC/SEED, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico – censo escolar 2010. Brasília: MEC/INEP, 2010.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010. Núcleo Docente Estruturante (NDE). Brasília: CONAES, 2010.

CASTANHO, S.; Castanho, M. E. L. M. O que há de novo na educação superior. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. Temas e textos em metodologia do ensino superior. Campinas: Papyrus, 2001.

GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 15 de fevereiro de 2013.

MANCEBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

MISSÃO E PROJETO EDUCATIVO. Claretiano - Centro Universitário. Batatais: Claretiano, s/d.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das Graças C. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2002.

PROJETO EDUCATIVO CLARETIANO. Claretiano - Centro Universitário. Batatais: Claretiano, 2012.

RIOS, T. A. Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: Revista Idéias. O diretor: articulador do projeto da escola. São Paulo: FDE, no. 15, 1992. p. 73-77

SILVA, T. T. da. Documentos de Identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SISTEMA E-MEC. Disponível em:<http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

13. ANEXOS